

BNB *CONJUNTURA ECONÔMICA*

17
nº

abr. - jun. 2008

Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

ISSN 18078834

BNB *CONJUNTURA ECONÔMICA*
Número 17

Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2008

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente

— Roberto Smith

Diretores

— João Emílio Gazzana

— Luís Carlos Everton de Farias

— Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva

— Oswaldo Serrano de Oliveira

— Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

— Pedro Rafael Lapa

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Gerente de Ambiente)

Antônio de Castro Queiroz Serra

(Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)

Airton Saboya Valente Júnior

(Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)

Equipe Responsável

Autores: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Assuéro Ferreira, Carlos Américo Leite Moreira, Carlos Alberto Figueiredo Júnior, Edjânia Santana Reis, Francisco Ferreira Alves, Francisco Raimundo Evangelista, Laura Lúcia Ramos Freire, Luciano Carvalho Vivas, Marcos Falcão Gonçalves, Otávio Augusto Sousa Miranda e Wendell Márcio Araújo Carneiro.

Estagiários: Antônio Rodrigo Félix Rodrigues, Daniel Barboza Guimarães, Deborah Régis de Almeida e Germano Bezerra de Melo.

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

José Ribamar Mesquita (Reg. 122 DRT/CE).

Revisão Vernacular

Edmílson Nascimento da Silva

Normalização Bibliográfica

Rousianne da Silva Virgulino (Bibliotecária-CRB3/921)

Diagramação

Acesso - Assessoria Documental

BNB/Etene

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Passaré - CEP 60.740-000 Fortaleza - Bl A Térreo - Ceará - Brasil
conjuntura@bnb.gov.br

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 17 (abr. - jun. 2008) - . - Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2008 -

n. il.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

05	1. AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS
05	1.1. As Recentes Altas dos Preços de Petróleo e de Alimentos
09	1.2. A Dinâmica Recente das Trocas Comerciais entre a China e a Região Nordeste do Brasil
19	2. SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
23	3. NÍVEL DE ATIVIDADE
23	3.1. Produto Interno Bruto
31	3.2. Produção Industrial
36	3.2.1. Produção Industrial do Nordeste
41	3.3. Nível de Utilização da Capacidade Instalada
45	3.4. Comércio
45	3.4.1. Desempenho do Comércio no Brasil
47	3.4.2. Desempenho do Comércio no Nordeste
52	3.5. Produção Agropecuária
52	3.5.1. Agronegócio
52	3.5.1.1. Desempenho do PIB e do faturamento
57	3.5.1.2. Balança Comercial do Agronegócio
59	3.5.2. Agricultura
69	3.5.3. Pecuária
75	4. EMPREGO E RENDIMENTO
75	4.1. No Brasil
78	4.2. No Nordeste
83	5. SETOR EXTERNO
83	5.1. Balança Comercial Brasileira

84	5.1.1. Exportações
86	5.1.2. Importações
87	5.2. Balança Comercial Nordestina
87	5.2.1. Exportações
95	5.2.2. Importações
95	5.3. Balanço de Pagamentos
103	6. FINANÇAS PÚBLICAS
103	6.1. Governo Federal
103	6.1.1. Resultado Fiscal do Governo Central
105	6.1.2. Dívida Pública Federal
106	6.1.3. Necessidades de Financiamento do Setor Público
107	6.2. Estados e Municípios do Nordeste
107	6.2.1. Transferências Constitucionais
108	6.2.2. Transferências Voluntárias
109	6.2.2. Arrecadação de ICMS
115	7. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
115	7.1. A Intermediação Financeira nas Contas Nacionais
116	7.2. Brasil - Depósitos e Operações de Crédito
119	7.3. Nordeste-Depósitos e Operações de Crédito

1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

1.1 - As Recentes Altas dos Preços de Petróleo e de Alimentos

Assuéro Ferreira¹

Às turbulências financeiras internacionais provocadas pela economia dos Estados Unidos desde o segundo semestre do ano passado, vieram se somar agudas pressões inflacionárias providas de acelerações de altas e excessos de volatilidade de preços de *commodities* estratégicas para o crescimento e desenvolvimento, em que se destacam petróleo e alimentos.

Reconhecendo a grande complexidade da problemática vigente, interessa de imediato, nesse contexto, evidenciar algumas inter-relações decisivas da escalada de preços do petróleo com a dos alimentos, cujas conseqüências negativas sobre a segurança alimentícia em escala internacional são inegáveis, particularmente nos países subdesenvolvidos.

Na reunião de cúpula da FAO², realizada em Roma no período de 3 a 5 de junho deste ano, não foram poucas as contraposições entre as de-

legações dos países desenvolvidos e as dos subdesenvolvidos sobre a questão da produção de alimentos frente à produção de energias derivadas de biomassas, os denominados biocombustíveis.

O fato expressivo, naquele contexto, foi que a temática da crise de alimentos terminou por dominar o cenário das discussões. Mesmo assim, esbarrou em óbices associados aos interesses econômicos nacionais nos acertos de soluções, mesmo as emergenciais, como as ajudas humanitárias para as populações mais afetadas pelas abruptas altas de preços³.

Evidências empíricas

No caso do petróleo, considerando o tipo Brent, o preço médio mensal do barril incrementou-se em torno de 29,1%, entre agosto e dezembro de 2007; e, em 2008, entre janeiro e junho, nada

1 Doutor e Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

2 Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Referida cúpula foi denominada "Conferência de Alto Nível sobre a Segurança Alimentar Mundial e os Desafios das Mudanças Climáticas e da Bioenergia".

3 Nessas controvérsias, destacam-se questões associadas aos subsídios governamentais dirigidos aos produtores agrícolas da Europa e dos Estados Unidos e às produções de biocombustíveis que são responsabilizadas por agravarem as restrições de oferta de alimentos em escala internacional. Vale ressaltar que o retrocesso das negociações na Organização Mundial do Comércio, no âmbito da rodada de Doha, acontecida em Genebra, na penúltima semana de julho deste ano, deve-se, sobretudo, ao acirramento de referidas disputas.

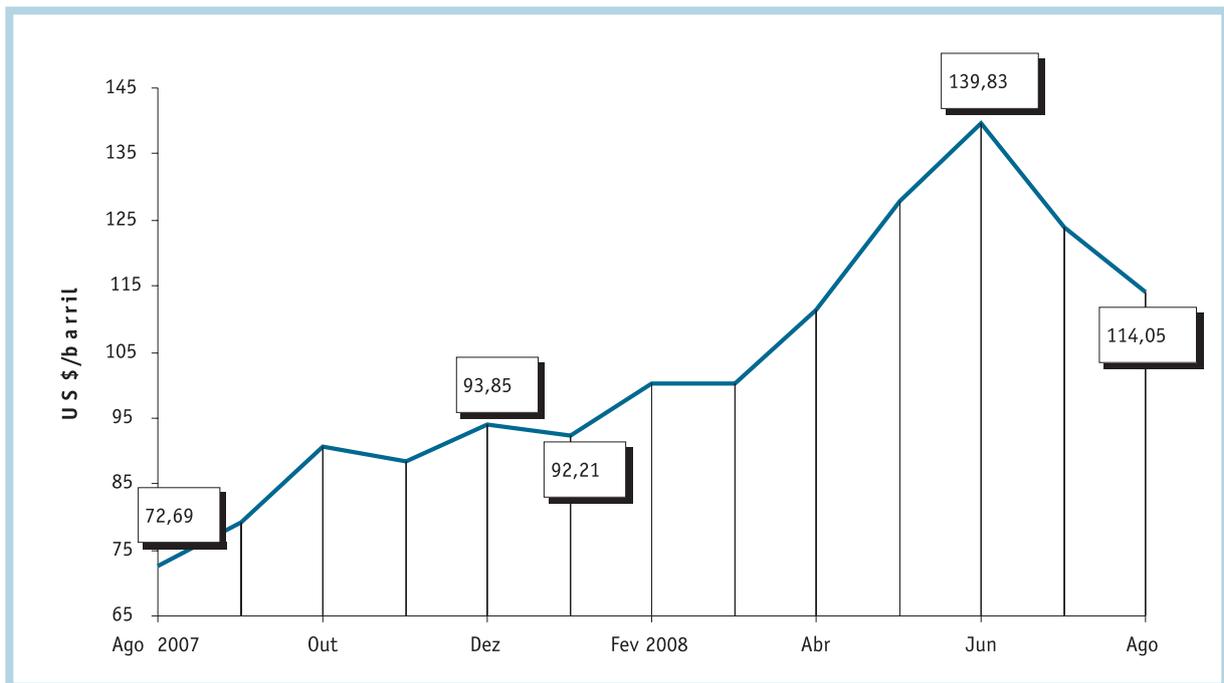


Gráfico 1. Preços do Petróleo Brent.

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

menos que 51,6%, isso sem contar o recorde de 147 dólares em 11 de julho. A partir de meados de julho, iniciou-se um movimento de declínio, fechando na média, em agosto, num valor 18% abaixo do pico médio de junho.

Esse movimento de alta dos preços do petróleo e de instabilidade implícita, em grande medida, carrega em si ações especulativas, principalmente, como consequência de desvio de montantes expressivos de recursos financeiros para aplicações em *commodities* diante da crise das hipotecas habitacionais *subprime* desencadeada nos EUA, no segundo semestre de 2007.

A reversão de preços observada a partir de julho deste ano, de modo similar, segue movimentos especulativos no sentido contrário, devido às bem fundadas expectativas de retração do crescimento da própria economia norte-americana, das economias da área do euro, e de economias importantes da Ásia, como do Japão, da China e da

Índia, associadas às pressões inflacionárias em curso, desde o segundo semestre de 2007, como detalhado adiante.

Junte-se a isso a atual instabilidade sistêmica do dólar americano frente às principais moedas, como euro, libra esterlina e iene, que além de introduzir riscos próprios, imprevisíveis, nos mercados futuros de câmbio, projetam noutros mercados especulativos, seja de opções ou de futuros de *commodities* em geral, percepções adicionais de riscos, embaçando, ainda mais, os frágeis instrumentos de precificação.

Não é em vão a grande volatilidade apresentada pelas principais praças financeiras internacionais nos últimos meses. Ou seja, essa junção perniciosa de instabilidade financeira e instabilidade produtiva, retratada na efetiva ameaça de estagflação em escala internacional, tem o seu fulcro na financeirização do sistema econômico mundializado⁴.

⁴ Por financeirização, entende-se, aqui, o hiperdescolamento das atividades financeiras em geral das atividades produtivas propriamente ditas. Nesses termos, refere-se à exacerbação das atividades especulativas em detrimento do lado real da economia, promovendo riscos sistêmicos que exercem papéis decisivos na acumulação permanente de bolhas voláteis, cujos estouros sempre promovem custos sociais não desprezíveis, com incidências negativas sobre os níveis de emprego e da inflação, dentre outros.

O petróleo como fonte de matéria-prima ou geração de energia é incomparável em sua multiplicidade e essencialidade de aplicações. No caso das atividades agropecuárias não é diferente, seja na constituição ou manutenção de máquinas e equipamentos em geral, nos sistemas de transportes e fertilizantes. Estes últimos, aliás, vêm se constituindo nos maiores vilões da crise de alimentos⁵.

A disparada de preços do petróleo está a imputar, em medidas distintas, aumentos não desprezíveis de custos na produção e comercialização de alimentos, aliás, em toda a cadeia do agronegócio internacional. Custos difíceis de serem suportados por grande parte dos produtores, notadamente os menores, diante da volatilidade implícita no mercado internacional dos preços dos seus produtos.

Historicamente, sabe-se que os preços agrícolas sofrem sistemáticas flutuações, alternando-se períodos de altas com períodos de baixas, em que os últimos tendem a prevalecer no longo prazo. Entretanto, a disparada inusitada desses preços no mercado internacional observada no segundo semestre de 2007 e, com maior agudeza, no primeiro semestre de 2008, salvo alguns poucos casos, situa-se completamente fora do padrão tendencial de tímida recuperação, em termos reais, do longo período de baixa observado entre começos dos anos 1960 e fins dos anos 1980⁶.

Tomando-se como referência o índice de preços de alimentos da FAO, como se evidencia no Gráfico 2, no período 2000–2005 há crescimento dos preços – 27,2% para o índice geral e 23,5% para o de cereais, ou seja, em média anual, 5% e 4%, respectivamente. A partir de 2006, as

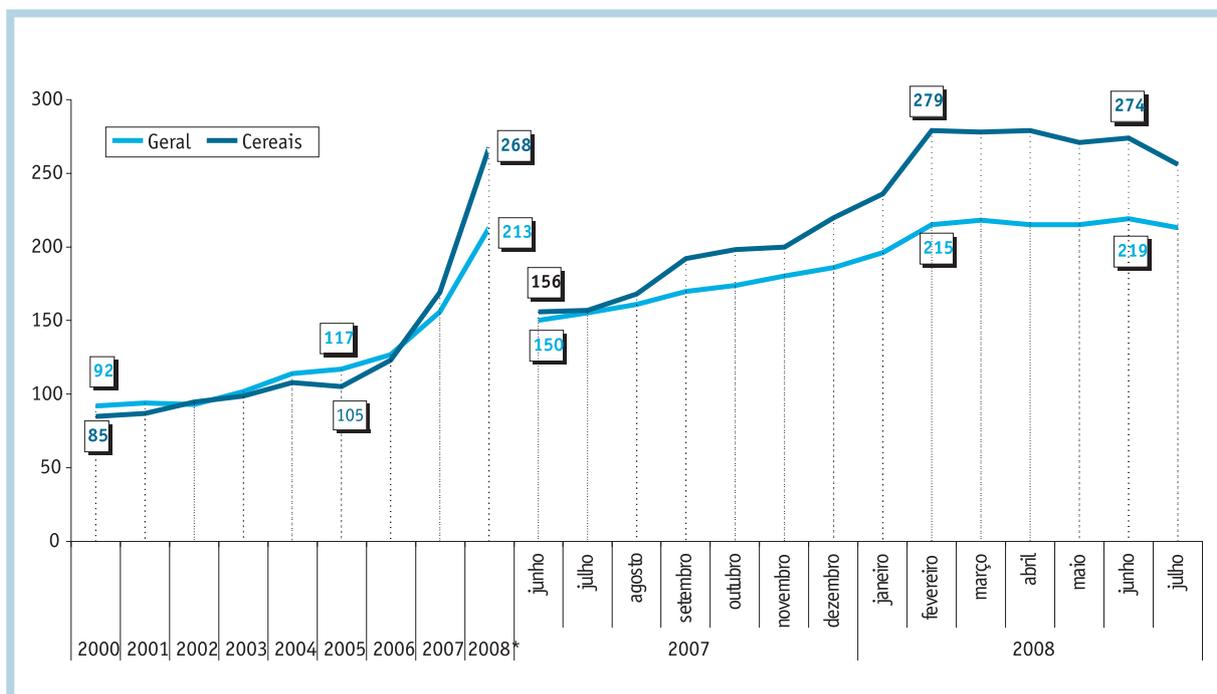


Gráfico 2. Índice da FAO para os preços de Alimentos - Geral e Cereais.

Fonte: Dados originais, FAO. Elaboração A. F.

Nota (*): Os índices agregados do ano de 2008 estão representados pelas respectivas médias dos índices mensais do período jan-jul.

5 Simulações interessantes, para o Brasil, de relações de trocas entre fertilizantes e dez produtos agrícolas – quantidade necessária para adquirir uma tonelada de fertilizante – são feitas regularmente pela Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda). Ali se podem constatar as perdas em termos de troca, na comparação do primeiro semestre de 2008 com o ano 2007, para nove dos dez produtos, excetuando-se o feijão, cujos preços internos atingiram inauditas altas durante este ano (ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DE ADUBOS, 2008).

6 Sobre as mudanças no longo prazo dos preços de alimentos (FAO, 2008a).

curvas de tendência mudam a declividade em sentido ascendente, e os incrementos relativos tornam-se explosivos e em maior proporção os preços de cereais⁷.

Comparando-se o primeiro semestre de 2008 com o segundo de 2007, ainda com base nos índices da FAO, tem-se para o índice geral um incremento de 24,7%, ou seja, um crescimento apenas ligeiramente abaixo do acumulado do período 2000–2005, acima referido. Os crescimentos do índice de cereais e do de óleos e gorduras alimentares foram de nada menos que 42,5% e 38,6%, respectivamente. Ou seja, num intervalo de seis meses, os preços de alimentos em geral e, particularmente, de cereais ou óleos e gorduras acumularam crescimentos proporcionais praticamente iguais ou ligeiramente superiores aos do período compreendido pelos cinco primeiros anos da década⁸.

Qualificações adicionais: um esboço

Numa perspectiva imediata, não é mera coincidência esse agudo incremento nos índices de preços de alimentos e nos de petróleo. Pois, se por um lado verifica-se a incorporação de custos derivados na produção e comercialização de alimentos devido às altas de preços do petróleo, por outro lado, praticamente os mesmos mecanismos especulativos que atuam sobre o petróleo atuam sobre alimentos ou *commodities* em geral.

Mesmo assim, há particularidades importantes, no tocante às altas de preços de alimentos, que vêm introduzindo maior rigidez à reduções de preços, em maiores ou menores medidas, dependendo da classe de produtos. São fatores que no médio e no longo prazo afetam as condições internacionais de oferta e demanda de alimentos, como discriminados a seguir em duas grandes ca-

tegorias interligadas que, no escopo deste estudo, infelizmente estão apenas apontadas.

Fatores conjunturais

- desequilíbrios climático-ambientais temporariamente reversíveis como: secas, geadas, enchentes, pragas, terremotos. Problemas recentes de secas na Austrália, um grande exportador de alimentos, e terremotos na China exemplificam maior essas circunstâncias;
- restrições governamentais às exportações, com o intuito de prover reservas internas, como forma de conter pressões inflacionárias internas, por exemplo, na China, na Índia e na Argentina;
- movimentos especulativos em mercados de *commodities* (futuros) antes referidos;
- considerável redução da pesquisa agrícola em escala internacional, em todos os níveis. Observe-se que a denominada “revolução verde”, desenrolada nos anos 1960–1970, tinha como intuito expandir a produção e a produtividade, por meio de melhorias de sementes e processos de trabalho, ampliando a fronteira agrícola dos países subdesenvolvidos. Na atualidade, como indicam os estudos especializados, a pesquisa está mais voltada para reduções de custos, como no caso das sementes transgênicas. Em vários fóruns internacionais, há reivindicações constantes por uma nova “revolução verde”, esta, agora, voltada para a África e alguns países da Ásia, onde se registram as piores condições de sustentabilidade alimentar;
- as recentes expansões de demanda, como consequência de melhorias de rendimentos dos mais pobres, especialmente na Ásia, no Brasil e na Rússia.

7 Cabe destacar o incremento de preços referente a óleos e gorduras vegetais e animais, não constante do gráfico exposto, que segue de perto o comportamento do índice de preços de cereais, no período considerado, muito embora no período 2000–2005 tenha registrado incremento de 51,4%, de sorte que no período corrente esse grupo de alimentos permanece expressando o vigoroso processo de incremento de preços evidenciado desde o começo do decênio (FAO, 2008a, p. 4), Figura 1.

8 Os dados originais aqui utilizados para os cálculos foram extraídos de FAO, 2008b.

Fatores estruturais

- acelerados processos de urbanização, destacando-se aqueles observados em países da Ásia e da África, os quais implicam aceleração da demanda, independentemente do aumento das rendas per capita, inclusive com significativas modificações nos padrões de consumo. As recentes estimativas populacionais da ONU apontam para 2008 o fato notável de que 50% da população mundial vivem em áreas urbanas. Isso equivale a 3,3 bilhões de pessoas, sendo que para 2030 a previsão é de 5 bilhões de pessoas; ou seja, em apenas 22 anos, deverá haver um acréscimo de no mínimo 1,7 bilhão de pessoas em zonas urbanas (UNFPA, 2007).
- modelo de expansão urbano-industrial fundamentado em sobreconsumo de energias e materiais não-renováveis, destacando-se os derivados de petróleo e matérias-primas de origem minerais – ferro, bauxita, alumínio, etc.;
- tradicional domínio da oferta das megaempresas transnacionais do setor agroindustrial;
- desertificação e outras degradações ambientais em larga extensão, com reduzidas possibilidades de reversão;
- apropriação concentrada da terra rural e ociosidade deliberada;
- ausência de políticas públicas sistemáticas e eficazes, aos níveis nacionais e internacionais, com vistas a garantir, com sustentabilidade no longo prazo, a segurança alimentar das populações pobres expostas aos riscos de fome e subnutrição.

Diante do exposto, embora esquematicamente, pode-se deduzir que, além das distorções de mercado promovidas pelas operações financeiro-especulativas, a presente inflação internacional de alimentos é, também, simultaneamente uma inflação de custos e de demanda. Resulta daí que muito pouco ou nenhum poder têm as políticas monetárias restritivas de atenuá-la no médio e longo prazo, até mesmo porque seus efeitos são disseminados internacionalmente com maior força tanto maior seja o grau de integração das respectivas economias nacionais.

1.2 - A Dinâmica Recente das Trocas Comerciais entre a China e a Região Nordeste do Brasil⁹

*Maria Cristina Pereira de Melo¹⁰
Carlos Américo Leite Moreira¹¹
Alexandre Weber Aragão Veloso¹²*

O intercâmbio econômico do Brasil com a China apresentou significativo crescimento da corrente de comércio no período 2002/07. Entre 2002 e

2006, esse incremento vinha sendo motivado principalmente pelo aumento das exportações de produtos brasileiros para a China. Entretanto,

9 Os resultados apresentados neste artigo fazem parte de pesquisa intitulada “Relações Comerciais China–Região Nordeste do Brasil: Uma Qualificação do Movimento no Período 2002–2007”, realizada pelos autores para o BNB-Etene.

10 Doutora em Economia pela Universidade de Paris. Professora e pesquisadora do Departamento de Teoria Econômica da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, da Universidade Federal do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Região, Indústria e Competitividade (RIC) da Universidade Federal do Ceará.

11 Doutor em Economia pela Universidade de Paris. Professor e pesquisador do Departamento de Teoria Econômica da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade e do Curso de Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional, da Universidade Federal do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Região, Indústria e Competitividade (RIC) da Universidade Federal do Ceará.

12 Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrando em Engenharia de Transportes pela Universidade Federal do Ceará.

to, constata-se uma inversão dessa tendência em 2007, quando as compras provenientes da China cresceram mais que proporcionalmente às vendas para aquele país. A forte apreciação da moeda nacional e o crescimento da demanda doméstica brasileira contribuíram para essa mudança.

Para o Nordeste, nos últimos seis anos, a cada dia a China tem ocupado posição mais relevante no *ranking* dos principais parceiros comerciais. Em 2007, esse país colocou-se no quarto lugar, com participação de 7%, tanto para as compras como para as vendas.

Em 2007, a Bahia e o Maranhão concentraram a maior proporção das vendas para a China, respondendo por 96% do valor total exportado pela Região para aquele destino. Esses dois estados são grandes produtores de bens intermediários, setor em que a demanda chinesa apresentou expressiva expansão nos últimos anos. Do lado das compras, Bahia, Ceará, Paraíba e Pernambuco juntos responderam por 93% do valor total transacionado naquele ano. Os quatro estados citados são os que, na Região, apresentam economias relativamente mais dinâmicas na produção e no consumo, o que justifica essa participação nas compras externas.

Ao longo desses seis anos, as vendas para a China registraram movimentos cíclicos de desconcentração e reconcentração, enquanto as compras executaram idênticos movimentos, porém no sentido inverso. Nesse contexto, deduz-se que as trocas da Região com o país asiático não seguem uma trajetória definida, sendo, portanto, instáveis, os pesos dos capítulos nas referidas pautas.

A pauta exportadora do Nordeste para a China compreende fundamentalmente setores tradicio-

nais da Região. Sete capítulos foram responsáveis por 93% do conjunto exportado para aquele país em 2007. Dois deles representaram mais de 50% do valor total vendido para o citado destino em 2005 e 2006: o cap.12 – Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palha e forragem; e o 47 – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão de reciclar (desperdícios e aparas). Em 2007, dois outros capítulos assumiram a liderança: 26 – Minérios, escórias e cinzas; e 74 – Cobre e suas obras.

O Nordeste tem comprado da China produtos de capítulos a cada dia mais diversificados, conservando, contudo, grande concentração em alguns deles, como, por exemplo, 84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes; e 85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes. Ao longo dos anos observados, as trocas bilaterais foram fortemente caracterizadas pelas transações intersetoriais. Quando ocorreram transações intra-setoriais, estas se deram predominantemente em um único sentido.

O conjunto de capítulos selecionados para análise (52, 54, 55, 60, 61, 62 e 64)¹³ correspondeu, em 2007, a 15% do valor total adquirido da China pelos estados do Nordeste, e nos últimos anos vem apresentando trajetória ascendente e sustentada, apesar de haver registrado comportamentos díspares entre eles no que tange à intensidade dos ganhos e perdas de posição na pauta regional. No período considerado, os estados da Região, exceto o Maranhão, importaram, uns em menor, outros em maior intensidade, produtos pertencentes a esses capítulos. A Paraíba vem se destacando como o maior importador regional de produtos dos referidos capítulos oriundos daquele país.

13 Para efeito de análise, foram selecionados os grupos de produtos que fazem parte de segmentos tradicionais da estrutura produtiva da Região, correspondentes a capítulos da NCM apresentados a seguir: 52 – Algodão, 54 – Filamentos sintéticos ou artificiais, 55 – Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas, 60 – Tecidos de malha, 61 – Vestuário e seus acessórios, de malha, 62 – Vestuário e seus acessórios, exceto de malha e 64 – Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes.

A partir da análise agregada do comportamento do comércio entre o Nordeste do Brasil e a China no período 2002/07, examinam-se os estados, individualmente, apresentando-se, a seguir, os resultados de cada caso específico:

ALAGOAS

- Ao longo dos anos observados o comércio com a China foi irregular. Em 2007, não ocorreram vendas; as compras estiveram em 2% da pauta regional e somam 8% do valor total adquirido pelo estado.
- As exportações, nos anos em que ocorreram, foram extremamente concentradas, enquanto as importações têm apresentado movimento desconcentrador nos anos recentes.
- As exportações são esporádicas e as importações se iniciaram em 2003. O capítulo 84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes respondeu pela quase totalidade das compras até 2004.
- Os dois capítulos exportadores: 29 – Produtos químicos orgânicos), em 2004; e 68 – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes, em 2005, exportaram, cada um deles, um único produto, respectivamente: outras pedras de cantaria, etc. trabalhadas outro modo e obra e 1.2-dicloroetano (cloreto de etileno).
- No período analisado não ocorreram trocas intra-setoriais com a China.

BAHIA

- No período em questão, a Bahia manteve forte relação comercial com a China. A importância do comércio evidenciou-se tanto na condição de comprador como de fornecedor de produtos, nos últimos seis anos.

A China passou a figurar entre os principais parceiros comerciais do estado, chegando a ocupar a quarta posição no último ano, com cerca de 8% das compras.

- A concentração setorial das importações oriundas da China vem superando o comportamento no tocante às exportações. A concentração das vendas mostrou a sintonia entre o perfil da indústria baiana, marcada pela forte presença do setor de bens intermediários, e a crescente especialização da economia chinesa na importação desse tipo de produto.
- Em 2007, cinco capítulos responderam por 93% do valor total exportado para o citado destino: 12 – Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palha e forragem; 29 – Produtos químicos orgânicos; 47 – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão de reciclar (desperdícios e aparas); 52 – Algodão e 74 – Cobre e suas obras.
- As compras provenientes da China ficaram concentradas em quatro capítulos, correspondendo a 90% do total adquirido dessa origem em 2007. No entanto, somente dois deles somaram 85% de participação: 84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes; e 85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes.
- No âmbito nordestino, a Bahia apresentou o maior volume de trocas intra-setoriais com a China. Em 2007, as trocas de produtos pertencentes ao mesmo setor ocorreram em 21 capítulos, o que revelou evolução positiva dessa forma de comércio. Chama a atenção a forte corrente de comércio do capítulo 85 – Reatores nucleares, caldeiras,

ras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes nos dois últimos anos da série. Em 2006, o estado exportou um item desse capítulo e importou 222, enquanto, em 2007, foi vendido um e comprados 237. Outros capítulos apareceram nas trocas intra-setoriais no período: 61 – Vestuário e seus acessórios, de malha; 62 – Vestuário e seus acessórios, exceto de malha; e 64 – Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes, todos esses com forte predominância das importações.

CEARÁ

- Ao longo dos últimos seis anos, o comércio bilateral Ceará-China sustentou ritmo de crescimento das exportações inferior ao das importações. O saldo da balança comercial foi deficitário nesse período. A participação das exportações cearenses para esse país no valor total das vendas externas estaduais assinalou incremento significativo no período.
- O comércio estadual com a China, nos últimos seis anos, evoluiu para uma pauta exportadora mais especializada e um maior nível de diversificação das compras.
- Cinco capítulos respondiam por 92% das vendas em 2007: 8 – Frutas, cascas de cítricos e de melões; 15 – Gorduras e óleos animais ou vegetais, produtos da sua dissociação, gorduras alimentares elaboradas e ceras de origem animal ou vegetal; 21 – Preparações alimentícias diversas; 39 – Plásticos e suas obras; 41 – Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros.
- As importações mostraram-se mais diversificadas do que as exportações para a China. Em 2007, considerando o peso na pauta de importação, onze grupos de produtos par-

ticiparam com 91% das compras estaduais fechadas com chineses. Dos onze capítulos, quatro são responsáveis por 60% do total das compras.

- As trocas setoriais entre o Ceará e a China estiveram presentes em sete capítulos em 2007, bem mais que os dois observados em 2002. Os capítulos mais representativos foram o 39 – Plásticos e suas obras, o 64 – Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes e o 84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes. Nesses capítulos, constatou-se forte domínio das importações sobre as exportações. No capítulo 84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes, por exemplo, o comércio intra-setorial ocorreu no intervalo analisado. Vale destacar a inexistência de trocas de produtos comuns nesse capítulo. Com relação aos capítulos intensivos em mão-de-obra, o comércio intra-setorial observou-se no capítulo 64 – Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes, com expressivo crescimento das importações de produtos provenientes da China no período. Em 2007, o volume exportado concentrou-se em dois itens, enquanto as importações saltaram para nove. Dos cinco produtos comuns identificados no período 2002/05, três estavam vinculados às trocas intra-setoriais com diferenciação vertical (comércio de qualidade), enquanto dois vinculavam-se às trocas com diferenciação horizontal (comércio de variedade). Em apenas um caso, o valor unitário do produto importado foi superior ao do exportado.

MARANHÃO

- O Maranhão manteve forte relação comercial com a China no período, sobretudo no que

se refere às vendas. Esse país passou a ocupar espaço a cada dia mais significativo nas vendas externas, correspondendo a 15% do valor total exportado no último ano da série. O citado destino já se tornou o segundo mais importante para o Maranhão.

- O comércio com a China está ainda fortemente concentrado nas vendas, apesar de ter ocorrido desconcentração setorial, se comparado com o início do período. A concentração tem sido bem menos acentuada na distribuição setorial das importações.
- Em 2007, dois capítulos responderam pela quase totalidade do valor exportado pelo estado para o citado destino: 26 – Minérios, escórias e cinzas; e 12 – Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palha e forragem.
- O estado comprou, em 2007, fundamentalmente, produtos pertinentes a quatro capítulos: 28 – Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos; 31 – Adubos ou fertilizantes; 84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes; e 85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes, que juntos somaram quase 100% do valor total das compras.
- No período analisado ocorreram trocas exclusivamente intersetoriais com a China.

PARAÍBA

- As transações comerciais da Paraíba com a China são, de longe, muito mais importantes para as compras do que para as vendas. O saldo da balança comercial tem

sido crescentemente negativo nos últimos cinco anos observados.

- Houve forte concentração setorial das vendas ao longo dos anos. As compras, de seu lado, estiveram setorialmente mais diversificadas. Tanto as vendas como as compras experimentaram um processo de diversificação setorial no período.
- Dois capítulos responderam pela quase totalidade do valor vendido pelo estado em 2007: 25 – Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento; e 59 – Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis.
- Os capítulos importadores mais representativos para as compras, em 2007, foram o 60 – Tecidos de malha e fibras sintéticas ou artificiais descontínuas e 64 – Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes. Juntos, esses capítulos totalizaram pouco mais de 50% do conjunto comprado pelo estado aos chineses naquele ano.
- No período 2004/07, ocorreram trocas intra-setoriais com a China, fundamentalmente nos capítulos 39 – Plásticos e suas obras e 84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes. Essas trocas estiveram associadas a movimentos em sentido único, com a China dominando as transações tanto de bens intermediários como de bens finais. No período em questão, não houve comercialização de produtos comuns entre a China e a Paraíba.

PERNAMBUCO

- No período considerado, o comércio com a China apresentou instabilidade nos fluxos de vendas. Em 2007, o estado participou

com menos de 1% das exportações da Região para aquele país. Enquanto isso, as suas compras alcançaram 13% do total adquirido pela Região.

- A concentração setorial, tanto das vendas para a China como das compras, tem apresentado comportamento oscilante ao longo do período analisado, ambos com resultado desconcentrador, se comparadas as duas pontas do intervalo.
- Quatro capítulos responderam por 90% da pauta exportadora pernambucana para a China em 2007: 41 – Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo) e couros; 40 – Borracha e suas obras; 25 – Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento; e 85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes.
- O conjunto dos principais capítulos da pauta importadora pernambucana da China representou, em 2007, forte peso nas compras setoriais externas efetuadas pelo estado. Citam-se, a seguir, os mais representativos: 40 – Borracha e suas obras (mais de 50% do valor total comprado do exterior); 85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes (35%); 28 – Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos (30%); e 87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios (30%).
- As trocas intra-setoriais revelaram forte corrente no capítulo 85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes, em todos os anos do período considerado. Com menor intensidade e alguma instabilidade estiveram os capítulos 29 – Produtos químicos orgânicos; 39 – Plásticos e suas obra; 40 – Borracha e suas obras; 52 – Algodão;

61 – Vestuário e seus acessórios, de malha; e 70 – Vidro e suas obras. Todos esses apresentaram muito menos itens para as vendas do que para as compras. Quanto ao comércio intra-setorial do capítulo 85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes, observa-se que nos anos do período analisado, oito produtos estavam associados ao comércio cruzado de qualidade, e nenhum com o comércio cruzado de variedade. Todos os produtos finais ou intermediários comuns mostraram distância de valores unitários favorável às exportações, o que pode denotar que houve diferença de qualidade entre o que estava sendo vendido e aquilo que estava sendo comprado.

PIAUI

- O comércio bilateral entre o Piauí e a China assinalou déficits na balança comercial nos seis anos analisados, com o maior valor negativo verificado em 2007. Esses déficits deveram-se, principalmente, ao expressivo crescimento das compras feitas àquele país.
- As exportações destinadas à China mostraram inflexão para a desconcentração a partir de 2005. Já as importações oriundas desse país, apesar das oscilações anuais, demonstraram trajetória de desconcentração nos últimos três anos da série.
- A pauta exportadora do Piauí revelou que 94% das vendas direcionadas para a China estavam concentradas em dois capítulos: 12 – Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palha e forragem; e 15 – Gorduras e óleos animais ou vegetais, produtos da sua dissociação, gorduras alimentares elaboradas e ceras de origem animal ou vegetal.

- As importações do Piauí originadas da China foram bem mais diversificadas que as exportações. Nove capítulos responderam por 91% das compras do estado no país asiático em 2007.
- O estado assinalou comércio intra-setorial com a China no capítulo 41 – Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros, em 2006, sem ocorrência de trocas de produtos comuns.

RIO GRANDE DO NORTE

- As relações comerciais do Rio Grande do Norte com a China evidenciaram comportamento deficitário da balança comercial no período 2002/07, particularmente nos dois últimos anos.
- As compras apresentaram grande diversificação no período 2002/07. Já as vendas do estado para o país oriental permaneceram bastante concentradas, apesar do recuo observado nesse mesmo período.
- Em 2007, as exportações do Rio Grande do Norte em direção à China assinalaram grande concentração das vendas em três capítulos: 8 – frutas, cascas de cítricos e de melões; 25 – Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento; e 28 – Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos. Juntos, esses capítulos concentraram, nesse ano, 90% das vendas para a China, sendo que o capítulo 28, sozinho, movimentou mais de 60% do total das exportações para aquele país.
- As importações do estado assinalaram maior diversificação do que as exportações. Nesse caso, nove capítulos responderam por mais de 90% das compras de produtos

chineses em 2007. Em 2002, apenas seis capítulos concentravam 95% das compras efetuadas na China.

- O Rio Grande do Norte assinalou comércio intra-setorial com a China nos capítulos 52 – Algodão, em 2007 e 28 – Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos, em 2006. Contudo, não se constatou comércio de produtos comuns entre a China e o Rio Grande do Norte na série investigada.

SERGIPE

- O comércio do estado com a China tem se caracterizado por movimentos cíclicos das importações ao longo dos seis últimos anos.
- Nos quatro anos da série em que o Sergipe vendeu para a China, um único produto foi responsável pelo total exportado, pertinente ao capítulo 64 – Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes. Nas importações, registrou-se um movimento de desconcentração da pauta, com retração de quase 40% no período 2003/07.
- Cinco capítulos foram responsáveis por 92% das vendas para a China: 28 – Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos; 31 – Adubos ou fertilizantes; 54 – Filamentos sintéticos ou artificiais; 84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes; e 90 – Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios.

- Nesse estado, não se observou comércio intra-setorial no período investigado.

Produtos pertencentes aos capítulos selecionados foram importados, em menor ou maior intensidade, nos anos do período considerado, por oito dos nove estados da Região. A Paraíba tem se destacado como grande importador regional para o conjunto dos referidos capítulos oriundos da China e o maior comprador para os capítulos 52, 60, 62 e 64. A participação dos demais estados tem oscilado nos citados capítulos, sendo Alagoas e Bahia mais fortes nas compras dos capítulos 61 e 62; Ceará e Pernambuco nos capítulos 52, 54 e 60. Dentre esses capítulos, o 64 foi o mais representativo na pauta regional de importações oriundas da China em 2007.

Para o setor de calçados, algumas conclusões podem ser extraídas a partir da análise de três estados em particular: Ceará, Paraíba e Bahia. O Ceará importou da China expressivo montante do setor de calçados nos últimos seis anos. Destacam-se as compras de calçados sintéticos e, no último ano, de componentes. Para esse estado, o aumento das compras de calçados da China não implicou um processo de substituição da produção local por importações. As vendas estaduais desse tipo de calçado cresceram significativamente, o que pode revelar uma especialização da indústria cearense em determinados itens desse segmento. O argumento pode ser corroborado pela expressiva diferença entre os valores unitários dos produtos adquiridos da China e os dos itens vendidos pelo estado ao resto do mundo.

A Paraíba concentrou a maior proporção das compras de calçados oriundos da China, comparativamente ao total adquirido pelos nove estados da Região no período analisado. As importações são bastante diversificadas, com ênfase nos calçados para esporte fabricados com matéria têxtil ou sintética. O movimento das vendas do setor de calçado paraibano para o resto do mundo pode caracterizar uma trajetória de substituição da produção local pela importação, haja vista que o segmento de calçados de couro tem registrado significativa retração, sendo que nos dois últimos anos da série ocorreu grande penetração desse segmento. O estado vem se especializando em calçados manufaturados a partir de matéria sintética de baixo valor unitário, importando da China calçados para esporte feito de matéria têxtil de maior preço unitário. Por sua vez, em 2007 revelaram-se insignificantes as vendas externas de calçados de couro, produto tradicional da pauta estadual.

A Bahia tem ampliado as exportações de produtos do setor de calçados. Nesse setor, o segmento que mais evoluiu foi o de sintéticos. Por sua vez, as vendas externas do estado têm experimentado significativo incremento ao longo dos anos, sobretudo aquelas referentes aos produtos manufaturados de couro, os quais registraram aumento no valor unitário nos anos considerados. Para o segmento de sintéticos, as vendas recuaram em 2006, vindo a crescer no ano seguinte, sem, contudo, voltar ao patamar anterior. Associado à significativa elevação das importações chinesas desse segmento, esse movimento pode revelar aqui substituição da produção local pela importação.

REFERÊNCIAS



ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DE ADUBOS (ANDA). Disponível em: <<http://www.anda.org.br/estatisticas.aspx>>. Acesso em: 5 set. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 7 set. 2008.

FAO. **Aumento de los precios de los alimentos: hechos, perspectivas, impacto y acciones requere-**

ridas. abr. 2008. Disponível em: <<http://www.fao.org/foodclimate>>. Acesso em: 20 ago. 2008a.

_____. **Food price indices**. aug. 2008. Disponível em: <<http://www.fao.org/worldfoodsituation/FoodPricesIndex/en>>. Acesso em: 28 ago. 2008b.

UNFPA. **Estado de la población mundial 2007: liberar el potencial del crecimiento urbano**. [S.l.]: UNFPA, 2007.

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

De acordo com as atuais previsões do Fundo Monetário Internacional (2008), a desaceleração do crescimento da economia mundial terá continuidade no segundo semestre de 2008. Porém, uma pequena recuperação é prevista a partir do segundo semestre de 2009. O crescimento mundial, que em 2007 registrou 5%, deverá ficar em 4,1% em 2008.

Nos Estados Unidos, as projeções sinalizam para uma expansão de apenas 1,3%. Entretanto, vale destacar que esse desempenho é superior à estimativa anterior, devido aos resultados acima do esperado no primeiro trimestre. Na avaliação do FMI, os preços ainda elevados do petróleo e dos alimentos, assim como a retração do crédito, continuarão afetando a demanda interna americana. Os últimos dados da inflação naquele país revelam um cenário preocupante. O Índice de Preços ao Produtor, do Departamento de Trabalho, que mede o custo de produtos no atacado, subiu 1,2% em julho – o maior incremento observado em 17 anos. Já o Departamento de Comércio assinalou, no mês de julho, um recuo de 11% no início de construção de moradias nos Estados Unidos, a menor taxa anualizada em 17 anos (REUTERS, 2008).

Diante da pressão inflacionária e da redução das taxas de crescimento, o Banco Central americano optou por manter os juros em níveis baixos, visando limitar os prejuízos causados pela crise financeira deflagrada com o problema das hipotecas habitacionais *subprime*.

O cenário na Zona Euro e no Japão sinaliza também uma desaceleração da atividade econômica na segunda metade de 2008. Ante esse cenário adverso, o Banco Central do Japão decidiu manter suas taxas de juros em 0,5%, avaliando que a inflação ainda não atingiu níveis preocupantes. Vale salientar que o Produto Interno Bruto japonês recuou 0,6% no segundo trimestre de 2008, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, em decorrência da redução da demanda interna e das exportações.

Por outro lado, as economias emergentes e em desenvolvimento continuarão registrando taxas relevantes de crescimento, porém num ritmo menos acelerado. O FMI projeta uma expansão para esses países em torno de 7% em 2008, abaixo, portanto, aos 8% cravados ano passado. A China continuará na liderança, com previsão de crescimento de 10% em 2008, inferior aos 12% registrados em 2007.

A desaceleração da economia mundial poderá afetar o desempenho da economia brasileira. As exportações nacionais serão afetadas pela tendência de queda nos preços de *commodities* importantes de sua pauta, cujas cotações alcançaram patamares bastante elevados. Vale destacar que o aumento de 27% da receita de exportação entre janeiro e julho de 2008 foi impulsionado principalmente por ganhos nos preços, particularmente de *commodities* metálicas e agrícolas.

Com relação às exportações de manufaturas, a apreciação cambial vem afetando substancialmen-

te o quantum exportado de bens industrializados. Uma pesquisa com 855 executivos realizada pela Confederação Nacional da Indústria revelou um recuo na quantidade de empresas que utilizam linhas oficiais de financiamento para exportar. O real valorizado, ao desestimular as exportações, é um dos fatores responsáveis pela demanda menor por financiamentos.

Apesar da conjuntura adversa, as expectativas descritas no Relatório Focus do Banco Central, edição de 15/08/2008, consignam um superávit de US\$ 23,3 bilhões, um pouco superior às previsões formuladas há quatro semanas, de US\$ 22,6 bilhões. Essa mudança reflete a expectativa do mercado de um menor crescimento das importações em função da elevação da taxa básica de juros.

Já o déficit em conta corrente no acumulado dos sete primeiros meses do ano alcançou US\$ 19,5 bilhões, o pior resultado para o período desde o início da série histórica em 1947. Porém, a expectativa do Banco Central é de uma desaceleração do déficit no segundo semestre, acreditando em um menor ritmo das despesas com serviços e de remessas de lucros e dividendos das empresas estrangeiras, que se concentram principalmente na primeira metade do ano. De acordo com as previsões do mercado, o déficit em conta corrente chegará a US\$ 25 bilhões em 2008, um pouco acima da previsão de US\$ 24 bilhões há quatro semanas.

A conta-corrente, este ano, vem sendo financiada, sobretudo, pelo forte ingresso de investimento direto estrangeiro, que totalizou US\$ 19,9 bilhões no acumulado até julho. A previsão para 2008 alcança US\$ 34,6 bilhões.

A conjuntura internacional adversa contrasta com o dinamismo da demanda interna. O cenário de expansão da demanda doméstica tem sido ratificado pela evolução positiva de diversos indicadores.

O consumo das famílias apresentou resultados positivos, beneficiado pelo bom desempenho do mercado de trabalho, decorrente da continuidade da expansão do emprego, sobretudo, dos trabalhadores com carteira assinada. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de julho contabiliza a abertura de 203.218 empregos com carteira assinada no país, o melhor resultado para o mês da série histórica iniciada em 1992. Já a taxa de desemprego nacional divulgada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE situou-se em 8,1% da População Economicamente Ativa (PEA) em julho, a menor taxa para esse mês, em toda a série da PME.

Ademais, a expansão do crédito foi crucial para o incremento do poder de compra das famílias. Somente as operações de empréstimos para pessoas físicas atingiram US\$ 360,9 bilhões no acumulado do ano – incremento de 34,2% em 12 meses (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

Finalmente, o poder de compra das famílias vem se beneficiando do impacto favorável da queda dos preços de *commodities* nos índices de inflação. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, a diminuição de 2% para 0,38% na taxa do Índice Geral de Preços – 10 (IGP – 10) entre julho e agosto foi a mais intensa desaceleração mensal no resultado do índice desde janeiro de 2003. Esse resultado reflete o comportamento dos preços dos produtos agropecuários no atacado e de alimentos no varejo, que estão apresentando recuo no ritmo de crescimento.

Constata-se também um grande dinamismo das importações de bens de capital, com incremento de 36,5% no acumulado dos seis primeiros meses do ano, impulsionado pela valorização do Real (FUNCEX, 2008). Esse aumento das importações está vinculado a um relevante movimento de absorção doméstica, criando condições favoráveis para a modernização e expansão da capacidade produtiva.

O incremento da demanda por investimentos beneficiou a indústria de bens de capital, que cresceu 17,1% nos seis primeiros meses do ano, liderando a expansão (6,3%) da produção industrial (IBGE, 2008). A continuidade dessa trajetó-

ria ascendente da oferta dependerá da disposição do setor produtivo de aumentar os investimentos na ampliação da capacidade produtiva e da realização de inversões em infra-estrutura.

REFERÊNCIAS



BANCO CENTRAL DO BRASIL. Política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. **Nota para a imprensa**, 29 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

FMI. **Perspectives de l'économie mondiale**. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

FUNCEX. **Boletim Funcex de Comércio Exterior**, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

IBGE. **Pesquisa industrial mensal**: produção física, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: [2008].

REUTERS. **Pressões inflacionárias aumentam nos EUA**. Disponível em: <<http://www.reuters.com>>. Acesso em: [2008].

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 - Produto Interno Bruto

A economia brasileira assinalou expansão de 0,7% no primeiro trimestre de 2008 com relação ao trimestre anterior, após variação positiva de 1,6% no quarto trimestre de 2007 em similar comparação.

O desempenho do primeiro trimestre de 2007 relativamente ao mesmo período de 2006 revela expansão de 5,8% – a vigésima quinta alta con-

secutiva do PIB nessa base de comparação. Essa *performance* resultou, principalmente, do incremento de 5,5% do valor adicionado a preços básicos e de 8% nos impostos sobre produtos. O aumento deste último está fortemente relacionado com o dinamismo das importações de bens e serviços, que tem possibilitado um acréscimo do volume de impostos sobre produtos (Gráfico 1).

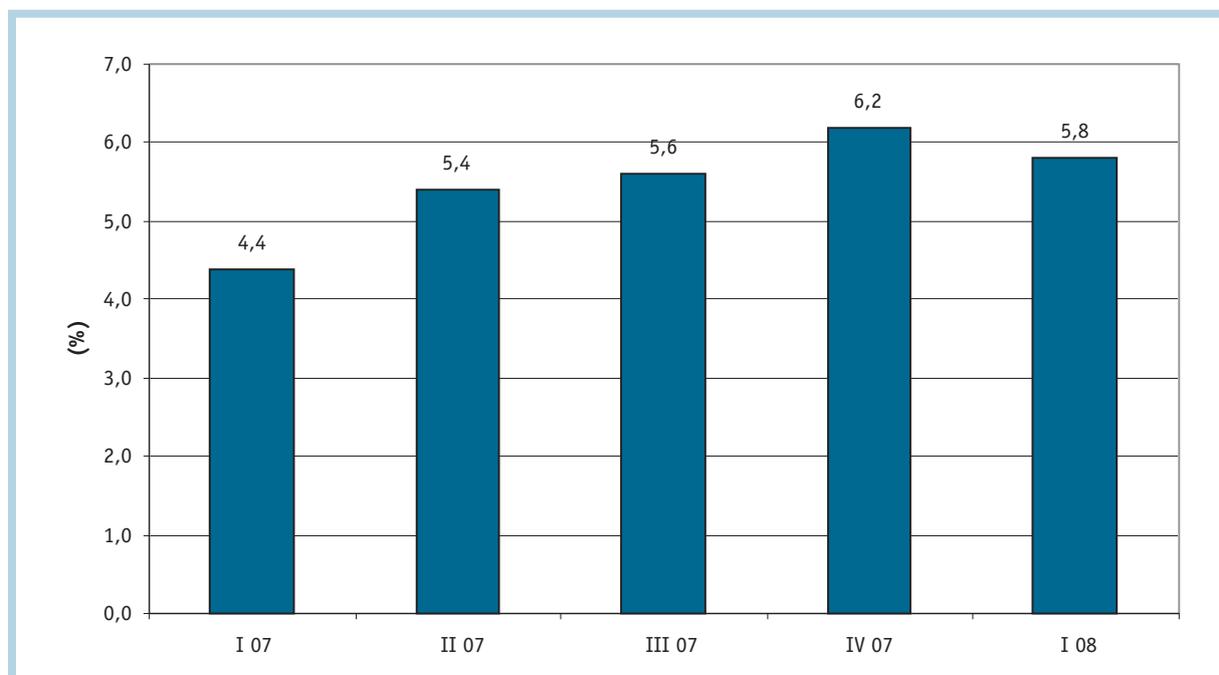


Gráfico 1 - Variação do PIB Trimestral em Períodos Selecionados - Taxa Trimestral/ Mesmo Trimestre do Ano Anterior

Fonte: (IBGE, 2008a).

No acumulado dos últimos quatro trimestres, o crescimento também foi de 5,8%, o maior para esse período desde o início da série histórica. Com esses resultados, a produção de riquezas no país alcançou R\$ 665 bilhões no primeiro trimestre de 2008, sendo R\$ 507 bilhões referentes ao valor adicionado a preços básicos e R\$ 104 bilhões alusivos aos impostos sobre produtos.

O PIB apresentou significativo avanço no indicador mensal e no acumulado dos últimos 12 meses. Constatou-se, porém, pelo segundo trimestre consecutivo, uma desaceleração no indicador trimestre/trimestre imediatamente anterior. Essa tendência pode vir a se confirmar no trimestre seguinte por conta do ciclo recente de alta da taxa básica de juros em resposta ao comportamento dos preços.

Do lado da demanda, os resultados foram expressivos, com crescimento de 15,2% da Forma-

ção Bruta de Capital Fixo (FBCF), na comparação mensal, refletindo tanto o aumento das importações de bens de capital como a elevação da produção doméstica. São 17 trimestres seguidos de crescimento nessa base de comparação. Já na comparação trimestre/trimestre imediatamente anterior, constatou-se uma desaceleração, com o incremento da FBCF alcançando 1,3% dessazonalizado (Gráfico 2).

O aumento das importações de bens de capital, estimulado pela apreciação cambial, vem contribuindo decisivamente para a expansão da capacidade produtiva. Dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX, [2008]b) mostram que as compras internacionais de bens de capital apresentaram incremento no acumulado janeiro-junho.

Ademais, foi substancial a contribuição da produção local de máquinas e equipamentos no

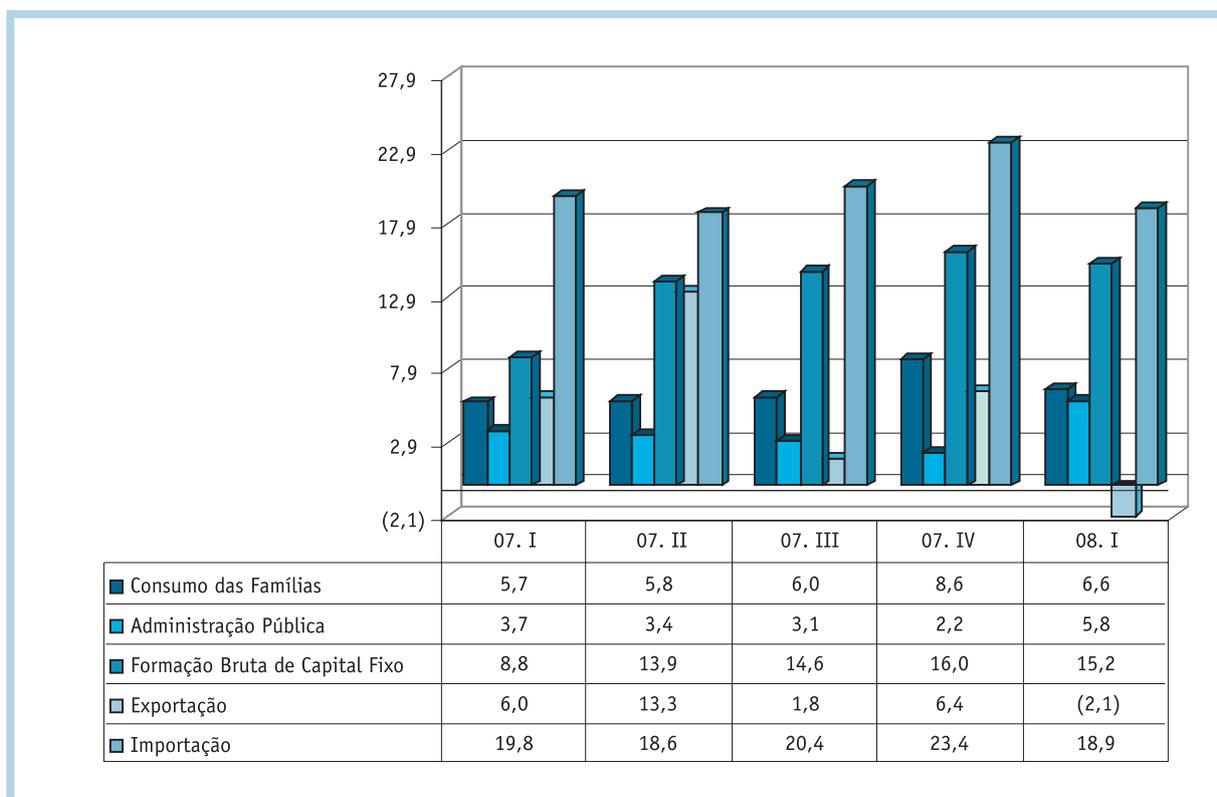


Gráfico 2 - Variação do PIB por Componente da Demanda (Trimestre/ Mesmo Trimestre do Ano Anterior)

Fonte: (IBGE, 2008a).

total do investimento, beneficiada pela significativa absorção doméstica de bens de capital da estrutura produtiva. Todos os ramos da indústria de bens de investimento assinalaram taxas de crescimento positivas no indicador acumulado do ano, com destaque para bens de capital agrícolas (44,2%) e peças agrícolas (121,4%) (Tabela 1).

Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA, 2008a) confirmam o bom momento da indústria de máquinas agrícolas, que encerrou o primeiro semestre do ano com produção 38,8% superior à do mesmo período de 2007. O grande destaque foi o segmento de colheitadeiras, que registrou alta de 91% nessa base de comparação. As vendas direcionadas para o mercado interno registraram acréscimo de 52,4% – bem superior ao crescimento das exportações (26,5%). Vale salientar que nesse setor apenas uma pequena parcela do mercado é atendida pelas importações.

A decisão, recentemente anunciada, de que o governo vai subsidiar a venda de até 60 mil tratores para pequenos produtores rurais, contribuirá decisivamente para a continuidade de expansão das vendas de máquinas agrícolas.

Já a produção de bens de capital para fins industriais não-seriados registrou alta de 10,3% no

acumulado do ano e de 23,8% no indicador mensal. Diferentemente das máquinas feitas em série, os bens de capital sob encomenda são fabricados para atender necessidades específicas de indústrias e, geralmente, estão relacionados com a expansão da capacidade produtiva. A indicação de bom desempenho desse setor reflete planos de investimento já em curso, o que justifica sua atuação positiva mesmo diante do aumento da taxa de juros.

Apesar do crescimento da produção doméstica, constata-se incremento de grande monta das importações de máquinas sob encomenda. De acordo com a Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (FUNCEX, 2008a) as compras internacionais de não-seriados cresceram 64% no período janeiro–maio, enquanto as exportações aumentaram apenas 25,7%. A previsão da ABDIB para 2008 é de déficit nesse segmento, após cinco anos de superávit.

A expansão das importações e da produção local, associada a um arrefecimento das exportações, contribuiu positivamente para o consumo aparente de máquinas, com acréscimo de 33% no acumulado dos cinco primeiros meses do ano, comparativamente a igual período de 2007.

Os bons resultados da FBCF propiciaram a elevação da taxa de investimento, que atingiu

Tabela 1 – Brasil. Produção Física – Índices Especiais de Bens de Capital

Segmentos	Mensal (1)			Acumulado (2)			Últimos 12 meses (3)		
	Mar	Abr	Mai	Jan-Mar	Jan-Abr	Jan-Mai	Até Mar	Até Abr	Até Mai
Bens de Capital Para Fins Industriais	111,13	117,73	99,30	112,12	113,57	110,26	115,98	115,47	113,10
Bens de Capital Para Fins Industriais Seriadados	110,48	118,49	96,04	111,78	113,53	109,40	116,98	116,52	113,67
Bens de Capital Para Fins Industriais Não-Seriados	115,44	112,82	123,80	114,23	113,87	115,92	109,58	108,78	109,46
Bens de Capital Agrícolas	134,94	137,52	124,08	153,84	149,46	144,17	159,67	158,84	156,40
Bens de Capital Peças Agrícolas	292,47	187,34	152,94	346,44	265,90	221,36	332,26	315,55	282,76
Bens de Capital para Construção	100,41	109,28	95,23	111,59	110,95	107,28	119,76	118,46	116,21
Bens de Capital para o Setor de Energia Elétrica	106,80	111,12	100,53	115,18	114,18	111,12	126,36	125,45	123,08
Bens de Capital Equipamentos de Transporte	118,77	142,48	111,24	129,04	132,51	127,42	122,72	125,15	124,77
Bens de Capital de Uso Misto	101,86	119,95	101,45	104,50	108,15	106,72	111,99	112,52	111,15

Fonte: (IBGE, 2008d).

(1) Base: Igual mês do ano anterior = 100

(2) Base: Igual período do ano anterior = 100

18,3% do PIB no primeiro trimestre de 2008 e 16,9% no mesmo período do ano anterior.

Os investimentos do setor produtivo estão impulsionando os financiamentos às empresas. O dinamismo do mercado de crédito está vinculado, sobretudo, à demanda de recursos bancários por parte das empresas, que cresceram 32,8% em termos reais em maio de 2008, comparativamente a maio de 2007. São financiamentos de curto e médio prazo destinados a inversões mais "leves", como certos tipos de máquinas, equipamentos ou instalações e investimentos em capital de giro para compra de matérias-primas e financiamento de vendas (IEDI, 2008a) (Gráfico 3).

O consumo das famílias apresentou incremento de 6,6%. É a décima oitava vez consecutiva que se registra avanço. O desempenho do consumo das famílias resulta, principalmente, da expansão da massa salarial e das condições favoráveis de operações de crédito para pessoas físicas. A ampliação do emprego formal e o dos rendimentos dos trabalhadores estão sendo determinantes para o dinamismo da massa salarial.

Dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) revelam que o contingente de pessoas ocupadas registrou alta de 4,6% em maio de 2008, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Vale destacar que essa taxa foi bem superior aos 3% registrados em 2007. No recorte regional, observou-se que Salvador e Recife não apresentaram alteração positiva no pessoal ocupado nessa base de comparação.

Esse desempenho repercutiu favoravelmente no nível de ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação à população em idade ativa), que foi estimado em 52,2%, o maior para o mês de maio nas regiões investigadas pelo IBGE.

Setorialmente, os destaques na geração de empregos ficaram por conta dos segmentos de construção civil e da indústria, que cresceram, respectivamente, 7,3% e 6,1% em maio, na comparação com maio de 2007. Os setores de serviços a empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira (5,9%), impulsionados pelas operações de crédito e atividades imobiliárias, e os de educação, saúde, serviços sociais,

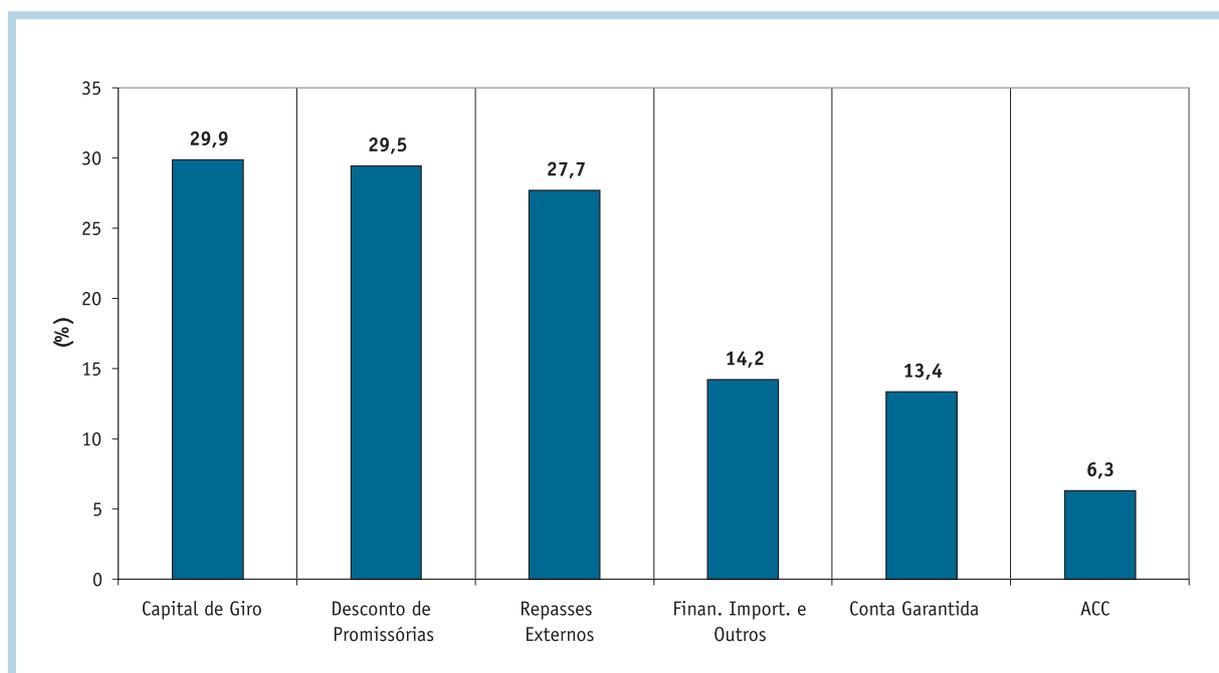


Gráfico 3 – Brasil. Modalidades de Crédito para Pessoas Jurídicas – Taxa de Crescimento no Ano (Mai./08 em Relação a Dez./07)
Fonte: (IEDI, 2008b).

administração pública, defesa e seguridade social (5,9%), beneficiados pela melhoria no número de contratações no setor público, também contribuíram decisivamente para a expansão do emprego urbano. Por outro lado, o emprego doméstico apresentou estabilidade nessa base de comparação, após recuar 0,8% em abril.

No que se refere às formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, o mês de maio foi caracterizado pelo acréscimo expressivo de 9,5% do emprego com carteira assinada no setor privado, em relação a maio de 2007 – a maior taxa de crescimento desde o início da série em 2002. Já os trabalhadores sem carteira apresentaram estabilidade nessa base de comparação. No Nordeste, Salvador registrou variação positiva de 8,7%. A expansão do emprego formal evidencia ascensão no nível de qualidade da ocupação produtiva das populações urbanas.

A taxa de desocupação recuou 7,5% de abril para maio e 20,4% em relação a maio de 2007, confirmando a tendência que vem se registrando para a

desocupação nas seis regiões metropolitanas investigadas. Nas regiões de Recife e Salvador, a taxa de desocupação recuou 3,7 e 3,3 pontos percentuais, respectivamente. Com esses resultados, o contingente de desocupados atingiu o nível mais baixo da série histórica dessas regiões (Gráfico 4).

O rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores indica um crescimento de 1% em maio de 2008 na comparação com o mesmo mês do ano passado. De uma perspectiva regional, os rendimentos dos trabalhadores registraram comportamentos diferenciados nas regiões metropolitanas nordestinas investigadas pelo IBGE. Salvador ampliou em 3,9% o rendimento real em maio, em relação ao mês anterior, e estabilidade (0,7%) em relação a maio de 2007. Em Recife, o rendimento médio de R\$ 833,90 no mês de maio correspondeu a uma queda de 5,6% em relação ao mês anterior e de 1,1% no confronto com a posição de maio de 2007 (Tabela 2).

A expansão do volume de crédito também tem contribuído para o dinamismo do consumo das famílias. Segundo o Bacen (2008), as operações

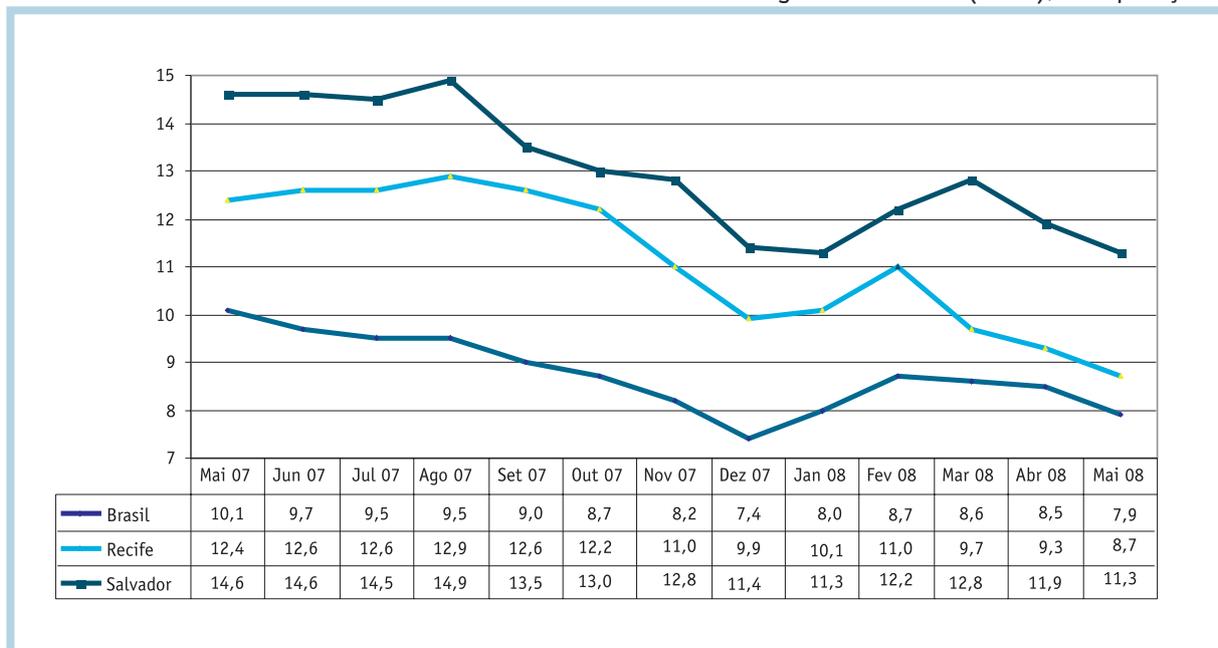


Gráfico 4 - Taxa de Desocupação. Total das Áreas, Recife e Salvador. Indicador Mensal. Maio de 2007 a Maio de 2008

Fonte: (IBGE, 2008m).

Tabela 2 – Total das Áreas, Recife e Salvador. Rendimento Médio Real da Pop. Ocupada - Em R\$ 1,00

Mês	Total	Recife	Salvador
2007			
Maio	1.190,62	843,44	970,93
Junho	1.184,81	845,53	923,38
Julho	1.170,64	858,17	925,71
Agosto	1.165,15	896,50	922,35
Setembro	1.168,41	841,53	923,86
Outubro	1.174,75	868,47	923,07
Novembro	1.190,59	869,02	960,16
Dezembro	1.201,25	865,99	975,00
2008			
Janeiro	1.201,30	862,64	963,15
Fevereiro	1.214,15	858,16	1.001,30
Março	1.207,46	821,08	970,31
Abril	1.219,80	884,00	940,34
Maio	1.208,20	833,90	977,40

Fonte: (IBGE, 2008m).

de crédito do sistema financeiro atingiram R\$ 1.044 bilhões em maio, com aumento de 2,6% no mês e de 32,4% em 12 meses. Em decorrência disso, a relação do total de empréstimos e financiamentos do sistema financeiro brasileiro com o PIB alcançou 36,5%, um pouco abaixo do valor recorde da série histórica observado em janeiro de 1995 (36,8%).

Apesar da predominância dos financiamentos às empresas impulsionados pelos fortes investimentos realizados pelo setor produtivo, as operações de créditos concedidos a pessoas físicas seguem em patamar elevado, com incremento de 21,6% em maio na comparação com maio de 2007. Entretanto, constata-se uma desaceleração nessa modalidade de crédito, já que em dezembro de 2007 a variação foi de 20% nessa mesma base de comparação.

Uma das razões para esse recuo proporcional dos empréstimos concedidos a pessoas físicas foi a aceleração da inadimplência, que decorreu, especialmente, de um excesso de endividamento das famílias agravado pela pressão inflacionária

sobre o seu poder de compra, em particular, as de renda mais baixa. No primeiro semestre, conforme a Serasa, a ampliação da inadimplência foi de 15,3%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Já no confronto com junho de 2007, a expansão foi de 9% no Indicador Serasa de Inadimplência Pessoa Física¹⁴.

De acordo com a Serasa, as dívidas com cartões de crédito e financeiras assinalaram o maior peso no respectivo indicador, com participação de 32,8%. No segmento de financiamento de veículos, dados do Bacen revelam que a inadimplência cresceu desde o início do ano e o percentual de prestações com atraso superior a 90 dias alcançou o maior nível em cinco anos.

Em seguida, destacam-se os cheques sem fundos, que registraram participação de 32,4%. Esses resultados desfavoráveis foram atenuados pela geração de emprego formal e pelo crescimento do rendimento real dos trabalhadores (SERASA, 2008).

No âmbito do setor externo, as exportações assinalaram um recuo de 2,1% no primeiro tri-

14 Indicador reflete o comportamento da inadimplência em âmbito nacional. O modelo estatístico de múltiplas variáveis considera as variações registradas no número de cheques sem fundos, títulos protestados, dívidas vencidas com instituições financeiras e cartões de crédito e financeiras

mestre, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Em contrapartida, as importações cresceram substancialmente no indicador trimestral – alta de 18,9%. Nessa base de comparação, o incremento das compras supera o das vendas internacionais desde o primeiro trimestre de 2006.

Dados da Funcex para o primeiro semestre revelam que o superávit da balança comercial foi de US\$ 11,3 bilhões – 44,3% inferior ao do mesmo período do ano anterior.

As vendas internacionais alcançaram US\$ 90,6 bilhões nos seis primeiros meses do ano, com aumento de 24,8% em relação a igual intervalo de 2007 – maior expansão desde 2003. As exportações de produtos básicos cresceram 44%, devido, principalmente, à alta de preços no mercado internacional das principais *commodities* agrícolas e metálicas exportadas pelo país. Note-se que a participação de produtos básicos nas exportações saltou de 30,6% no primeiro semestre de 2007 para 35,3% no primeiro semestre deste ano. Vale destacar que esses produtos são menos sensíveis ao câmbio valorizado devido às fortes pressões de demanda internacional. Entretanto, as perspectivas de redução do crescimento da economia americana, e seus possíveis efeitos negativos sobre a economia mundial, poderão implicar reversão nos preços dessas *commodities*.

Nessa mesma base de comparação, a parcela dos produtos industrializados caiu de 67,4% para 62% do total das vendas externas. A combinação de demanda doméstica em expansão e câmbio

apreciado vem levando vários setores a diminuir a fatia da produção direcionada para as exportações. Entre esses setores, destacam-se a indústria automobilística, máquinas e equipamentos, calçados, metalurgia e material eletrônico e de comunicações.

As importações cresceram 51,8% no primeiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo intervalo do ano anterior, atingindo US\$ 79,2 bilhões. A análise da pauta importadora em termos de preço e quantidade revela uma elevação expressiva do quantum de importações no primeiro semestre. As compras internacionais estão sendo impulsionadas também pela alta dos preços do petróleo e dos fertilizantes. Já os preços dos produtos manufaturados importados estão aumentando, devido ao impacto da inflação de *commodities* nas cadeias de produção.

O crescimento dos preços das *commodities* tem sido crucial para o desempenho das exportações nordestinas, já que os segmentos de básicos e semimanufaturados estão mais presentes na matriz industrial nordestina. Porém, o dinamismo desses segmentos não tem evitado o recuo do saldo da balança comercial da região nos últimos meses (Tabela 3).

No recorte setorial, a elevação do PIB está relacionada principalmente com o bom desempenho da atividade industrial, com avanço de 6,9% no acumulado do primeiro trimestre, comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior. As

Tabela 3 – Balança Comercial Nordestina - Janeiro a Junho de 2008 - Em US\$ 1,00

	Exportação	Importação	Saldo
Janeiro	1.283.040.708	1.040.104.956	242.935.752
Fevereiro	1.045.259.568	1.328.032.765	-282.773.197
Março	1.044.246.974	1.362.504.304	-318.257.330
Abril	1.038.640.686	1.029.412.457	9.228.229
Mai	1.636.427.830	1.602.977.209	33.450.621
Junho	1.196.171.671	1.465.180.679	-269.009.008
Total	7.243.787.437	7.828.212.370	-584.424.933

Fonte: (BRASIL, 2008b).

principais contribuições foram da construção civil e da indústria manufatureira, ambas com 10,6%.

A trajetória positiva da construção civil resultou, em grande parte, da forte expansão do crédito direcionado para o setor de habitação. De acordo com a Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário (ABECIP, 2008), as operações contratadas pelos agentes que integram o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) alcançaram em maio R\$ 2,2 bilhões – incremento de 75,9% em relação a maio de 2007. Já o número de unidades financiadas totalizou 22.069, o maior registrado nos últimos 20 anos. Nos cinco primeiros meses do ano, as contratações atingiram R\$ 9,7 bilhões, 75,9% a mais comparativamente a igual período de 2007 enquanto o número de unidades financiadas chegou a 95.956.

Vale mencionar também os bons resultados do setor serviços, com expansão de 5% no acumulado dos três primeiros meses do ano. As principais contribuições positivas foram de intermediação financeira e seguros (15,2%), serviços de informação (9,5%) e comércio atacadista e varejista (7,7%).

Essa trajetória positiva do comércio continua no segundo trimestre. De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), o varejo registrou acréscimo de 10,5% no volume de vendas em maio, na comparação com maio de 2007. Os segmentos vinculados à expansão do crédito pessoal e para aquisição de bens exerceram a maior influência nessa *performance* – caso dos equipamentos e materiais de escritório, informática e comunicação e móveis e eletrodomésticos.

Por outro lado, constata-se uma desaceleração no crescimento do segmento de hipermercados e supermercados, prejudicado pela inflação de alimentos. É importante mencionar que os trabalhadores com faixa salarial entre 1 e 2,5 salários mínimos, assim como as famílias beneficiadas com programas de transferência de renda, sentiram a inflação avançar de forma mais significativa do que os demais estratos de rendas superiores da população (Tabela 4).

Levando-se em conta que grande parte dessa população encontra-se no Nordeste, a queda no poder de compra pode comprometer a termo o desempenho do comércio varejista na região. Nesse sentido, o recente reajuste de 8% concedido pela

Tabela 4 - Brasil, Ceará, Pernambuco e Bahia. Índice de Volume de Vendas no Com. Varejista (%)

Atividades	mar/08				abr/08				mai/08			
	BR	CE	PE	BA	BR	CE	PE	BA	BR	CE	PE	BA
Volume de Vendas Total	11,84	6,24	11,70	8,77	11,04	7,26	11,44	8,70	10,91	7,87	10,84	8,77
Combustíveis e lubrificantes	5,18	13,68	2,23	14,8	5,97	15,06	3,86	13,68	7,36	-2,99	5,56	13,10
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	8,40	-4,53	14,57	-0,30	6,34	-4,69	12,59	-1,13	6,76	-3,13	12,46	0,18
Hipermercados e supermercados	8,45	-4,69	15,46	0,46	6,28	-4,86	13,28	-0,70	6,67	5,95	13,04	0,36
Tecidos, vestuário e calçados	13,30	5,26	4,29	6,33	15,02	8,00	6,75	8,32	11,89	13,28	3,5	4,89
Móveis e eletrodomésticos	17,27	9,96	13,21	21,6	19,79	13,26	18,1	25,03	18,93	7,48	17,51	22,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	13,19	7,80	9,82	12,00	13,71	7,85	3,70	12,94	13,54	22,35	0,24	13,10
Livros, jornais, revistas e papelaria	11,51	21,09	4,77	23,90	11,30	21,96	5,25	22,39	11,06	63,32	3,04	20,80
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	29,19	60,33	-3,55	2,66	28,53	64,45	-1,96	6,02	28,84	18,72	-6,56	10,20
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	28,26	20,05	18,01	25,20	23,35	18,35	17,37	21,23	20,37	18,72	17,22	21,90

Fonte: (IBGE, 2008j).

União no valor da Bolsa Família é extremamente positivo para minimizar os efeitos negativos da alta dos preços dos alimentos.

Em resumo, a *performance* da economia brasileira no primeiro trimestre continua vinculada à expansão da demanda interna, sobretudo das expressivas inversões realizadas para a expansão da

capacidade produtiva. Chamam a atenção a queda das exportações e o significativo incremento das importações no primeiro trimestre no indicador mensal, contribuindo para uma redução das exportações líquidas. Para os próximos meses, as expectativas de elevação permanecem positivas, apesar do aumento dos índices de inflação e da retomada do ciclo de alta da taxa básica de juros.

3.2 - Produção Industrial

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF), do IBGE, a produção industrial assinalou um pequeno recuo de 0,5% em maio de 2008, comparativamente ao mês anterior, após registrar variação positiva nos dois meses precedentes. O crescimento da indústria aponta

para uma desaceleração nas comparações interanuais, já que o indicador mensal cresceu menos do que o acumulado do ano (6,2%) e este menos do que o acumulado em 12 meses (6,7%) (Tabela 5).

A forte base de comparação e o efeito calendário (22 dias úteis em maio de 2007 contra ape-

Tabela 5 - Brasil. Produção Industrial por Categoria de Uso

Discriminação	Variação Percentual				
	2008				
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
No mês/					
Produção industrial	1,9	(0,5)	0,6	0,2	(0,5)
Bens de capital	1,0	3,0	1,3	1,6	(4,9)
Bens intermediários	1,5	(0,8)	(1,0)	(0,2)	0,3
Bens de consumo	3,3	(2,4)	2,4	(0,7)	0,3
Duráveis	6,2	1,0	1,6	(1,9)	(1,3)
Semi e não-duráveis	2,2	(3,5)	2,6	(1,5)	1,3
No ano					
Produção industrial	8,7	9,2	6,4	7,3	6,2
Bens de capital	15,0	19,7	17,3	20,5	16,3
Bens intermediários	8,0	9,2	6,0	6,0	5,2
Bens de consumo	8,0	6,8	4,1	5,5	4,7
Duráveis	15,7	18,1	13,7	15,9	13,7
Semi e não-duráveis	5,9	3,6	1,2	2,2	1,8
Acumulado em 12 Meses					
Produção industrial	6,3	6,8	6,6	6,9	6,7
Bens de capital	19,2	20,0	19,8	20,6	19,2
Bens intermediários	5,2	5,8	5,4	5,4	5,3
Bens de consumo	5,1	5,5	5,3	5,7	5,4
Duráveis	9,9	11,7	11,8	13,2	13,2
Semi e não-duráveis	3,6	3,6	3,3	3,5	3,1

Fonte: (IBGE, 2008e).

nas 20 dias em 2008) explicam, em parte, esse recuo da taxa de crescimento industrial. Porém, a tendência para os próximos meses é de desaceleração da atividade industrial, dada a expectativa de redução do ritmo de expansão da demanda doméstica, em decorrência do ciclo de alta da Selic e da possibilidade de queda da renda real com a alta inflacionária. Vale salientar que os recentes avanços na taxa básica de juros ainda não influenciaram os resultados da produção industrial.

Analisando-se por categoria de uso, os setores de bens de capital e bens de consumo duráveis continuam liderando a expansão industrial, apesar dos resultados negativos registrados em maio. A produção de máquinas e equipamentos registrou expressiva queda de 4,7% em maio, na comparação com o mês anterior. Esse desempenho negativo também ocorreu na produção de bens duráveis, com decréscimo de 1,3% – a segunda consecutiva nessa base de comparação. Em contrapartida, constatou-se um acréscimo de 1,3% na indústria de semi e não-duráveis e uma ligeira alta no setor de bens intermediários (0,3%).

Já no indicador mensal (mês/mesmo mês do ano anterior), a produção de bens de capital continua crescendo, apesar da substancial desaceleração em relação a abril nessa mesma base de comparação (de 22,2% para 6%). Essa perda de ritmo também se observa no setor de duráveis, que passa de 22,4%, em abril, para 6%, em maio.

No acumulado do ano, a produção de máquinas (16,3%) e de bens de consumo duráveis (13,7%) cresceu bem acima da média nacional (6,2%), enquanto os setores de bens intermediários (5,2%) e semi e não-duráveis (1,8%) apresentaram expansão mais modesta.

O dinamismo do setor de bens de investimento deve-se à forte demanda por máquinas e equipamentos da estrutura produtiva. Uma pesquisa da Serasa, reproduzida pelo IEDI - Instituto de Es-

tudos para o Desenvolvimento Industrial (2008a) com balanços financeiros de 800 empresas da indústria, do comércio e dos serviços, revelou um incremento de 7,4% de suas taxas de investimento comparativamente ao mesmo período de 2007 (7,2%) e de 2006 (6,3%). A maior contribuição foi do setor de serviços, representado no estudo pelos segmentos de telefonia e energia elétrica, com acréscimo de 9,7%. A atividade industrial também teve bom desempenho, crescendo 7,8%, com destaque para os segmentos de papel e celulose (11,5%), siderúrgico (9,5%) e químico (9,2%).

A atuação do setor de bens de consumo duráveis resulta, principalmente, dos resultados favoráveis da indústria automobilística. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA, 2008b), as montadoras fabricaram 1,6 milhão de veículos no primeiro semestre – alta de 22,8% em relação ao mesmo período de 2007. Esse volume é praticamente o mesmo de todo o ano 2000 (1,69 milhão de unidades). O bom desempenho foi sustentado, sobretudo, pelo crescimento de 26,3% das vendas internas, já que as exportações caíram 3,2% (Tabela 6).

Essa *performance* levou as montadoras a rever para cima suas projeções referentes a 2008. A estimativa de produção de veículos para este ano passou de 3,2 milhões para 3,4 milhões – aumento de 15% em relação ao ano anterior. Já os investimentos em 2008 devem chegar a US\$ 5 bilhões.

As condições favoráveis de financiamento foram cruciais para o dinamismo do mercado interno. De acordo com a Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (ANEF, 2008), o volume de crédito para aquisição de veículos, incluídas as modalidades de crédito direto ao consumidor (CDC) e de arrendamento mercantil, ultrapassou os R\$ 123 bilhões no primeiro quadrimestre de 2008 – incremento de 43,6% em

Tabela 6 - Indústria Automobilística: Produção, Vendas e Exportações

Em Unidades	2008	2007	Variações Percentuais		
	Jan.-Jun.	Jan.-Jun.	Jun.08/Mai.08	Jun. 08/ Jun. 07	Jan. - Jun. 08/ Jan. - Jun. 07
Produção de Veículos Montados					
Total	1.600.033	1.303.248	5,9	25,6	22,8
Veículos Leves	1.501.848	1.225.197	5,6	25,8	22,6
Caminhões	77.442	60.503	13,4	25,4	28,0
Ônibus	20.743	17.548	4,8	14,5	18,2
Licenciamento de Autoveículos Novos - Nacionais					
Total	1.232.044	975.833	5,3	24,6	26,3
Veículos Leves	1.164.752	922.642	5,2	24,4	26,2
Caminhões	55.266	42.720	5,9	31,7	29,4
Ônibus	12.026	10.471	15,5	18,3	14,9
Exportação de Autoveículos Montados					
Total	285.987	295.333	32,5	10,3	-3,2
Veículos Leves	264.183	273.541	33,8	10,8	-3,4
Caminhões	16.902	17.063	16,7	10,0	-0,9
Ônibus	4.902	4.729	25,1	-17,1	3,7

Fonte: (ANFAVEA, [2008]c).

relação a igual intervalo de 2007. Já os planos de financiamento, no acumulado dos quatro primeiros meses do ano, alcançaram o máximo de 72 meses, com média de 42 meses.

Convém destacar que os resultados excepcionais da indústria automobilística pressionam os fabricantes de autopeças a investir na ampliação da capacidade produtiva. Segundo uma pesquisa encomendada pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (SINDIPEÇAS, 2008), a indústria de autopeças tem operado em três turnos, sete dias por semana, com capacidade ociosa média de apenas 15%. Vale ressaltar que o nível mínimo de ociosidade considerado adequado pelo sindicato é de 20%. O levantamento mostrou também que mais de 80% das empresas consultadas pretendem investir entre R\$ 3,4 bilhões e R\$ 3,5 bilhões, ou seja, 75% mais do que os R\$ 2 bilhões investidos no ano passado.

O dinamismo do setor automobilístico pressiona também a produção de aço galvanizado da indústria siderúrgica, conforme levantamento

do jornal Valor Econômico reproduzido pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) e Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX (2008b). A Usiminas, por exemplo, mesmo trabalhando a plena capacidade, deverá importar, em 2008, 90 mil toneladas de aço galvanizado da Nippon Steel para suprir a demanda das montadoras. Enquanto isso, a Companhia Siderúrgica Nacional vai ocupar toda a capacidade de produção da Galvasud, que se encontra em 60%, para atender às encomendas da indústria automobilística.

A Aços Villares, produtora de longos especiais, destina 85% da produção ao segmento de peças para a indústria automobilística. A empresa pretende elevar a produção de 700 mil toneladas em 2007 para 760 mil toneladas este ano, a fim de atender às encomendas do segmento de autopeças.

O significativo aumento da demanda vem pressionando os preços dos produtos siderúrgicos. Recentemente, a Usiminas reajustou em 12% os preços de seus produtos acabados, os quais já haviam aumentado 10% no início do ano.

As informações da PIM-PF mostram que 20 das 27 atividades pesquisadas assinalaram expansão no acumulado dos cinco primeiros meses do ano. Registrou impacto relevante no resultado global da indústria a produção de veículos automotores (18,2%), máquinas e equipamentos (10,3%) e outros equipamentos de transporte (31,8%). Por outro lado, os ramos de máquinas para escritórios e equipamentos de informática (-8,7%), madeira (-4,6%), fumo (-11,8%) e calçados e artigos de couro (-2,6%) assinalaram as maiores retrações.

No recorte regional, a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional mostrou que a atividade industrial cresceu de forma generalizada nas regiões investigadas pelo IBGE. Vale destacar que a expansão da produção física foi superior à da média nacional em sete dos treze estados investigados, com destaque para Espírito Santo (17,1%), Paraná (11%), Goiás (10%), São Paulo (9,7%) e

Pernambuco (8,4%). São estados com forte presença da indústria automobilística, de máquinas e equipamentos e de segmentos vinculados às *commodities* exportadas (petróleo, celulose, produtos siderúrgicos, minérios de ferro).

Já a região Nordeste registrou um crescimento de 5,6% no acumulado janeiro-maio, em decorrência dos resultados positivos de nove dos onze setores pesquisados. O resultado inferior à média nacional justifica-se pelo fato de os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis, líderes da recente expansão industrial, não serem representativos na indústria nordestina.

Os segmentos com os maiores acréscimos foram alimentos e bebidas (9%), refino de petróleo e produção de álcool (9,5%) e celulose e papel (23,6%). Vale destacar também o crescimento de 2,2% da indústria de calçados e artigos de couro, na contramão do cenário nacional. Por outro lado, as re-

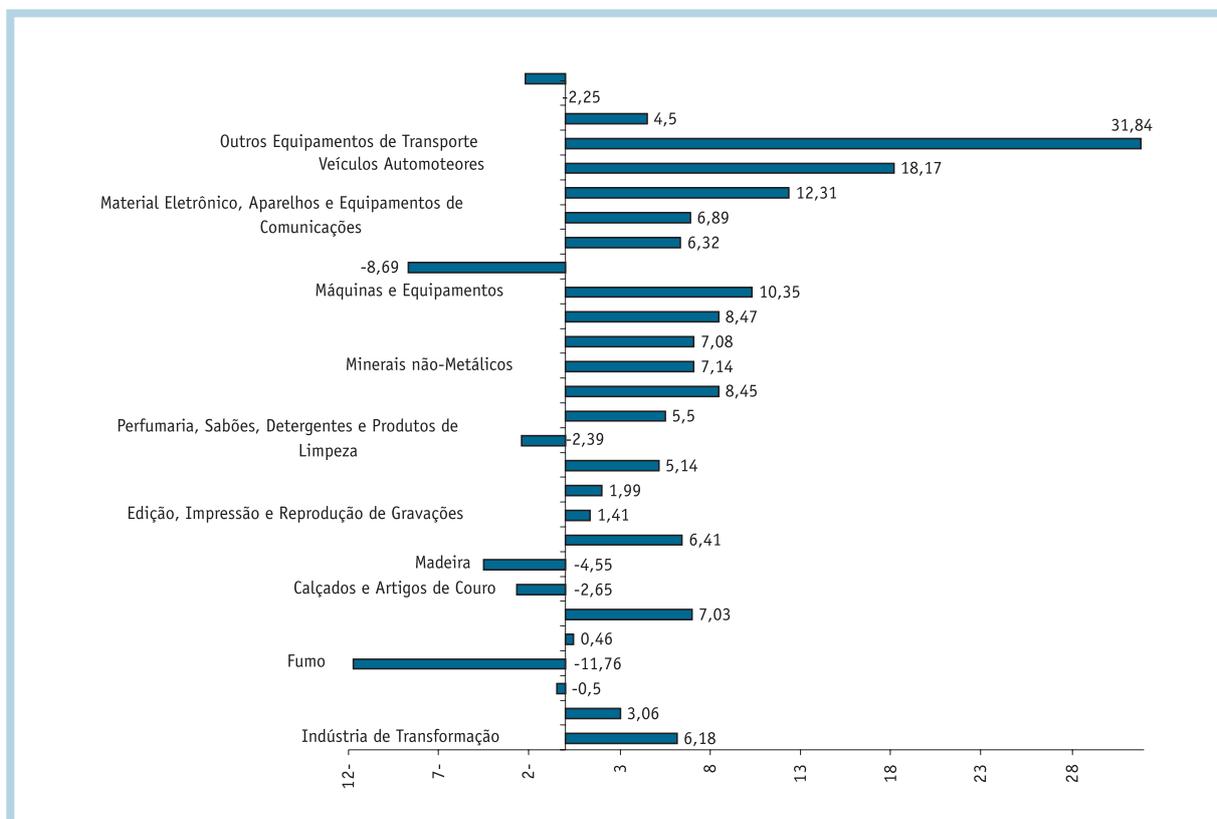


Gráfico 5 – Brasil: Classes e Gêneros da Indústria de Transformação – Maio.2008. Variação Acumulada no Ano (%)

Fonte: (IBGE, 2008f).

trações ocorreram no segmento têxtil (-3,3%) e de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-1,7%).

O ramo de alimentos e bebidas vem sendo amplamente beneficiado pelo aquecimento do mercado interno da região. O crescimento do emprego formal e a expansão do crédito na região são cruciais para esse aquecimento da demanda. Some-se a isso, a política de valorização do salário mínimo, combinada com os programas de transferência de renda do governo federal.

Diante do dinamismo da demanda interna, grandes inversões da indústria de alimentos e bebidas estão sendo realizadas na região. A Schincariol, por exemplo, investiu R\$ 160 milhões em uma nova unidade em Horizonte, no Ceará, gerando 200 empregos diretos. O crescimento do mercado local é apontado pela empresa como determinante para a realização do

investimento. A expansão do mercado nordestino também foi mencionada por uma das maiores companhias de alimentos do mundo, a Nestlé, como a razão para instalar uma fábrica em Feira de Santana, na Bahia. De acordo com a multinacional de alimentos, as vendas no Nordeste cresceram o dobro do verificado no país. Os investimentos totalizam R\$ 100 milhões nas linhas de produção de massas, bebidas achocolatadas e café solúvel (CONSUMO....., 2008).

Os resultados favoráveis da indústria nordestina têm gerado efeitos positivos no emprego industrial da região. Entretanto, o incremento do emprego é inferior ao da produção, reflexo dos ganhos de produtividade da indústria nordestina nos últimos anos.

Os dados divulgados pela Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários (Pimes) mostram

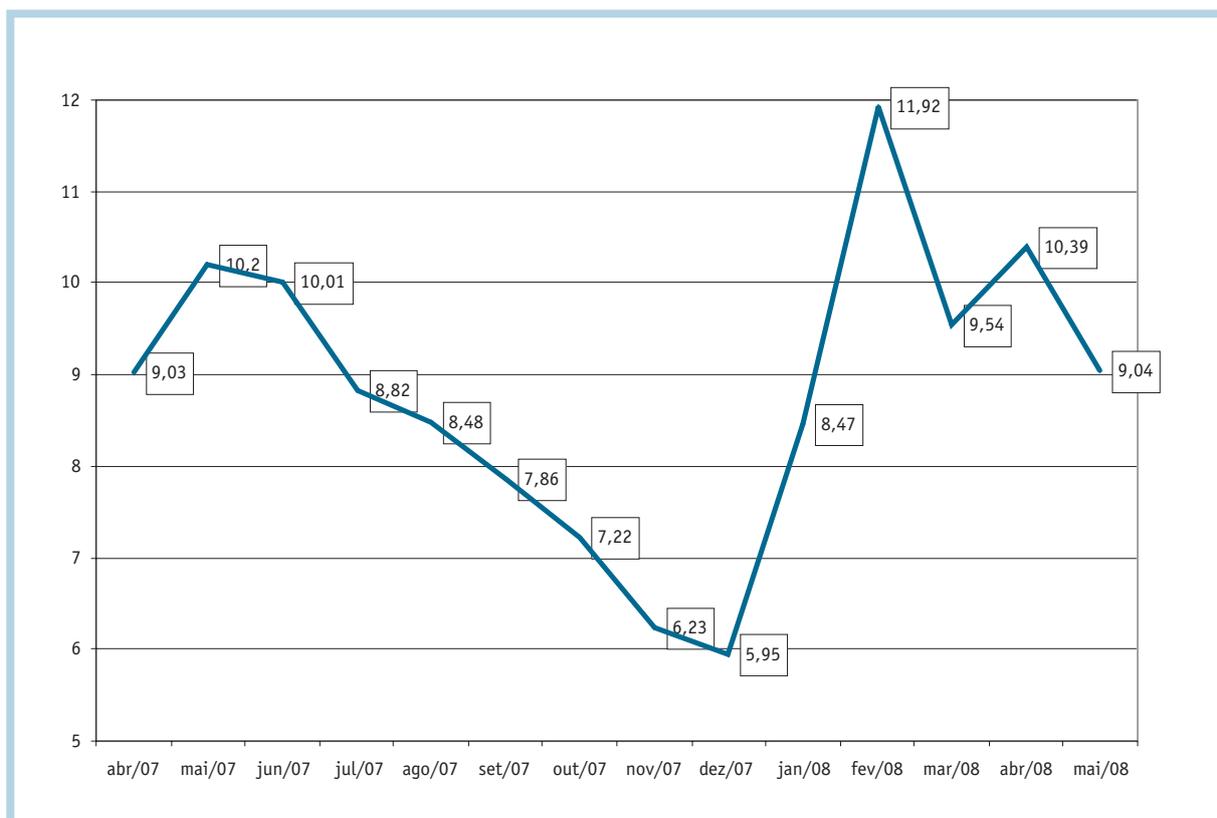


Gráfico 6 – Nordeste. Indústria de Alimentos e Bebidas – Variações em Volume em Relação ao mesmo Mês do Ano Anterior - Maio 2007 a Maio de 2008

Fonte: (IBGE, 2008g).



Gráfico 7 - Evolução da Produção Industrial e do Comércio Varejista. Variações (%) em Volume em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Fontes: (IBGE, 2008k, 2008f).

que o aumento do emprego na indústria foi de 1,7% no acumulado do ano, com ênfase para os ramos de coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (18,9%), minerais não-metálicos (4,5%) e calçados e couro (3,6%).

No segmento de calçados, a chegada de fabricantes de componentes, atraídos por pólos produtivos consolidados, mercado interno aquecido e incentivo fiscal e financeiro dos estados, está sendo importante para a expansão do emprego no setor (IEA; FUNCEX, 2008a).

Os números da produção industrial nos primeiros cinco meses do ano revelam que a expansão dos investimentos tem sido crucial para reduzir o hiato entre demanda e produção. Ou seja, o crescimento da produção industrial vem ocorrendo na mesma proporção do comércio, reduzindo o descompasso entre a oferta doméstica de bens industriais e a demanda. Esse fato, combinado à desaceleração recente dos índices de inflação, em decorrência da menor pressão do preço dos alimentos, justificaria uma política monetária menos rigorosa por parte do Banco Central.

3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste

De acordo com a PIM-PF Regional -- Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional (IBGE, 2008b), a região Nordeste assinalou, em

maio, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, incremento de 1% na produção industrial. Nesse indicador, a indústria nordestina registra

aumento inferior ao da média nacional. O crescimento decorre dos resultados positivos de seis dos onze segmentos investigados. Os segmentos com maiores taxas de crescimento foram celulose e papel (35%), alimentos e bebidas (3,3%) e o setor extrativo (2,9%). Exercendo as principais influências negativas, figuraram os segmentos têxtil (-7,6%) e produtos químicos (-1,8%).

No acumulado janeiro-maio, ocorreu incremento de 5,6%, ligeiramente inferior, portanto, aos 6,2% da indústria nacional. Nove das onze atividades registraram variações positivas, com destaque para os ramos de alimentos e bebidas (9,1%), refino de petróleo e produção de álcool (9,5%) e celulose e papel (23,6%). A maior pressão negativa veio do segmento têxtil (-3,3%) (Gráfico 8).

Os segmentos de *commodities* com forte presença na indústria nordestina estão sendo beneficiados pela conjuntura favorável de alta de preços no mercado internacional. Em julho, as exporta-

ções de produtos básicos avançaram quase 81% em relação ao mesmo período do ano anterior, favorecido pela inflação global de *commodities*. No primeiro semestre, as vendas internacionais de básicos cresceram 44%. As exportações de petróleo em estado bruto, por exemplo, foram beneficiadas por um incremento de 110,3% nos preços e de 66,8% na quantidade.

Essa mesma configuração se observa nas vendas internacionais de minério de ferro, com variação de preços e quantidade de, respectivamente, 63,2% e 29%. Já o crescimento das exportações de celulose em julho deveu-se à elevação de 22,7% nos preços, uma vez que a quantidade exportada caiu 59%. Apenas nas vendas internacionais de alumínio, a variação da quantidade exportada (6,5%) prevaleceu sobre a dos preços (4%) (Tabela 7).

Já a expansão da produção de alguns segmentos do setor de bens de consumo semi e não-duráveis na região está relacionada com a expansão

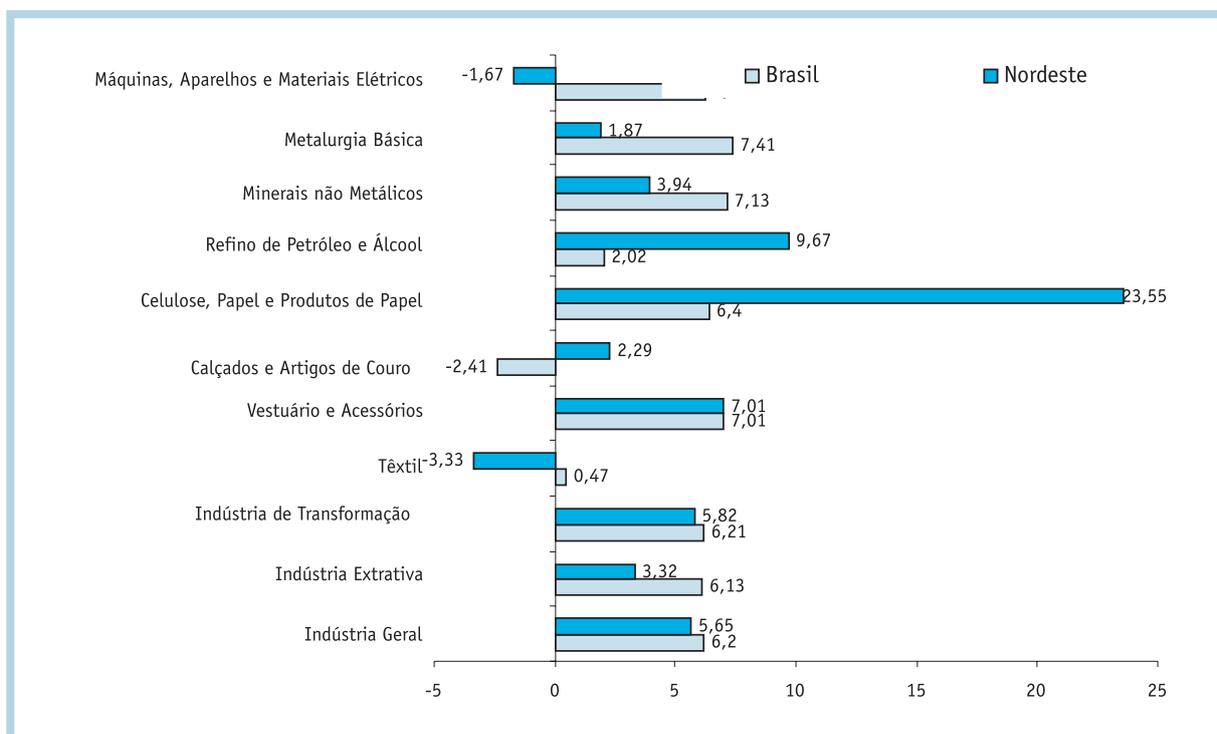


Gráfico 8 – Brasil e Nordeste: Produção Física Acumulada – Variação Acumulada no Ano (Jan-Mai 2008)

Fonte: (IBGE, 2008o).

Tabela 7 – Variação em Preço e Quantidade das Commodities Exportadas em Julho (%)

	Quantidade	Preço
Celulose	-59,5	22,7
Alumínio	6,5	4,0
Laminados Planos	-59,6	56,8
Minério de Ferro	29,0	63,2
Petróleo Bruto	66,8	110,3

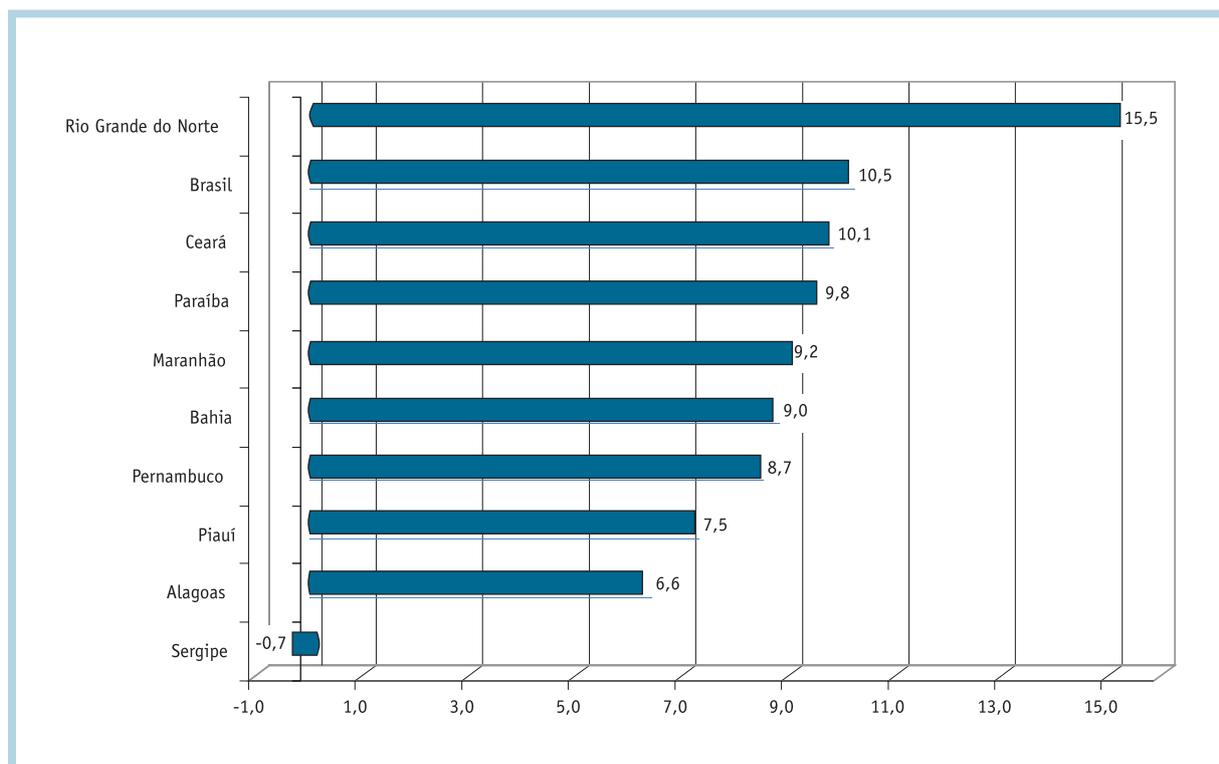
Fonte: (FUNCEX; IEA, 2008b).

da demanda interna. De fato, o comércio varejista no Nordeste continua apresentando resultados positivos, com quatro dos nove estados registrando crescimento acima da média nacional no acumulado do ano (Gráfico 9).

O ramo de supermercados, hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, por exemplo, apresentou bom desempenho no indicador mensal nos estados nordestinos investigados (Ceará, Pernambuco e Bahia). No acumulado do ano, o expressivo crescimento das vendas desse segmento em Pernambuco (12,5%) contrasta com o

recoo no Ceará (-3%) e a estabilidade na Bahia (0,2%). O baixo desempenho no acumulado do ano no Ceará e na Bahia deve-se ao aumento dos preços dos alimentos (Tabela 8).

A elevação do nível de emprego formal na região, a política de valorização do salário mínimo e os programas de transferência de renda estão sendo decisivos para aumentar o poder de compra da população nordestina, assim como para reduzir os seus níveis de pobreza. De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA, 2008b), a taxa de

**Gráfico 9 – Variação do Volume de Vendas no Comercio Varejista na Região Nordeste**

Fonte: (IBGE, 2008i).

Tabela 8 – Variação do Volume de Vendas do Segmento de Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo na Região Nordeste

	Total		Hipermercados e Supermercados	
	Mensal	Acumulada no Ano	Mensal	Acumulada no Ano
Brasil	8,4	6,8	8,2	6,7
Ceará	4,2	-3,0	4,2	-3,1
Pernambuco	12,0	12,5	12,1	13,0
Bahia	5,5	0,2	4,6	0,4

Fonte: (IBGE, 2008i).

pobreza em seis regiões metropolitanas brasileiras, incluindo Recife e Salvador, caiu de 35% da população em 2003 para 24,1% em 2008 (Gráfico 10).

Nas regiões metropolitanas nordestinas analisadas, a taxa de pobreza recuou de 51,6% da população em 2003 para 37,4% em 2008. Já em Recife, a retração foi mais modesta, de 55,3% em 2003 para 43,1% em 2008, o menor recuo da proporção de pobres entre as regiões investigadas. Vale destacar que as regiões metropolitanas nordestinas continuam assinalando as maiores

taxas de pobreza das seis regiões metropolitanas analisadas (Gráfico 11).

O desempenho da indústria nordestina no acumulado dos cinco primeiros meses do ano está vinculado a um aumento de apenas 1,9% do pessoal ocupado assalariado, inferior à média nacional (2,7%). O descompasso entre as taxas de crescimento da produção industrial e do pessoal ocupado assalariado reflete a significativa importância da participação de ramos intensivos em capital na expansão industrial da região.

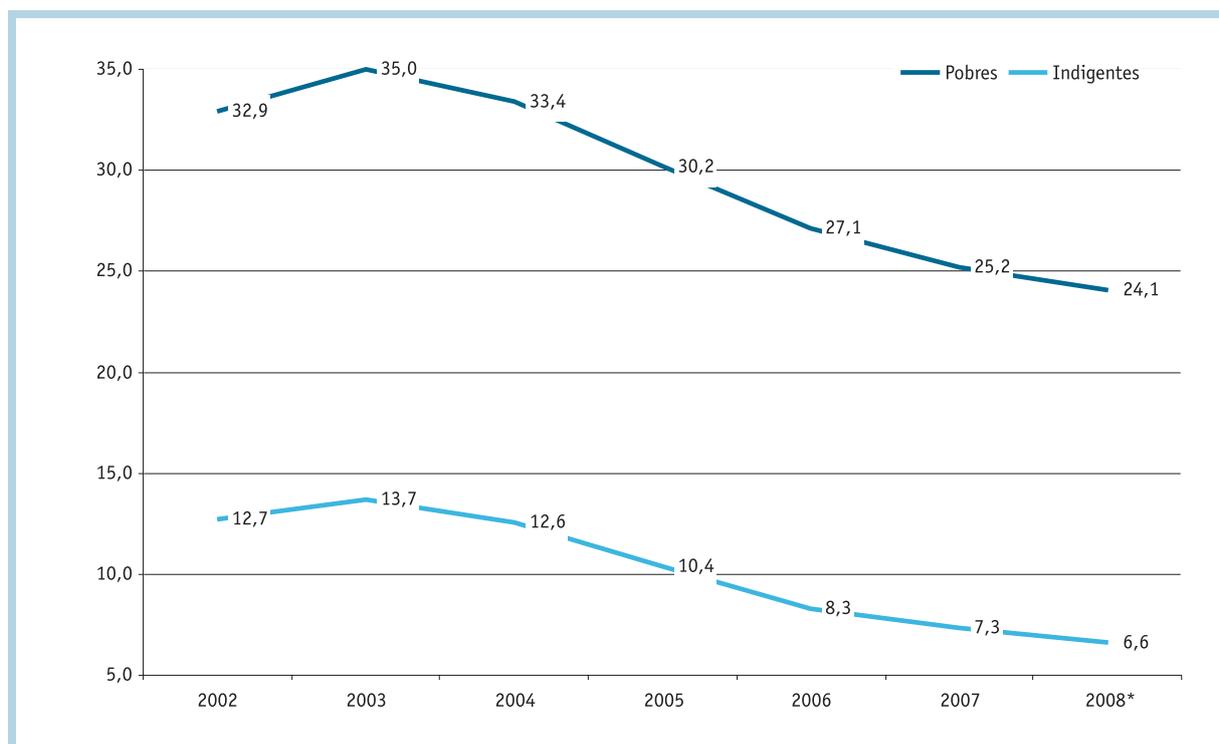


Gráfico 10 – Percentual de Pobres nas Seis Regiões Metropolitana, 2002-2008

Fonte: (IPEA, 2008a).

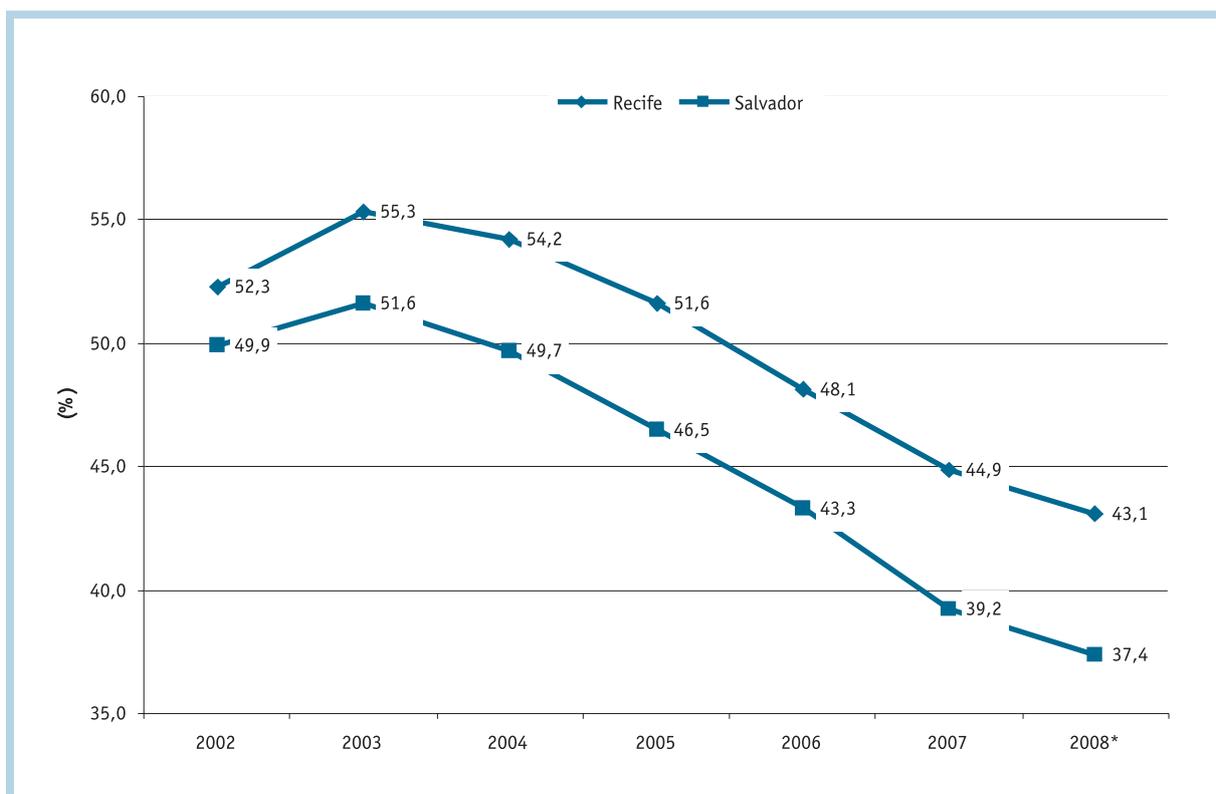


Gráfico 11 - Percentual de Pobres por Região Metropolitana - Recife e Salvador, 2002 - 2008
 Fonte: (IPEA, 2008a).

Nos segmentos intensivos em mão-de-obra, a indústria têxtil (-3%) continua registrando variação negativa no indicador pessoal ocupado assalariado, enquanto o ramo de vestuário apresenta um modesto crescimento (1,5%). A perda de mercado para a concorrência asiática continua influenciando substancialmente o resultado desses segmentos. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), o déficit da balança comercial no setor têxtil atingirá US\$ 2 bilhões em 2008, mais do que o triplo do valor de 2007, de cerca de US\$ 600 milhões.

Diante do câmbio apreciado, as indústrias têxteis estão aumentando suas compras de produtos acabados, semi-acabados e de matérias-primas das economias asiáticas. Além da China, novos países fornecedores como Paquistão, Índia, Vietnã, Camboja e Indonésia estão sendo procurados pelos produtores e importadores brasileiros.

De acordo com o diretor de exportação da Hering, entre 5% e 6% do faturamento total da companhia em 2008 virão de produtos finais importados da China, praticamente o dobro do índice do ano anterior. A empresa, que há quatro anos importava somente os artigos fabricados de fios sintéticos ou composições de sintéticos, avançou para toalhas e roupões, fios de algodão, aviamentos e corantes. Atualmente, importa também peças de reposição de máquinas do parque fabril (FUNCEX; IEA, 2008a).

Já a indústria de calçados e couro (3,6%) esboça uma reação, decorrente do processo de deslocamento de plantas industriais de produtos finais e componentes para o Nordeste. A produção e as exportações de calçados da região mantêm-se em patamar elevado, apesar da maior penetração de produtos importados. As compras internacionais, sobretudo de países asiáticos, estão muito mais complementando a produção local do que propriamente substituindo-a, com a região especializando-se no segmento de calçados sintéticos (Tabela 9).

Tabela 9 - Brasil e Nordeste - Exportação de Calçados em 2008 - US\$

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Total	Participação
Ceará	34.712.957	33.548.949	25.320.429	21.184.397	24.264.942	24.211.830	30.733.712	193.977.216	16,95%
Bahia	7.834.752	8.090.762	6.981.048	6.844.063	5.562.012	7.225.390	7.989.802	50.527.829	4,42%
Paraíba	6.749.356	5.439.767	5.852.742	11.879.229	6.800.780	4.630.560	7.152.989	48.505.423	4,24%
Sergipe	103.987	921.800	1.668.492	1.514.269	801.110	1.280.241	2.329.336	8.619.235	0,75%
Pernambuco	702.346	1.568.799	1.472.073	1.116.103	419.788	428.654	1.161.046	6.868.809	0,60%
Brasil	173.558.676	195.121.410	150.867.583	126.951.190	137.794.649	166.846.590	193.031.544	1.144.171.642	100,00%

Fonte: (ABICALÇADOS, 2008).

3.3 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada

O nível de utilização da capacidade instalada (NUCI), sem ajuste sazonal, atingiu 86,4% em junho, ficando acima dos 84,3% de janeiro de 2008 e dos 84,7% de junho de 2007. Esse aumento refletiu a significativa expansão da produção industrial, que cresceu 6,2% no período janeiro-maio e 6,7% nos últimos 12 meses (Gráfico 12).

A análise por categoria de uso mostra a influência do setor de bens de capital no incremento do NUCI. Em junho, o NUCI médio foi estimado em 89,4%, registrando alta de 1,9 ponto percentual em relação ao desempenho de maio. Esse valor somente é superado pelo NUCI de março, que al-

cançou 89,9% – o maior valor de toda a série da Fundação Getulio Vargas (FGV) desde seu início em 1995. O intenso processo de absorção doméstica da produção de bens de capital foi determinante para reduzir o nível de ociosidade do setor.

O NUCI do setor de bens de consumo duráveis atingiu 86,5% em junho de 2008, confirmando a trajetória ascendente dos últimos cinco meses. Comparativamente a junho de 2007, constata-se uma expansão de 4,8 pontos percentuais. A redução do nível de ociosidade do setor reflete a forte expansão interna do crédito e o crescimento da massa salarial.

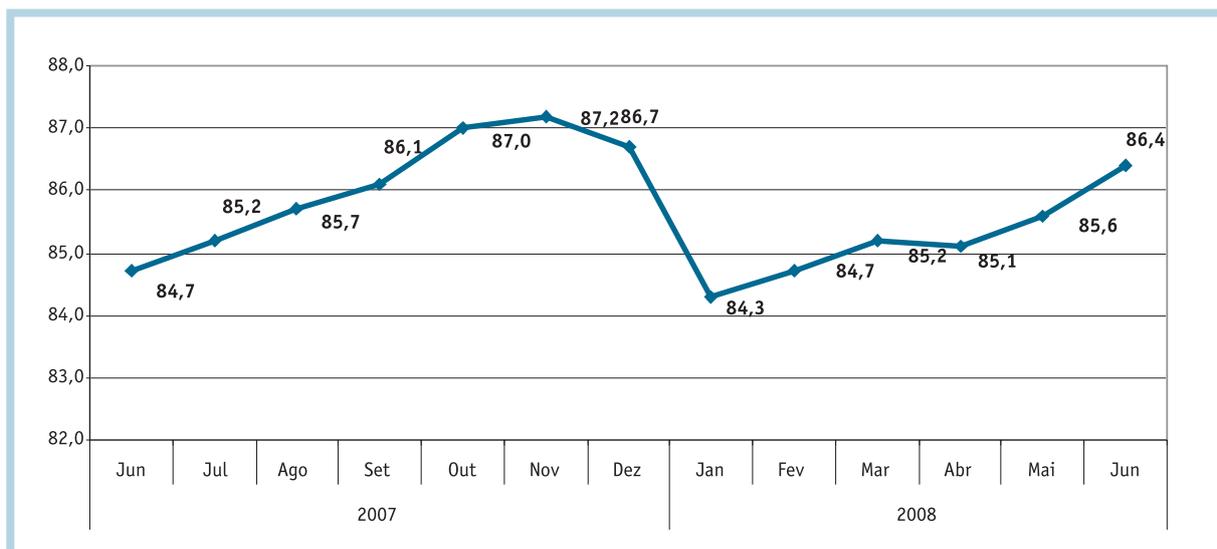


Gráfico 12 - Brasil : Nível de Utilização da Capacidade Instalada – Junho/2007 – Junho/2008

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008c).

Tabela 10 – Possibilidade de Não Conseguir Atender as Encomendas em Função de Eventual Esgotamento da Capacidade Produtiva - %

Indústria de Transformação	Período	Sim	Não
	Jan./ 05	29,0	71,0
	Jan. - Fev./ 08	31,0	69,0
	Abr.-Mai./ 08	27,0	73,0

Fonte: (FGV, 2008b).

Por outro lado, os investimentos de ampliação e de modernização da capacidade produtiva evitam uma significativa elevação do NUCI. Ademais, a apreciação cambial estimula o crescimento das importações do setor, contribuindo, também, para evitar gargalos de oferta.

O NUCI do setor de material de construção alcançou 88,4% em junho de 2008, superior aos 83,3% registrados em junho de 2007 – incremento de 5,1 pontos percentuais. As boas condições de financiamento habitacional foram determinantes para o maior aproveitamento da capacidade instalada do setor.

A Sondagem da Indústria de Transformação – Quesitos Especiais (investimento) da FGV (2008b), realizada antes do recente e expressivo aumento da taxa básica de juros, assinalou que 73% das empresas pesquisadas no período abril-maio de 2008 descartaram o não-atendimento das encomendas em função de gargalos de ofer-

ta. Ou seja, apenas 27% das empresas acreditam na possibilidade de não atender à demanda. Essa proporção chegou a alcançar os 31% no primeiro bimestre do ano. A relativa folga no atendimento das encomendas deve-se aos investimentos já finalizados ou em fase de execução na ampliação da capacidade de produção (Tabela 10).

Levando-se em conta os objetivos apontados para a realização de investimentos fixos, observa-se que 56% das empresas estão interessadas em aumentar a capacidade de produção, enquanto 28% pretendem ampliar a eficiência produtiva. Já a substituição de máquinas e/ou equipamentos é apontada por 11% dos entrevistados. Apenas 5% das empresas não implementam programa de investimento. Entre os segmentos, 62% das indústrias de bens duráveis de consumo planejam ampliar a capacidade de oferta, bem mais que os 47% apurados em semelhante pesquisa de 2007 (Tabela 11).

Tabela 11 – Principal Objetivo para a Realização de Investimentos Fixo - %

Discriminação	Período	Expandir a Capacidade de Produção	Aumentar a Eficiência Produtiva	Substituir Máquinas e/ou Equipamentos	Sem Programa de Investimento
Indústria de Transformação	1998	27,0	53,0	10,0	10,0
	1999	19,0	57,0	11,0	13,0
	2000	45,0	39,0	9,0	7,0
	2001	35,0	43,0	11,0	11,0
	2002	32,0	42,0	13,0	13,0
	2003	30,0	43,0	13,0	14,0
	2004	41,0	38,0	8,0	13,0
	2005	52,0	26,0	14,0	8,0
	2006	49,0	34,0	11,0	6,0
	2007	47,0	31,0	16,0	6,0
	2008	56,0	28,0	11,0	5,0

Fonte: (FGV, 2008b).

Os investimentos das grandes empresas estão sendo financiados, sobretudo, por capital próprio. De acordo com levantamento feito pelo IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (2007) junto a 156 grandes empresas em 2007, observou-se significativo crescimento dos seus ativos totais e imobilizados (investimento fixo). Essa expansão ocorreu simultaneamente à queda da taxa de endividamento e da melhoria de seu perfil, o que significou diminuição das dívidas de curto prazo. O endividamento foi basicamente de longo prazo, com expressiva participação do BNDES (Gráfico 13).

No Nordeste, vale destacar a importância do BNB para o financiamento de longo prazo. Dados apresentados pelo boletim BNB Nordeste - Conjuntura Mensal (BNB, 2008) revelam que as operações do BNB registraram saldo de R\$ 24,7 bilhões no final de maio - incremento de 4,7% comparativamente à posição de maio de 2007. Desse total, 79,1% são recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), principal fonte de financiamento de longo prazo da região.

Em termos de contratação, já são 130 mil operações com recursos do FNE no acumulado dos cinco primeiros meses do ano, significando um aporte de R\$ 1,5 bilhão (a preços de maio) na economia nordestina.

Para o próximo semestre, a tendência é de estabilidade do nível de capacidade instalada da indústria de transformação, devido à elevação da taxa básica de juros a nível acima do esperado, comprometendo a expansão da taxa de investimento da economia e, conseqüentemente, o crescimento do produto potencial. De fato, a taxa de juros alta produz impactos negativos tanto na expectativa de retorno do investimento como nas condições de crédito e financiamento a custos competitivos.

Esse significativo aumento da Selic ocorre no momento em que a taxa de inflação começa a ceder e os preços das *commodities* começam a recuar. Ademais, apesar da ligeira variação do NUCI, constata-se relativa margem para a continuidade do ritmo de crescimento da indústria, sem estran-

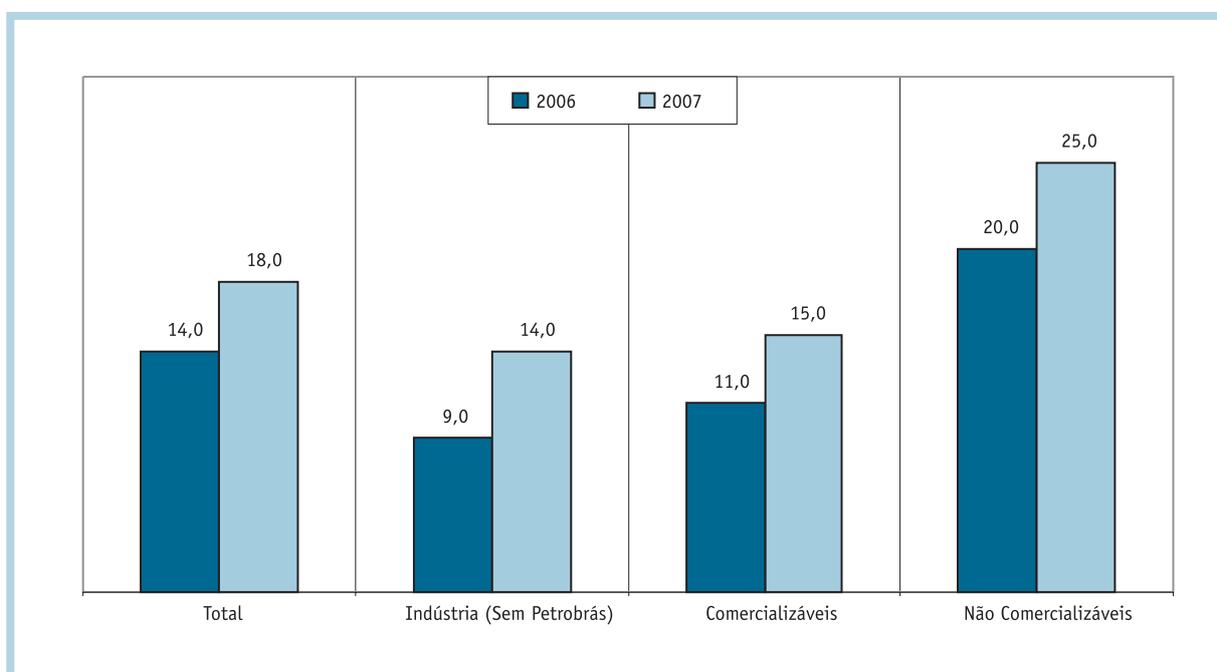


Gráfico 13 – Endividamento BNDES/Total - %

Fonte: (IEDI, 2008b).

gulamento na oferta e ameaças à estabilidade de preços. A redução do descompasso entre oferta e demanda reflete, sobretudo, os investimentos em ampliação da capacidade produtiva e os incrementos de produtividade observados em 2007 e no primeiro semestre de 2008.

O aperto monetário já começa a refletir-se no Índice de Confiança da Indústria (ICI), da FGV (2008a)¹⁵, sem ajuste sazonal, que caiu 0,7% entre junho e julho, passando de 121,6 para 120,8 pontos. Para os próximos seis meses, 56,9% dos empresários esperam melhora, enquanto apenas 7,2% expressam pessimismo. Apesar dos bons resultados, vale destacar que semelhante sondagem realizada em julho de 2007 apresentou números mais favoráveis.

Já a Pesquisa Serasa de Perspectiva Empresarial realizada entre 2 e 10 de junho de 2008, com 1.010 executivos de empresas representativas dos setores da indústria, serviços, comércio e instituições financeiras do país, constatou que 53% das organizações investigadas têm intenção de elevar seus investimentos, 41% planejam mantê-los no mesmo patamar de 2007 e o restante pretende reduzi-los. Vale destacar que a intenção de aumentar os investimentos em 2008 (53%) é menor do que a observada em 2007 (58%).

Nessa mesma pesquisa, 67% das empresas acreditam na manutenção do ciclo de alta da

Selic, contribuindo para a revisão dos planos de investimento. Por outro lado, 67% apostam no crescimento do PIB comparativamente ao do ano anterior.

Em resumo, o ciclo de crescimento da atividade industrial não tem pressionado de forma relevante o nível de ocupação da capacidade instalada, em virtude dos elevados investimentos em modernização e ampliação da capacidade produtiva da indústria brasileira e da apreciação cambial estimulando a entrada de produtos importados.

Com relação ao Nordeste, o índice médio de utilização da capacidade instalada, divulgado pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FIEC; INDI, 2008) para a indústria nordestina, atingiu 75,2% – ligeiramente inferior ao índice de maio de 2007 (77,7%).

Vale salientar que esse índice é também inferior aos 81,3% da indústria nacional em janeiro de 2008, calculado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O fato de a produção industrial nordestina crescer abaixo da média nacional explica essa diferença.

No recorte setorial, destaca-se o significativo crescimento do NUCI das indústrias de vestuário, calçados e artefatos de tecidos. Entretanto, a indústria têxtil e a de produtos alimentares registraram queda (Tabela 12).

Tabela 12 - Nordeste: índice de utilização da capacidade instalada – percentual médio

Indicadores	Maio 2008	Abril 2008	Maio 2007
Minaerais Não Metálicos	78,15	79,52	85,96
Metalúrgico	87,05	87,56	89,44
Químico	81,83	75,45	75,58
Têxtil	86,43	89,65	90,31
Vestuário, Calçados e Art. Tecidos	95,80	88,56	92,7
Produtos Alimentares	59,15	59,33	64,19
Total da Indústria Nordeste (1)	75,27	74,76	77,73
Total da Indústria Brasil (1)	83,17	82,90	83,25

Fonte: (FIEC; INDI, 2008).

(1) Os totais da indústria nordestina do Brasil incluem outras indústrias, além das discriminadas na tabela.

¹⁵ A sondagem para o mês de julho foi realizada entre os dias 01 e 25 deste mês com 1.042 empresas.

A redução do NUCI está associada à conjuntura de crescimento da indústria de transformação. De fato, constatam-se significativos incrementos nas vendas totais da indústria, no pessoal empregado e nas horas trabalhadas, tanto no indicador mensal como no acumulado do ano. Essa configuração pode estar revelando a realização de importantes investimentos visando à expansão

da indústria de bens intermediários, assim como a recuperação dos setores intensivos em mão-de-obra, apesar da conjuntura cambial adversa. Nesse sentido, vale ressaltar o desempenho do setor de vestuário, calçados e artigos de tecido na região, com crescimento de 44,8% das vendas e 7,3% do pessoal empregado (Tabela 13).

Tabela 13 - Nordeste: Indicadores Gerais da Indústria de Transformação – Variações Reais, em %

Indicadores	Mai. 08/ Abr. 08	Mai. 08/ Mai. 07	Jan. - Mai. 08/ Jan. Mai. 07
Vendas Totais da Indústria	-0,86	8,61	9,39
Pessoal Total Empregado	0,83	8,30	10,17
Horas Trabalhadas	0,45	18,11	15,49
Exportação Produtos Industrializados]	36,77	52,47	18,38
Utilização da Capacidade Instalada (Nível %)	75,27 (a)	74,76 (b)	77,73 (c)

Fonte: (FIEC; INDI, 2008).

(a) Em maio de 2008.

(b) Em abril de 2008.

(c) Em maio de 2007.

3.4 - COMÉRCIO

3.4.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

O relatório da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) divulgado pelo IBGE revela que o comércio varejista do Brasil, em maio, acelerou o ritmo de crescimento comparativamente ao do mês anterior. Na análise da série com ajuste sazonal, o volume de vendas e a receita nominal tiveram acréscimos, respectivamente, de 0,6% e 1,3% em maio deste ano relativamente a abril passado, enquanto no período abril-março, a variação atingiu apenas 0,2% no volume de vendas e 0,7% na receita nominal. Vale ressaltar que em maio, comparativamente a abril, apenas duas atividades acusaram resultados negativos no volume de vendas: tecidos, vestuário e calçados (-1%) e livros, jornais, revistas e papelaria (-0,1%).

Nas comparações sem ajuste sazonal, o volume de vendas do comércio varejista registrou expansão de 10,5% relativamente a maio de 2007, 10,9% no acumulado do ano e 10,3% nos últimos 12 meses. Em relação à receita nominal, as taxas apresentadas foram 16,6% em maio, 15,9% no acumulado do ano e 14,3% no período maio 2007/08.

Considerando o comércio varejista ampliado, que inclui a venda de veículos e motos, partes e peças e material de construção, o crescimento no volume de vendas e na receita nominal em maio de 2008 foi de 11,3% e 16,5%, respectivamente, em relação a maio de 2007. Nos cinco primeiros

meses do ano, a taxa de variação do volume de vendas atingiu 14,2% e a da receita nominal foi de 18,7%.

Todas as atividades que compõem o comércio varejista ampliado relacionadas na PMC apresentaram, em maio deste ano, crescimento real no volume de vendas comparativamente a maio do ano anterior, conforme a Tabela 14. Os

segmentos que assinalaram incremento superior à taxa média do comércio varejista ampliado foram equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, móveis e eletrodomésticos, veículos e motos, partes e peças, hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria.

Tabela 14 - Brasil: Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista, segundo Grupos de Atividade PMC - (mai./08)

Atividades	Receita Nominal				Volume de Vendas			
	Taxas de Variação				Taxas de Variação			
	Indicador mês/mês anterior*	Maio	Acumulado		Indicador mês/mês anterior*	Maio	Acumulado	
			Jan.-Mai./08	12 Meses			Jan.-Mai./08	12 Meses
COMÉRCIO VAREJISTA	1,3	16,6	15,9	14,3	0,6	10,5	10,9	10,3
1. Combustíveis e Lubrificantes	3,9	10,3	5,7	3,5	0,8	12,9	7,4	5,9
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	2,5	22,3	17,9	16,2	1,1	8,4	6,8	6,5
2.1. Super e Hipermercados	6,5	21,8	17,6	16,1	0,7	8,2	6,7	6,5
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	-3,2	9,2	16,7	15,9	-1,0	3,6	11,9	11,8
4. Móveis e Eletrodomésticos	0,8	11,0	14,0	12,5	0,4	16,1	18,9	16,5
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	0,1	15,3	15,0	13,2	1,1	12,9	13,5	11,9
6. Equip. e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	4,6	13,4	10,6	12,5	5,1	29,9	28,8	31,9
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-4,1	12,2	13,1	11,7	-0,1	9,9	11,1	9,7
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	2,5	15,8	24,9	23,3	2,0	10,6	20,4	21,5
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	0,6	16,5	18,7	17,6	0,8	11,3	14,2	14,1
9. Veículos e Motos, partes e peças	-4,3	17,1	24,2	24,1	0,0	14,0	21,4	22,6
10. Material de Construção	1,3	13,4	17,9	16,7	0,7	6,3	11,5	11,6

Fonte: (IBGE, 2008l). Elaboração: Equipe BNB - ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Série com ajuste sazonal

Tabela 15 - Composição da Taxa Mensal do Volume de Vendas do Comércio Varejista, por atividade*

ATIVIDADES	COMÉRCIO VAREJISTA			COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO		
	Taxa	Comp. da taxa		Taxa	Comp. da taxa	
		absoluta	relativa		absoluta	relativa
Taxa Global	10,5	10,5	100,0	11,3	11,3	100,0
1. Combustíveis e lubrificantes	12,9	1,3	12,1	12,9	0,8	7,0
2. Hiper, supermercados, prods. alimentícios, bebidas e fumo	8,4	4,1	39,0	8,4	2,5	22,0
3. Tecidos, vestuários e calçados	3,6	0,4	3,3	3,6	0,2	1,9
4. Móveis e eletrodomésticos	16,1	2,7	25,3	16,1	1,7	14,6
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	12,9	0,7	6,7	12,9	0,4	3,9
6. Equip. e mat. para escritório, informática e comunicação	29,9	0,5	4,5	29,9	0,3	2,6
7. Livros, jornais, revistas e papelaria	9,9	0,1	0,8	9,9	0,1	0,4
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	10,6	0,9	8,4	10,6	0,5	4,8
9. Veículos e motos, partes e peças	-	-	-	14,0	4,5	39,5
10. Material de construção	-	-	-	6,3	0,4	3,4

Fonte: (IBGE, 2008l).

(*) Corresponde à participação dos resultados setoriais na formação da taxa global.

Por outro lado, três segmentos responderam por 76,1% da formação da taxa global do varejo ampliado: veículos e motos, partes e peças (39,5%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (22%) e móveis e eletrodomésticos, com 14,6% (Tabela15).

O segmento equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação registrou a maior taxa de crescimento, da ordem de 29,9%, no volume de vendas em maio de 2008, ante maio de 2007. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, a variação foi de 28,8% e no acumulado dos últimos 12 meses, de 31,9%. Segundo o relatório da PMC (IBGE, 2008c), esse desempenho foi determinado principalmente pela redução de preços dos produtos de informática e de comunicação, bem como pela facilidade de financiamento e pela crescente importância desses itens na cesta de consumo das famílias.

O volume de vendas de móveis e eletrodomésticos, sensível à oferta de crédito, renda e preços, cresceu 16,1% em maio na comparação a maio do ano passado. No acumulado do ano e nos últimos 12 meses apresentou incremento de 18,9% e 16,5%, respectivamente.

A atividade veículos e motos, partes e peças continua apresentando bom desempenho, devido às condições favoráveis de financiamento e às taxas de juros reduzidas. Na relação entre maio de 2008 e maio de 2007, o setor cresceu 14%, enquanto que nos cinco primeiros meses do ano e nos últimos 12 meses apresentou expansão de 21,4% e 22,6%, respectivamente.

O segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo apresentou, em maio de 2008, crescimento de 8,4% no volume de vendas em relação a maio de 2007. No acumulado do ano, o acréscimo registrado nas vendas foi de 6,8%, e nos últimos 12 meses, de 6,5%.

O segmento artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria registrou, em maio, aumento de 12,9% no volume de vendas sobre maio de 2007, de 13,5% no acumulado do ano e de 11,9% no acumulado dos últimos 12 meses. Os fatores que propiciaram esse desempenho, segundo o relatório do IBGE são: condições da economia, massa salarial, crédito e a ampliação das vendas de medicamentos genéricos.

3.4.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste

O desempenho do comércio regional tem merecido acentuado destaque, devido a seu significativo crescimento nos últimos anos. Fatores como melhorias nas condições do mercado de trabalho (geração de emprego e ampliação da renda) e programas sociais de transferência de renda foram responsáveis por essa situação.

Em período mais recente, no entanto, nota-se uma convergência entre o comportamento nordestino e o agregado brasileiro (Gráfico 14).

Essa situação justifica-se por um conjunto de fatores. Em períodos mais recentes, as frequen-

tes elevações do volume de vendas e da receita nominal resultaram no crescimento das bases de comparação (2005 a 2007) em relação a 2008.

Outro fator é a melhoria do desempenho de estados de maior porte, como São Paulo, que sozinho responde por 34% da receita nominal do comércio nacional (IBGE, 2006). O estado apresentou crescimento de 13,5% em maio e, no acumulado do ano, elevação de 16% no volume de vendas do comércio varejista ampliado.

Entretanto, considerado o ano-base 2003, o desempenho regional manteve-se acima do na-

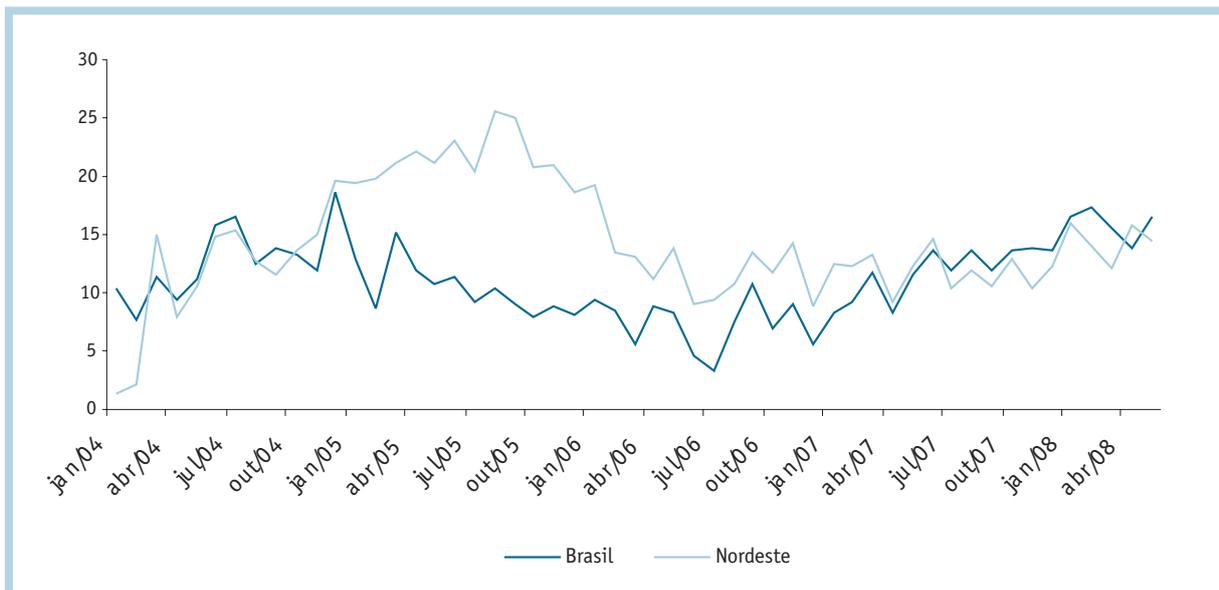


Gráfico 14 - Variações Percentuais Mensais da Receita Nominal do Comércio Varejista, Brasil e Nordeste, Janeiro de 2004 a Maio de 2008

Fonte: IBGE (2004, 2005, 2006).

cional, particularmente a partir dos primeiros meses de 2005 (Gráfico 15).

Dados apresentados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) confirmam essa situação. No

ano 2008 o consumo energético residencial do Nordeste superou o da região Sul, por conta da elevação do número de residências atendidas e de seu consumo médio, atribuída à expansão da renda e a programas de assistência do governo

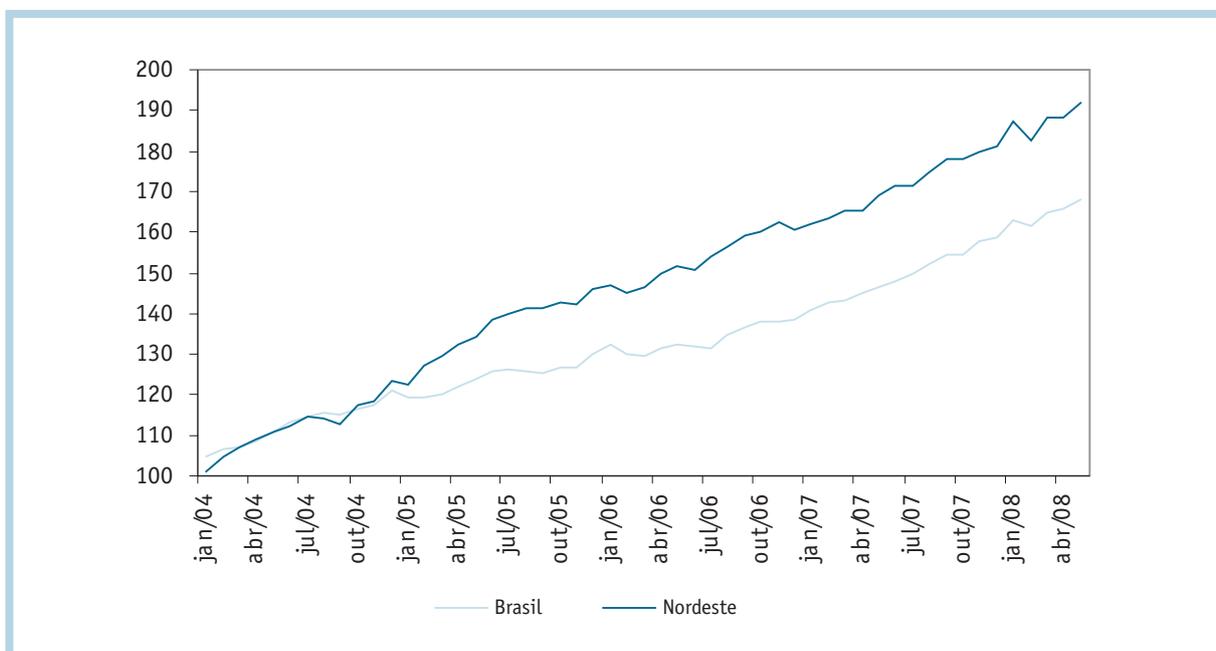


Gráfico 15 - Receita Nominal do Comércio Varejista, Brasil e Nordeste, Janeiro de 2004 a Maio de 2008, (2003=100%)

Fonte: (IBGE, 2004, 2005, 2006).Elaboração BNB-Etene Conjuntura Econômica.

e de extensão do atendimento energético residencial¹⁶.

Os desempenhos estaduais também confirmam a hipótese de convergência das *performances* regional e nacional. Em maio, considerado o volume de vendas, apenas dois estados obtiveram desempenho acima da média nacional, de 11,3%: o Ceará com 12,1% e o Rio Grande do Norte com 13,3%.

No acumulado do ano – janeiro a maio de 2008 comparado a igual período de 2007 –, apenas o Rio Grande do Norte (18%) apresentou desempenho acima da média nacional, apesar das recentes chuvas no estado. Tal ocorrência poderia ser explicada pela base de comparação utilizada, no caso o ano 2007, quando o volume de vendas foi menor do que o costumeiramente apresentado (Tabela 16).

Observada a receita nominal em maio de 2008, Alagoas (16,6%) e Rio Grande do Norte (18,4%) foram os estados que maiores acréscimos obtiveram e os únicos da região a apresentar cresci-

mento acima da média nacional. No acumulado do ano, Alagoas (19,7%) e Rio Grande do Norte (23,1%) foram novamente os únicos estados nordestinos com taxas de crescimento maiores do que a nacional (18,7%) (Tabela 17).

Bahia, Ceará e Pernambuco, que representam 65% da receita do comércio regional, por sua vez, apresentaram crescimentos mais modestos do que o nacional: Bahia, 14,8% (maio) e 15,2% (jan.-mai.); Ceará, 16% (maio) e 17% (jan.-mai.) e Pernambuco 16,2% (maio) e 18,7% (jan.-mai.) para o comércio varejista ampliado (PAC, 2006).

Nesses estados, no entanto, destaca-se o desempenho de algumas atividades, como equipamentos, materiais para escritório, informática e comunicação no Ceará: crescimento de 63,3% do volume de vendas e 39,4% da receita nominal nos primeiros cinco meses do ano¹⁷ (Tabela 18).

No mesmo estado, a atividade hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e

Tabela 16 - Variações Percentuais do Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado, Brasil e Estados do Nordeste (Maio e Jan.-Mai. de 2008)*

Unidade da Federação	Comércio Varejista Ampliado	
	Mai./08	Jan.-Mai. /08
BRASIL	11,3	14,2
Maranhão	7,9	11,8
Piauí	8,6	11,1
Ceará	12,1	12,6
Rio Grande do Norte	13,3	18,0
Paraíba	9,6	8,9
Pernambuco	9,3	12,0
Alagoas	9,8	12,9
Sergipe	2,2	7,7
Bahia	10,0	11,7

Fonte: (IBGE, 2008l). Elaboração: Equipe BNB - ETENE Conjuntura Econômica.

*Comparação com o mesmo período do ano anterior.

16 O mesmo relatório da EPE indica que 38% das novas ligações realizadas no período de janeiro de 2005 a maio de 2008 são relacionadas ao programa "Luz para Todos", bastante superior às proporções registradas nas regiões Sudeste (11%), Sul (19%) e Centro-Oeste (25%), ficando atrás somente do desempenho da região Norte (59%).

17 O desempenho diferenciado do estado foi apresentado na edição anterior desta publicação, Boletim Conjuntura 16. Estados como a Bahia têm atuação mais intensa de hipermercados na venda de computadores e acessórios, enquanto que no Ceará percebe-se uma maior atuação de lojas especializadas no ramo.

Tabela 17 - Variações Percentuais da Receita Nominal de Vendas no Comércio Varejista Ampliado, Brasil e Estados do Nordeste (Maio e Jan.-Mai. de 2008)*

Unidade da Federação	Comércio Varejista Ampliado	
	Mai./08	Jan.-Mai. /08
BRASIL	16,5	18,7
Maranhão	12,7	16,6
Piauí	13,7	15,8
Ceará	16,0	17,0
Rio Grande do Norte	18,4	23,1
Paraíba	16,2	15,4
Pernambuco	16,2	18,7
Alagoas	16,6	19,7
Sergipe	7,8	13,5
Bahia	14,8	15,2

Fonte: (IBGE, 2008I). Elaboração: Equipe BNB - ETENE Conjuntura Econômica.

*Comparação com o mesmo período do ano anterior.

Tabela 18 - Variações Percentuais do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, por Atividade nos Estados, Ceará, Pernambuco e Bahia (Jan.-Mai. /08)*

Atividades	Jan.-Mai. /08					
	Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	12,6	17,0	12,0	18,7	11,7	15,2
1. Combustíveis e Lubrificantes	15,4	13,7	5,6	5,0	13,1	8,8
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-3,0	8,0	12,5	26,5	0,2	11,7
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	6,0	9,6	3,5	8,8	4,9	9,2
4. Móveis e Eletrodomésticos	13,3	9,0	17,5	14,8	22,7	15,8
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	7,5	10,9	0,2	4,7	13,1	13,3
6. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	22,4	23,6	3,0	3,1	20,8	20,0
7. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	63,3	39,4	-6,6	-18,8	10,2	-4,1
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	18,7	21,1	17,2	20,2	21,9	25,4
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	22,2	27,1	14,0	20,2	19,7	23,3
10. Materiais de Construção	16,7	26,8	14,5	21,4	11,7	16,7

Fonte: (IBGE, 2008I). Elaboração: Equipe BNB - ETENE Conjuntura Econômica.

*Comparação o mesmo período do ano anterior.

fumo, que vinha se destacando positivamente nos últimos anos, obteve resultados menos favoráveis: redução de 3% no volume de vendas e crescimento de 8% na receita nominal no acumulado dos cinco primeiros meses deste ano. Essa situação assemelha-se à da Bahia, onde o volume de vendas cresceu apenas 0,2%, enquanto a receita nominal apresentou ampliação de 11,7%, abaixo, portanto, do desempenho do comércio em geral.

Pernambuco, nessa atividade, por sua vez, obteve crescimento diferenciado: 12,5% no volume de vendas e 26,5% na receita nominal, no período de janeiro a maio de 2008, comparado a igual intervalo de 2007.

Alguns fatores podem explicar essa situação. Apesar de o rendimento médio real dos traba-

lhadores ocupados¹⁸ da Região Metropolitana de Salvador (RMS) ter se elevado com maior intensidade do que na Região Metropolitana de Recife (RMR), (abr./08 comparado a abr./07), a inflação dos itens relacionados à alimentação em domicílio da população cujos ganhos variam entre um e oito salários mínimos (INPC) foi mais elevada na RMS. Outro fator que explicaria essa diferença de desempenho é o crescimento do nível de ocupação: mais elevado na RMR (4,9%) do que na RMS (2,9%), na comparação maio de 2008/07.

Importa ressaltar que o crédito tem exercido relevante papel na manutenção do desempenho positivo do comércio. Os volumes totais de crédito, que correspondia a 30,7% do PIB em janeiro de 2007, passou a 36,5% em maio deste ano, enquanto o volume de recursos direcionados para a aquisição de veículos elevou-se 24,75% nos cinco primeiros meses de 2008 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a).

Paralelamente, nos primeiros cinco meses de 2008, a atividade veículos e motos, partes e peças apresentou os seguintes índices de crescimento no volume de vendas e na receita nominal, respectivamente: na Bahia, 19,7% e 23,3%; no Ceará, 22,2% e 27,1%; e em Pernambuco, 14% e 20,2%.

Outra atividade sensível ao crédito, e que, impulsionada por medidas de estímulo governamentais, também obteve resultados auspiciosos de janeiro a maio de 2008, é a de materiais para construção. O Ceará apresentou crescimento de 16,7% no volume de vendas e 26,8% na recei-

ta nominal; Pernambuco registrou elevação de 14,5% e 21,4%; e a Bahia expandiu 11,7% e 16,7%, respectivamente.

Convém observar as prováveis repercussões que essas sucessivas expansões do crédito podem vir a ter na capacidade futura dos consumidores para contração de novas dívidas.

Na Bahia, em Pernambuco e no Ceará, a proporção do valor total dos cheques sem fundos em relação ao montante dos que foram compensados manteve-se praticamente estável nos últimos 12 meses (junho de 2007 a maio de 2008).

No período maio-junho deste ano, os consumidores com contas ou dívidas em atraso em Salvador perfaziam 42,6% dos pesquisados, embora tenha havido redução de 46,5% para 38,8% nesse período. Situação semelhante ocorreu em Fortaleza, onde o índice reduziu-se de 28,7%, em maio, para 26% em junho¹⁹.

A proporção da renda comprometida com dívidas nessas localidades, por sua vez, também não demonstrou sinais de descontrole. Em Salvador, era de 28,4% em maio, reduzindo-se para 25,8% em junho, enquanto em Fortaleza passou de 20,1% para 19,9% no mesmo período.

Nessas duas importantes praças comerciais não se constatam, portanto, sinais de descontrole financeiro por parte dos consumidores. Nesse sentido, a expectativa é de que, no geral, as situações de endividamento das pessoas físicas e jurídicas não atingiram níveis críticos no primeiro semestre.

¹⁸ São trabalhadores ocupados, segundo o Dieese, os indivíduos que realizam trabalho remunerado exercido regularmente, ou trabalho remunerado exercido de forma irregular (desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual), excluindo as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias ou os que possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

¹⁹ Pesquisas "Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza" e "Taxas de endividamento do consumidor de Salvador", frutos de parcerias entre o BNB e federações do comércio do Ceará e da Bahia. Essas pesquisas consideram: consumidores em potencial – pessoas com idade superior a 18 anos (população estimada); taxa de consumidores com contas ou dívidas em atraso – os consumidores que possuem contas ou dívidas em atraso com relação a cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de crediário, empréstimos pessoais, compras de imóveis e prestações de carro e de seguros; taxa de comprometimento da renda – parcela da renda comprometida com dívidas dessa natureza.

Ao contrário, tudo indica que a situação geral ainda é de relativa estabilidade. Como exemplo, a taxa média de inadimplência agregada para o período janeiro-maio de 2008, conforme dados do Bacen, foi calculada em 4,3%. No mesmo período de 2007 ficou em 4,9%. Houve, portanto, uma

redução. O mesmo pode ser observado segmentando-se em pessoas jurídicas e pessoas físicas. Para as primeiras, as taxas são 1,88% entre janeiro e maio de 2008 e 2,74% no mesmo período de 2007. No caso das pessoas físicas ficaram em 7,10% e 7,22%, respectivamente²⁰.

3.5 - Produção Agropecuária

3.5.1 - Agronegócio

3.5.1.1 - Desempenho do PIB e do Faturamento

De acordo com a CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, o PIB do agronegócio brasileiro cresceu 2,8% no primeiro trimestre de 2008. O bom desempenho deve-se basicamente ao aumento de preços e à safra recorde, apesar de não ter alcançado todos os segmentos, como é o caso das fibras, da laranja, da cana-de-açúcar e da mandioca (CNA, 2008).

As duas subdivisões básicas do agronegócio – agricultura e pecuária – experimentaram alta semelhante em seu PIB, de 2,8% de janeiro a março deste ano. No caso da pecuária, o crescimento foi puxado principalmente pela elevação de preços da carne bovina e do leite (Gráfico 16 e Tabela 19).

Ao se analisar estritamente as atividades típicas da agricultura e da pecuária (atividades “dentro da porteira”), o que pode ser feito colo-

cando-se à parte três dos quatro segmentos de análise do agronegócio (produção de insumos, indústria e distribuição), e focando a atenção apenas nas suas produções, percebe-se que a agricultura e a pecuária cresceram 2,8% no trimestre (Tabela 19).

A indústria de beneficiamento de produtos agrícolas, também parte integrante do agronegócio, registrou discreto avanço: 1,4% no acumulado do ano. Isso se deve, em parte, à retração na indústria beneficiadora de cana-de-açúcar, que já acumula queda de 9,6% em 2008. A indústria de beneficiamento da pecuária apresentou resultado ligeiramente superior: 1,7% no primeiro trimestre do ano, puxado pela expansão na produção e nos preços.

A tendência de crescimento do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária observada em 2007 continuou no corrente ano, em decorrên-

²⁰ O que aqui se denomina de taxa de inadimplência é o percentual do saldo de operações de crédito em atraso acima de 90 dias em relação ao total de operações de crédito. Mais detalhes sobre o assunto no capítulo 7, Intermediação Financeira, desta revista.

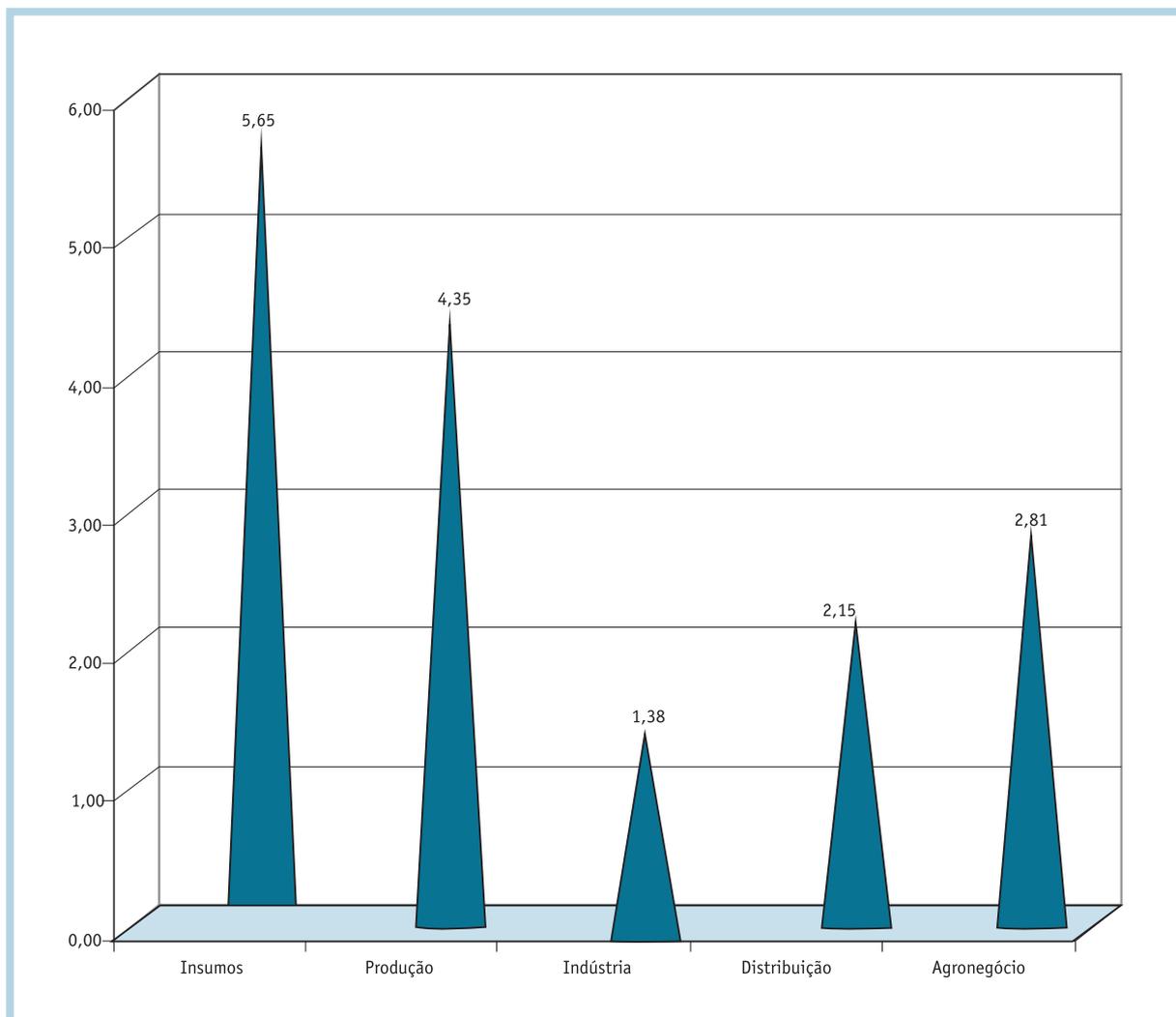


Gráfico 16 - Brasil - PIB do Agronegócio - Variação (%) Acumulada em 2008
 Fonte: (CNA, 2008).

cia da safra recorde de grãos e da sustentação de preços nos mercados nacional e internacional. Em 2008, os produtos da lavoura temporária registraram conjuntamente aumento de 29,1% em seu VBP, enquanto os que compõem a lavoura permanente tiveram crescimento menos intenso (19,8%). O aumento do *quantum* e do preço da maior parte dos produtos agrícolas e pecuários possibilitou incremento de 27,4% no VBP, se comparado a 2007, passando de R\$ 228,3 para R\$ 290,8 bilhões em 2008 (Tabela 21).

A relação entre o VBP do Nordeste e o VBP do Brasil estimada para junho/08 deverá ser um pouco menor que em 2007 - redução de 14,1%

para 12,6%. Prevê-se crescimento do VBP do Brasil da ordem de 27,6% contra um avanço de somente 13,7% para o do Nordeste. O VBP da agropecuária nordestina deve alcançar R\$ 38,1 bilhões, em 2008, distribuídos entre lavouras temporárias (R\$ 18,1 bilhões), lavouras permanentes (R\$ 7 bilhões) e pecuária (R\$ 13 bilhões). O faturamento da pecuária regional deve crescer 29,7%, desempenho consideravelmente superior ao previsto para a agricultura (7%). Esse resultado é conseqüência do recuo de 16,2% no VBP das lavouras permanentes, uma vez que as lavouras temporárias apresentaram um crescimento de 19,8% no VBP (Tabela 22).

Tabela 19 - Brasil. PIB do Agronegócio. Taxas de Crescimento Mensal, 2007-2008 (%)

AGROPECUÁRIA					
2007/2008	Insumos	Produção (A)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (B)
Abril	0,92	0,80	0,26	0,52	0,54
Maio	0,87	0,66	0,11	0,30	0,38
Junho	1,04	0,82	0,05	0,10	0,35
Julho	1,59	1,41	0,32	0,87	0,89
Agosto	1,47	1,22	0,35	0,61	0,76
Setembro	1,26	1,09	0,23	0,58	0,66
Outubro	1,06	0,99	0,82	0,78	0,87
Novembro	0,97	1,11	0,63	0,71	0,81
Dezembro	2,11	1,98	1,31	1,48	1,61
Janeiro	1,76	1,35	0,41	0,67	0,87
Fevereiro	1,84	1,29	0,54	0,73	0,93
Março	1,95	1,65	0,42	0,73	0,99
Acumulado em 2008	5,65	4,35	1,38	2,15	2,81
AGRICULTURA					
2007/2008	Insumos	Produção (C)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (D)
Abril	0,93	0,57	0,20	0,34	0,38
Maio	1,09	0,72	0,07	0,20	0,32
Junho	1,10	0,56	0,23	0,25	0,37
Julho	1,76	1,27	-0,12	0,10	0,38
Agosto	1,64	1,21	0,20	0,33	0,56
Setembro	1,44	1,22	0,09	0,40	0,53
Outubro	1,00	1,23	0,93	0,98	1,01
Novembro	0,77	1,26	0,67	0,73	0,81
Dezembro	2,01	1,91	1,33	1,39	1,52
Janeiro	1,90	1,48	0,35	0,53	0,77
Fevereiro	2,09	1,57	0,53	0,72	0,94
Março	2,36	2,20	0,44	0,80	1,08
Acumulado em 2008	6,48	5,34	1,33	2,06	2,82
PECUÁRIA					
2007/2008	Insumos	Produção (E)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (F)
Abril	0,91	1,10	0,68	0,97	0,96
Maio	0,53	0,57	0,37	0,54	0,52
Junho	0,95	1,15	-1,06	-0,26	0,30
Julho	1,32	1,59	3,17	2,78	2,19
Agosto	1,20	1,25	1,28	1,29	1,26
Setembro	0,98	0,92	1,05	1,01	0,98
Outubro	1,15	0,69	0,13	0,31	0,54
Novembro	1,28	0,92	0,38	0,67	0,80
Dezembro	2,26	2,08	1,22	1,68	1,84
Janeiro	1,54	1,18	0,81	1,02	1,12
Fevereiro	1,44	0,92	0,58	0,74	0,88
Março	1,30	0,93	0,32	0,57	0,77
Acumulado em 2008	4,34	3,06	1,72	2,35	2,80

Fonte: (CNA, 2008).

(A) CNA, 2008b. Obs: (A) Somente o setor primário da agropecuária; (B) todo o agronegócio da agropecuária; (C) somente o setor primário da agricultura; (D) todo o agronegócio da agricultura; (E) somente o setor primário da pecuária; (F) todo o agronegócio

Tabela 20 - Brasil - PIB da Agropecuária e do Agronegócio em 2007 e 2008 (R\$ bilhões, a preços de 2006)

Atividades	Anos		Variação	
	2007	2008	(%)	Abs.
Agricultura	90,73	93,29	2,82	2,56
Pecuária	71,77	73,78	2,80	2,01
Agropecuária	168,05	175,36	4,35	7,31
Agronegócio	582,67	599,04	2,81	16,37
Outros segmentos	390,26	390,26	0,00	0,00

Fonte: (CNA, 2008). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

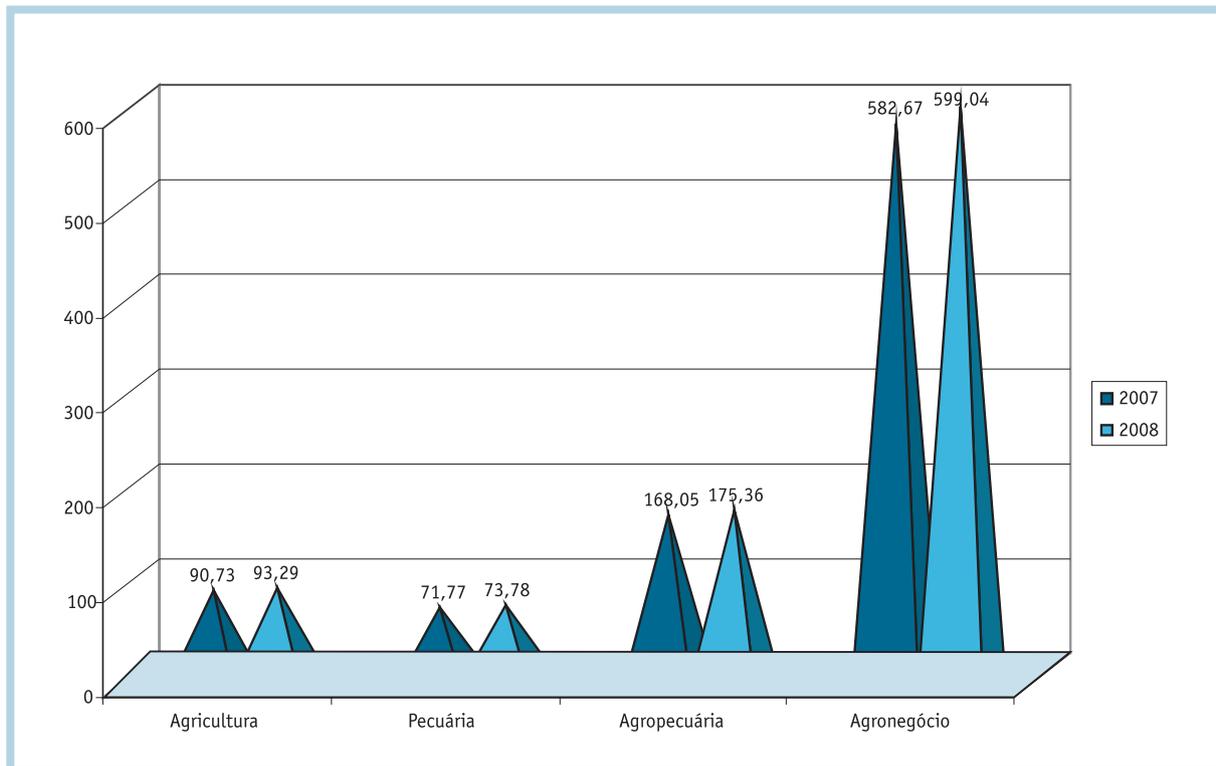


Gráfico 17 - Brasil - PIB da Agropecuária e do Agronegócio (R\$ bilhões, a preços de 2006)

Fonte: (CNA, 2008).

Tabela 21 - Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) - 2007 e 2008 - R\$ Milhões de jun/08

Produtos	2007	2008	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	141.214	179.847	27,4	38.632
- lavouras temporárias (1)	114.790	148.182	29,1	33.391
- lavouras permanentes (2)	26.424	31.665	19,8	5.241
Pecúários	87.066	110.938	27,4	23.872
- carnes (3)	66.474	84.721	27,5	18.247
- derivados (4)	20.592	26.217	27,3	5.625
Total	228.280	290.785	27,4	62.505

Fonte: (CNA, 2008).

1) algodão, amendoim, arroz, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão.

(2) banana, cacau, café, laranja, sisal e uva.

(3) bovina, suína e de frango.

(4) leite e ovos.

Tabela 22 - Nordeste - Valor Bruto Da Produção Agropecuária (VBP) - 2007 e 2008

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (2)		VBP (mil reais)	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008
Lavoura temporária (a)							
Brasil						118.287.674	155.302.829
Nordeste						15.077.257	18.069.307
Abacaxi	Mil frutos	797.485	765.568	1,02	0,87	813.435	666.044
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.109.828	1.322.234	1,08	0,93	1.198.614	1.229.678
Alho	Tonelada	5.683	4.487	3,02	3,02	17.179	13.564
Amendoim (em casca)	Tonelada	13.151	12.719	1,12	1,26	14.729	16.026
Arroz (em casca)	Tonelada	1.039.765	1.169.289	0,71	0,68	738.233	795.117
Batata - doce	Tonelada	181.470	181.470	0,43	0,43	78.093	78.093
Batata - inglesa	Tonelada	277.105	276.090	1,07	1,34	296.502	369.961
Cana-de-açúcar	Tonelada	68.736.750	69.407.106	0,04	0,04	2.910.314	2.659.680
Cebola	Tonelada	333.778	357.573	0,91	1,07	303.738	382.603
Fava (em grão)	Tonelada	14.128	14.128	1,89	1,89	26.692	26.692
Feijão (em grão)	Tonelada	829.306	1.143.620	1,63	2,20	1.351.769	2.515.964
Fumo (em folha)	Tonelada	30.389	27.977	3,92	3,92	119.125	109.670
Mamona (baga)	Tonelada	80.394	137.064	0,67	0,73	53.864	100.057
Mandioca	Tonelada	10.053.546	10.121.707	0,20	0,18	2.048.108	1.806.826
Melancia	Tonelada	560.817	560.817	0,41	0,37	229.568	207.502
Melão	Tonelada	480.658	480.658	0,97	0,63	466.238	302.815
Milho (em grão)	Tonelada	3.194.214	4.518.337	0,50	0,57	1.597.107	2.575.452
Soja (em grão)	Tonelada	3.908.978	4.835.187	0,55	0,74	2.133.497	3.578.038
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	111.579	150.317	0,20	0,20	22.316	30.063
Tomate	Tonelada	522.329	531.108	1,26	1,14	658.135	605.463
Lavoura permanente (b)							
Brasil						32.148.756	36.908.728
Nordeste						8.403.665	7.044.333
Abacate	Tonelada	9.773	9.773	0,94	1,04	9.187	10.164
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	675	675	1,15	1,15	779	779
Banana	Tonelada	2.758.045	2.954.530	0,58	0,48	1.608.860	1.406.919
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	27.756	27.756	1,84	1,84	50.982	50.982
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	148.703	142.913	4,23	4,51	629.212	645.109
Café (beneficiado)	Tonelada	146.239	169.706	2,12	3,10	310.027	526.089
Caqui	Tonelada	61	61	2,79	2,79	170	170
Castanha-de-caju	Tonelada	138.765	275.032	1,11	1,11	154.387	305.995
Côco-da-baía	Mil frutos	1.302.988	1.249.186	0,68	0,56	886.032	699.544
Dendê (côco)	Tonelada	176.089	176.089	0,18	0,18	31.530	31.530
Figo	Tonelada	85	85	2,98	2,98	253	253
Goiaba	Tonelada	135.988	135.988	0,59	0,59	79.931	79.931
Guaraná (semente)	Tonelada	1.885	2.064	3,20	3,20	6.034	6.607
Laranja	Tonelada	1.669.797	1.822.496	0,43	0,36	720.290	657.755
Limão	Tonelada	71.881	71.881	1,07	0,99	76.913	71.162
Maçã	Tonelada	15	15	1,90	1,90	28	28
Mamão	Tonelada	1.074.330	1.074.330	0,83	0,76	890.821	816.491
Manga	Tonelada	953.217	953.217	1,58	0,81	1.506.083	772.106
Maracujá	Tonelada	377.136	377.136	1,10	0,98	414.850	369.593
Marmelo	Tonelada	75	75	2,37	2,37	178	178
Palmito	Tonelada	18.127	18.127	0,38	0,38	6.849	6.849
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.365	4.914	3,71	3,71	16.173	18.207
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	249.271	254.425	1,09	1,09	271.705	0
Tangerina	Tonelada	42.415	42.415	1,24	1,05	52.595	44.536
Urucum (semente)	Tonelada	2.771	2.771	2,45	2,45	6.777	6.777
Uva	Tonelada	295.184	270.459	2,28	1,91	673.020	516.577
Agricultura (c)							
Brasil						150.436.430	192.211.557
Nordeste						23.480.922	25.113.641
Pecuária (d)							
Brasil						87.065.716	110.938.018
Nordeste						9.988.713	12.953.027
Carne bovina (tonelada)	Tonelada	1.174.840	1.200.380	3,74	5,28	4.398.113	6.338.006
Frango (tonelada)	Tonelada	771.599	844.866	2,36	2,30	1.822.599	1.943.192
Leite (milhões de litros)	milhões de litros	3.223	3.319	0,61	0,78	1.965.312	2.589.015
Ovos (mil cx. De 30 dúzias)	mil cx. De 30 dúzias	11.048	11.562	1,92	2,01	706.718	774.654
Suínos (tonelada)	Tonelada	423.640	448.000	2,59	2,92	1.095.971	1.308.160
Agropecuária (c + d)							
Brasil						237.502.146	303.149.575
Nordeste						33.469.634	38.066.668
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						12,75	11,63
Lavoura permanente (b)						26,14	19,09
Agricultura (c)						15,61	13,07
Pecuária (d)						11,47	11,68
Agropecuária (c + d)						14,09	12,56

Fonte: (CNA, 2008; IBGE, 2008n). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Obs: (1) As quantidades foram obtidas do LSPA (03/2008); PAM (2006) e CNA (2008c).

(2) Os preços foram obtidos de CNA (2008c), SIGMAN (2007 e 2008) e PAM (2006), corrigidos para jun/2008a.

(3) As quantidades de leite e ovos produzidas no NE foram calculadas com base na participação regional, cfe. a PPM-2006.

(4) As quantidades de carne de bovinos, aves e suínos do NE foram calculadas com base na participação regional estimada por FNP-2006.

Não se prevê alteração na distribuição do VBP entre os estados do Nordeste. Em primeiro lugar está a Bahia (42,5%), seguida por Pernambuco (12,6%) e Ceará (10,8%). Juntos, esses estados respondem por 65,9% do VBP da agropecuária

nordestina. Destaca-se, ainda, a participação do Maranhão (10,2%), que chega a ser o segundo mais importante nas lavouras temporárias (12,7%) e o quarto na pecuária (11,8%), conforme mostrado na Tabela 23.

Tabela 23 - Nordeste - Estimativa da Participação dos Estados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2008

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
MA	2.294	12,70	80	1,14	2.374	9,45	1.524	11,77	3.899	10,24
PI	1.358	7,52	110	1,56	1.468	5,85	789	6,09	2.257	5,93
CE	1.713	9,48	734	10,43	2.447	9,74	1.666	12,86	4.114	10,81
RN	660	3,65	238	3,38	897	3,57	557	4,30	1.454	3,82
PB	1.022	5,66	235	3,34	1.257	5,01	638	4,93	1.896	4,98
PE	1.795	9,94	834	11,84	2.629	10,47	2.168	16,74	4.797	12,60
AL	1.229	6,80	92	1,31	1.321	5,26	605	4,67	1.927	5,06
SE	560	3,10	460	6,53	1.020	4,06	518	4,00	1.538	4,04
BA	7.438	41,16	4.261	60,48	11.698	46,58	4.487	34,64	16.185	42,52
BA+CE+PE	10.946	60,58	5.829	82,74	16.775	66,80	8.321	64,24	25.096	65,93
Demais	7.123	39,42	1.216	17,26	8.339	33,20	4.632	35,76	12.971	34,07
Soma	18.069	100,00	7.044	100,00	25.114	100,00	12.953	100,00	38.067	100,00

Fonte: (CNA, 2008; IBGE, 2008n). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

3.5.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio

Os resultados da balança comercial dos agonegócios do Brasil e do Nordeste, nos períodos de janeiro a maio de 2007 e 2008, são apresentados na Tabela 24.

O saldo comercial do agonegócio nacional avançou 22,6%, atingindo US\$ 22,5 bilhões. Continua perceptível o efeito da valorização da moeda nacional, com alta mais expressiva das importações (40,4% no período) do que das exportações (25,3%). No caso regional, o efeito foi mais drástico, com as exportações reduzindo-se (2,1%) de US\$ 2,31 bilhões para US\$ 2,26 bilhões no período e as importações crescendo 22%, de US\$ 0,59 bilhão para US\$ 0,72 bilhão, determinando uma queda de 10,3% no saldo. Apesar disso, o saldo da balança do agonegócio nordestino

continuou positivo no período de janeiro a maio de 2008 (US\$ 1,5 bilhão), enquanto a balança comercial regional total apresentou saldo negativo de US\$ 0,32 bilhão.

Bahia, Alagoas e Ceará, conjuntamente, foram responsáveis por 80,4% das exportações do agonegócio regional (US\$ 1,8 bilhão). Uma parcela ainda maior (86,1%) é destinada aos três maiores importadores – Bahia, Pernambuco e Ceará, nessa ordem, com um montante de US\$ 0,62 bilhão em compras de produtos do agonegócio.

Na qualidade de estado detentor da maior corrente de comércio (do agonegócio) do Nordeste (US\$ 1,3 bilhão), a Bahia experimentou expansão tanto das exportações (10,9%) quanto das

Tabela 24 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2007 e 2008

US\$ milhões
Dados de janeiro a maio de cada ano

Região/Estado	2007			2008		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	60.095,8	43.338,6	16.757,2	72.051,4	63.420,8	8.630,6
Brasil – Agroneg.(b)	21.731,1	3.333,7	18.397,3	27.232,1	4.680	22.552,2
Nordeste – Total (c)	5.152,7	4.089,6	1.063,1	6.047,6	6.363,0	-315,4
Nordeste – Agroneg. (d)	2.314,4	589,7	1.724,7	2.266,8	719,5	1.547,2
Alagoas	448,2	13,1	435,0	454,2	13,9	440,3
Bahia	934,6	156,9	777,8	1.036,9	247,0	789,8
Ceara	349,8	155,8	194,0	330,3	148,2	182,1
Maranhão	113,9	11,5	102,4	42,8	15,5	27,3
Paraíba	75,0	54,5	20,5	47,5	30,8	16,7
Pernambuco	187,0	158,6	28,4	183,9	224,8	-40,9
Piauí	22,8	2,7	20,1	23,0	1,7	21,2
Rio Grande do Norte	135,7	21,8	113,9	115,0	18,5	96,5
Sergipe	47,4	14,9	32,6	33,2	19,1	14,0
VARIAÇÕES 2007/2008						
Brasil – Total				19,9	46,3	-48,5
Brasil – Agroneg.				25,3	40,4	22,6
Nordeste – Total				17,4	55,6	-129,7
Nordeste – Agroneg.				-2,1	22,0	-10,3
Alagoas				1,3	5,6	1,2
Bahia				10,9	57,5	1,6
Ceara				-5,6	-4,9	-6,1
Maranhão				-62,4	34,7	-73,3
Paraíba				-36,7	-43,5	-18,5
Pernambuco				-1,7	41,8	-244,1
Piauí				0,8	-35,2	5,6
Rio Grande do Norte				-15,2	-15,1	-15,3
Sergipe				-30,1	28,6	-56,9
RELAÇÕES						
b/a	36,2	7,7	109,8	37,8	7,4	261,3
d/c	44,9	14,4	162,2	37,5	11,3	-490,6
d/b	10,7	17,7	9,4	8,3	15,4	6,9

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

importações (57,5%). Pelo lado negativo, destacaram-se o Maranhão, cujas exportações caíram 62,4%, e a Paraíba, com uma queda de 43,5% nas importações do agronegócio.

Quatorze produtos responderam por 90,4% das exportações do agronegócio nordestino no período sob análise. Apenas três produtos – celulose, açúcar e álcool – representaram mais da metade das exportações. Destaca-se, uma vez mais, o potencial exportador da Bahia, listado entre os prin-

cipais estados exportadores em 9 dos 14 produtos vendidos pelo Nordeste no exterior (Tabela 25).

Já a lista dos principais produtos importados do agronegócio nordestino é mais concentrada, porquanto somente dez produtos responderam por 91,8% das importações no período sob análise. Os três principais produtos – cereais, cacau inteiro ou partido e produtos e subprodutos da indústria de moagem – representaram quase 62% das importações (Tabela 26).

Tabela 25 - Nordeste - Principais Produtos Exportados do Agronegócio - US\$ Milhões

Produtos	Valor	%	% Acum.	Principais Exportadores
1. Celulose	528,4	23,3	23,3	BA
2. Açúcar	484,3	21,4	44,7	AL, PE
3. Álcool	146,0	6,4	51,1	AL, PE
4. Couro e pele de bovino	128,8	5,7	56,8	CE, BA
5. Algodão e produtos têxteis de algodão	122,2	5,4	62,2	CE, PB
6. Produtos do cacau	99,5	4,4	66,6	BA
7. Frutas frescas	98,3	4,3	70,9	RN, CE
8. Nozes e castanhas	97,6	4,3	75,2	CE, RN
9. Soja em grãos	83,4	3,7	78,9	BA, MA
10. Produtos de couro e peleteria	64,9	2,9	81,8	CE, BA
11. Papel	56,9	2,5	84,3	BA
12. Farelo de soja	55,1	2,4	86,7	BA, PE
13. Café verde e café torrado	44,1	1,9	88,6	BA
14. Sisal e produtos de sisal	40,3	1,8	90,4	BA, PB
15. Outros	217,2	9,6	100,0	
Total	2.266,8	100,0		

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 26 - Nordeste - Principais Produtos Importados do Agronegócio - US\$ Milhões

Produtos	Valor	%	% Acum.	Principais Importadores
1. Cereais	276,7	38,5	38,5	CE, BA, PE
2. Cacau inteiro ou partido	93,9	13,1	51,5	BA
3. Produtos e subprodutos da indústria de moagem	75,1	10,4	61,9	PE, BA
4. Algodão e produtos têxteis de algodão	53,1	7,4	69,3	CE, PB
5. Papel	39,4	5,5	74,8	PE, CE
6. Óleos vegetais	29,5	4,1	78,9	BA, CE
7. Peixes	27,7	3,8	82,7	PE, BA
8. Borracha natural e gomas naturais	26,9	3,7	86,5	BA
9. Couro e pele de bovino	20,4	2,8	89,3	CE, BA, PE
10. Óleo de soja	17,9	2,5	91,8	PE
15. Outros	58,9	8,2	100,0	
Total	719,5	100,0		

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

3.5.2 - Agricultura

Segundo a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, a área destinada ao cultivo de grãos no Brasil deverá aumentar 2,1% em relação à safra 2006/07, passando a 47,2 milhões de hectares. Devido ao bom desempenho do milho no mercado internacional, a área destinada a essa *commodity* será acrescida em 4,9%, totalizando 14,8 milhões de hectares. Três culturas apresenta-

ram desempenho negativo: algodão (-1%), arroz (-2,6%) e feijão (-4,2%). A soja continua ocupando a maior área plantada, com 21,2 milhões de hectares, ou 45% do espaço total cultivado (CONAB, 2008b).

Estima-se novo recorde na produção brasileira de grãos, resultante das boas condições climáticas para a maioria das culturas e do uso mais

Tabela 27 - Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos^(*). Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORTE	1.661,70	1.686,60	1,5	2.164	2.423	12,0	3.595,40	4.086,50	13,7
NORDESTE	8.027,90	8.216,30	2,3	1.224	1.548	26,4	9.828,40	12.715,10	29,4
MA	1.357,00	1.345	(0,9)	1.694	1.854	9,5	2.298,30	2.494,50	8,5
PI	917,2	942,5	2,8	945	1.649	74,4	867,10	1.553,80	79,2
CE	1.293	1.355,20	4,8	424	868	104,5	548,90	1.176,70	114,4
RN	190,2	172	(9,6)	537	682	26,9	102,20	117,3	14,8
PB	423,3	406,4	(4,0)	302	673	123,1	127,70	273,4	114,1
PE	632,1	644	1,9	437	641	46,8	276,00	412,8	49,6
AL	197,5	203	2,8	560	610	8,9	110,60	123,9	12,0
SE	204,4	215,5	5,4	1.379	2.219	61,0	281,80	478,1	69,7
BA	2.813,10	2.932,30	4,2	1.854	2.075	11,9	5.215,80	6.085	16,7
CENTRO-OESTE	14.229,10	15.182,40	6,7	3.071	3.250	5,8	43.698,90	49.339,00	12,9
SUDESTE	4.995,80	4.819,10	(3,5)	3.266	3.542	8,5	16.314,50	17.068,50	4,6
NORTE/NORDESTE	9.689,60	9.902,90	2,2	1.385	1.697	22,5	13.423,80	16.801,60	25,2
CENTRO-SUL	36.523,00	37.267,90	2,0	3.240	3.371	4,0	118.326,80	125.622,60	6,2
BRASIL	46.212,60	47.170,80	2,1	2.851	3.019	5,9	131.750,60	142.424,30	8,1

Fonte: (CONAB, 2008d).

(*) Produtos Selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feilão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

intenso de tecnologia. Para a safra 2007/08, foi estimada produção de 142,4 milhões de toneladas de grãos, 8,1% superior à safra 2006/07. As culturas da soja e do milho representam, nesta safra, 82,4% do total de grãos produzidos e responderam por 70,9% (7,6 milhões de toneladas) do incremento na produção (Tabela 27).

Na safra 2007/08, a região Nordeste apresenta aumento de 2,3% na área destinada ao plantio de grãos, em relação à safra 2006/07, passando de 8 milhões para 8,2 milhões de hectares, proporcionalmente superior, portanto, aos 2,1% registrados para todo o país. A recuperação da lavoura, dados os problemas climáticos verificados na safra anterior, projeta uma produção de 12,7 milhões de toneladas de grãos no Nordeste, com aumento de 29,4%. Apesar das fortes chuvas que inundaram vários municípios nordestinos em março e abril de 2008, os efeitos na produção foram menores que os previstos no levantamento anterior.

Algodão

Com o plantio já concluído, a área destinada ao algodão na safra 2007/08 foi de 1,1 milhão de hectares, 1% abaixo da anterior, em virtude de atrasos nos plantios dos estados do centro-sul do país. As colheitas de algodão²¹ estão atrasadas nos principais estados produtores, por conta das condições climáticas adversas. No oeste baiano, a colheita encontra-se em fase inicial, enquanto no restante do Nordeste os trabalhos devem intensificar-se em julho e agosto. A produção brasileira deverá alcançar quatro milhões de toneladas na safra 2007/08, superando em 2,3% a safra anterior, impulsionada pela produtividade recorde alcançada no ciclo mais recente (3.679 kg/ha), dada a melhoria nas condições pluviométricas durante o período, aliada à utilização de alta tecnologia (Tabela 28).

Espera-se que o Nordeste produza 1,3 milhão de toneladas de algodão em uma área de 378,9 mil hectares, com aumento de 9,7% e 7,3%, res-

21 Algodão em caroço. Do volume total produzido, aproximadamente 39% equivale a algodão em pluma e 61% a caroço de algodão.

Tabela 28 - Algodão em Caroco. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORTE	0,7	1,2	71,4	3.750	3724	(0,7)	2,6	4,5	73,1
NORDESTE	353,0	378,9	7,3	3.447	3.523	2,2	1.217,1	1.335,0	9,7
MA	7,3	12,3	68,5	3.750	3.354	(10,6)	27,4	41,3	50,7
PI	13,2	17,2	30,3	1900	3.552	86,9	25,1	61,1	143,4
CE	7,3	4,1	(43,8)	500	756	51,2	3,7	3,1	(16,2)
RN	12,7	7,6	(40,2)	665	761	14,4	8,4	5,8	(31,0)
PB	5,1	6,8	33,3	370	597	61,4	1,9	4,1	115,8
PE	2,9	3,3	13,8	480	645	34,4	1,4	2,1	50,0
AL	11	11,6	5,5	405	357	(11,9)	4,5	4,2	(6,7)
BA	293,5	316	7,7	3.900	3.840	(1,5)	1.144,7	1.213,4	6,0
CENTRO-OESTE	665,9	660,9	(0,8)	3.701	3.788	2,4	2.464,2	2.503,7	1,6
SUDESTE	64,5	38,2	(40,8)	3.038	3.530	16,2	195,9	134,8	(31,2)
SUL	12,7	6,9	(45,7)	2.190	2.656	21,3	27,8	18,3	(34,2)
NORTE/NORDESTE	353,7	380,1	7,5	3.448	3.524	2,2	1.219,7	1.339,5	9,8
CENTRO-SUL	743,1	706	(5,0)	3.617	3.763	4,0	2.687,9	2.656,8	(1,2)
BRASIL	1.096,80	1.086,10	(1,0)	3.563	3.679	3,3	3.907,6	3.996,3	2,3

Fonte: (CONAB, 2008c).

pectivamente. Com 86,9% de melhoria em sua produtividade, o Piauí alcançou uma produção de 61,1 mil toneladas, tornando-se o segundo maior produtor regional de algodão, embora ainda muito distante do primeiro colocado: a Bahia.

A divulgação do relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) sobre as

condições das lavouras de algodão afetou negativamente os preços dos contratos na Bolsa de Nova Iorque (NYBOT). Segundo esse relatório, as lavouras apresentam condições de boa a excelente, sinalizando para uma elevada produção. Os contratos com vencimentos para outubro/08 e julho/09 apresentaram queda mensal de 7,3% e 8,6%, res-

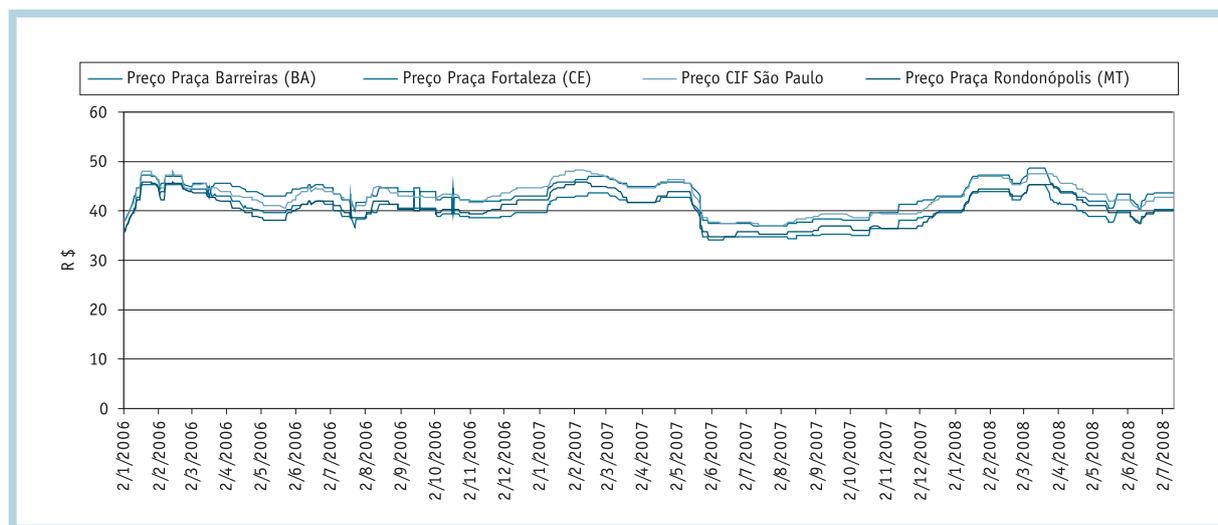


Gráfico 18 - Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de janeiro/2006 a julho/2008.

Fonte: (CMA, 2008).

pectivamente²². No entanto, desde o seu lançamento, esses papéis acumulam ganhos de 17,3% e 6,9%, respectivamente.

O atraso nas colheitas do algodão nos principais estados produtores tem reduzido a oferta, acarretando a elevação dos preços em julho. O Índice CEPEA/ESALQ evoluiu 1,6% entre 15/06/2008 e 15/07/2008. Em Barreiras (BA), a arroba do algodão estava cotada a R\$ 39,68 (1,7% superior à cotação do mês anterior) e em Fortaleza (CE) a R\$ 42,66 (0,8% superior à do mês anterior)²³. Essa leve alta observada nos preços não recuperou as perdas em relação ao início do ano (Gráfico 18).

Feijão

A primeira safra do feijão para o ciclo 2007/08 apresentou resultados negativos em virtude das baixas precipitações pluviométricas, seguidas de estiagens prolongadas e baixas temperaturas ocorridas no início da implantação da cultura nos

principais estados produtores, o que ocasionou baixa de produtividade e redução da área plantada e, conseqüentemente, da produção. A área plantada no Brasil com feijão na primeira safra foi de 1,3 milhão de hectares, 15,8% inferior em relação à safra anterior, enquanto a produção reduziu-se em 19,9%, de 1,6 milhão para 1,3 milhão de toneladas.

Para a segunda safra, esperam-se resultados mais favoráveis, com aumento de área em 5,2% e de produção em 38,2%. Apesar disso, o resultado da produção é inferior ao registrado no levantamento anterior, devido ao excesso de chuva na época da colheita cearense, o que reduziu a produtividade do Ceará, importante produtor de feijão na segunda safra. No caso da terceira safra, espera-se aumento de produção em 0,8%, ocasionada pelo bom regime de chuvas no Nordeste, apesar da redução de sua área em 0,7%.

Tabela 29 - Feijão Total. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORTE	178	162,7	(8,6)	767	745	(2,9)	136,6	121,2	(11,3)
NORDESTE	2.255,0	2.240,2	(0,7)	355	475	33,7	801,40	1.064,80	32,9
MA	86,8	87,5	0,8	455	445	(2,2)	39,5	38,9	(1,5)
PI	218,1	236,2	8,3	193	324	67,9	42	76,5	82,1
CE	563,2	586,1	4,1	221	395	78,7	124,6	231,8	86,0
RN	80,1	73,5	(8,2)	401	509	26,9	32,1	37,4	16,5
PB	214,3	204	(4,8)	230	541	135,2	49,3	110,4	123,9
PE	310,8	308,3	(0,8)	367	463	26,2	114,2	142,9	25,1
AL	99,6	105	5,4	478	500	4,6	47,6	52,5	10,3
SE	46,9	38,4	(18,1)	630	600	(4,8)	29,5	23	(22,0)
BA	635,2	601,2	(5,4)	508	584	15,0	322,6	351,4	8,9
CENTRO-OESTE	210,2	178,3	(15,2)	1957	1856	(5,2)	411,4	331,1	(19,5)
SUDESTE	634,3	622,5	(1,9)	1324	1373	(0,6)	839,8	854,8	1,8
SUL	810,30	711,50	(12,2)	1420	1467	(5,7)	1.150,50	1.043,60	(9,3)
NORTE/NORDESTE	2.433,00	2.402,90	(1,2)	386	494	28,1	938,00	1.186,00	26,4
CENTRO-SUL	1.654,80	1.512,20	(8,6)	1451	1474	1,6	2.401,70	2.229,50	(7,2)
BRASIL	4.087,80	3.915,10	(4,2)	817	872	6,7	3.339,70	3.415,50	2,3

Fonte: (CONAB, 2008d).

²² Valores referentes a 16 de Julho de 2008.

²³ Valores referentes a 15 de Julho de 2008.

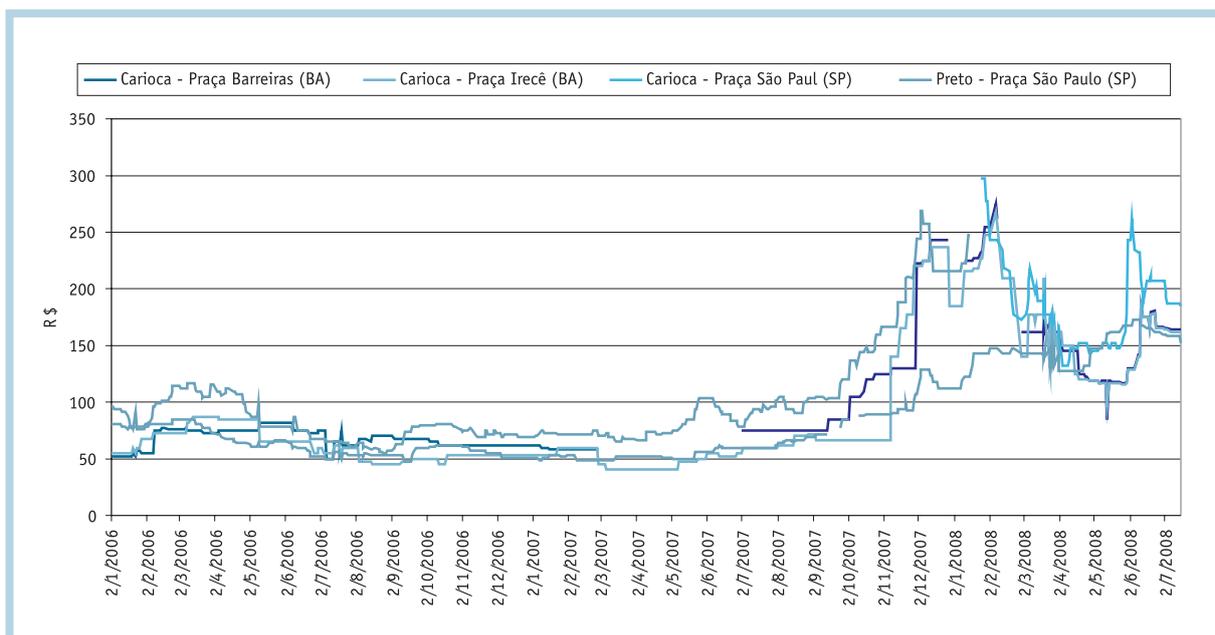


Gráfico 19 - Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Feijão Preto em São Paulo (SP), de janeiro/2006 a julho/2008.
 Fonte: (CMA, 2008).

Dados consolidados para as três safras do feijão no ciclo 2007/08 apontam para uma produção nacional de 3,4 milhões de toneladas (+2,3%), apesar da redução de 4,2% da área de cultivo (3,9 milhões de hectares). O aumento da produtividade favoreceu a produção (Tabela 29).

Para o Nordeste, estima-se incremento de 32,9% na produção, atingindo 1,1 milhão de toneladas, apesar da redução da área plantada para 2,2 milhões de hectares (0,7% inferior). Esse aumento reflete a recuperação da produtividade em estados altamente afetados pela seca no ciclo 2006/07, caso da Paraíba, do Ceará e do Piauí, cuja produção evoluiu 123,9%, 86% e 82,1%, respectivamente.

Desde o início de 2008, os preços internos do feijão, que vinham em acelerada ascensão desde o segundo semestre de 2007, provocada pela queda de produção na safra 2006/07, apresentaram oscilações de relevância. No período janeiro-julho de 2008, apenas o feijão preto teve alta no mercado interno, com aumento de 24,5% na praça de São Paulo – R\$ 152,50 a saca de 60 kg),

enquanto o feijão carioca apresentou quedas de 27,1% (R\$ 164,00), 24,4% (R\$ 162,50) e 25,7% (R\$ 184,00), em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP), respectivamente (Gráfico 19).

Em relação ao mês anterior, os dois tipos de feijão apresentaram desempenho negativo. No caso do feijão carioca, as causas foram o bom volume ofertado nessas três praças, a fraca demanda e a dificuldade de repassar o aumento dos preços para o setor varejista. Para a queda do preço do feijão preto, contribuiu também a maior oferta oriunda da Argentina.

Milho

O milho é a *commodity* que tem apresentado os melhores indicadores em termos de produção e mercado. Os preços atraentes nos mercados interno e externo, o consumo interno aquecido e o bom nível de exportações impulsionaram o plantio na safra 2007/08. A área plantada evoluiu 4,9%, influenciada pelo aumento de 11,3% na área do milho safrinha (segunda safra). No total, o país plantará 14,7 milhões de hectares

Tabela 30 - Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORTE	564,5	559	(1,0)	2.202	2.333	6,0	1243,0	1304,2	4,9
NORDESTE	2.961,6	3.038,5	2,6	1.049	1.487	41,8	3.106,2	4.517,9	45,4
MA	367,1	351,2	(4,3)	1.218	1.370	12,5	447,1	481,2	7,6
PI	295,3	283	(4,2)	606	1.287	112,3	179	364,2	103,5
CE	673,9	695,2	3,2	498	1.158	132,5	335,6	805	139,9
RN	82,6	79,4	(3,9)	459	693	51,0	37,9	55	45,1
PB	195,1	187,7	(3,8)	363	809	122,9	70,8	151,9	114,5
PE	286,2	306,3	7,0	334	722	116,1	95,6	221,1	131,3
AL	83,7	83	(0,8)	550	650	18,3	46	54	17,4
SE	144,6	164	13,4	1.366	2.435	78,3	197,5	399,3	102,2
BA	833,1	888,7	6,7	2.037	2.235	9,7	1.696,70	1.986,20	17,1
CENTRO-OESTE	3.259,7	3.711,8	13,9	3.986	4.295	7,7	12.994,1	15.942,9	22,7
SUDESTE	2.404,6	2.353,3	(2,1)	4.306	4.702	9,2	10.353,2	11.065,8	6,9
SUL	4.864,5	5.086,0	4,6	4.867	4.847	(0,4)	23.673,4	24.650,4	4,1
NORTE/NORDESTE	3.526,10	3.597,50	2,0	1.233	1.618	31,2	4.349,20	5.822,10	33,9
CENTRO-SUL	10.528,80	11.151,10	5,9	4.466	4.633	3,7	47.020,70	51.659,10	9,9
BRASIL	14.054,90	14.748,60	4,9	3.655	3.897	6,6	51.369,90	57.481,20	11,9

Fonte: (CONAB, 2008e).

de milho, alcançando produção de 57,5 milhões de toneladas, 11,9% superior à da safra 2006/07. A produtividade nacional está estimada em 3.897 kg/ha, 6,6% maior que a da safra anterior, ocasionada principalmente pelas boas condições de clima, maior utilização de tecnologia, sementes selecionadas e melhor manejo da lavoura, dentre outros fatores (Tabela 30).

Segundo estimativa da Conab, o Nordeste terá o melhor desempenho em termos de produção, apesar de sua área ter evoluído apenas 2,6%, alcançando três milhões de hectares. Estima-se uma produção de 4,5 milhões de toneladas de milho, 45,4% superior à safra 2006/07, resultado da recuperação da produtividade em 41,8% (1.487 kg/ha), devido às condições climáticas favoráveis e ao maior uso de tecnologia. No Ceará, em Pernambuco e na Paraíba, espera-se uma recuperação nos níveis de produção, aumentando em 139,9%, 131,3% e 114,5%, respectivamente. Esses resultados estão abaixo do estimado no

levantamento anterior da Conab, por conta das fortes chuvas ocorridas em março e abril, o que comprometeu significativamente a produção.

No final do primeiro semestre de 2008, o mercado interno registrou grande oscilação nos preços do milho, em princípio, de alta por conta da incerteza da produtividade do milho safrinha, da demanda interna firme e das restrições dos vendedores; e, em seguida, de baixa em virtude das boas condições de colheita, ocasionando maior oferta do produto. No período de janeiro a julho, os preços da saca de 60 kg do milho caíram 5,7% em Barreiras (BA), 2,9% em Fortaleza (CE), 13% em Cascavel (PR) e 12,5% em São Paulo (preço CIF)²⁴, cotados a R\$ 25,00, R\$ 34,00, R\$ 23,50 e R\$ 28,00, respectivamente. Essa redução foi atenuada pelos aumentos ocorridos no final do semestre, à exceção de Cascavel (PR) (Gráfico 20).

Não houve alterações significativas que prejudicassem o cenário internacional para o mercado do milho, apresentando ainda condições

²⁴ Valores referentes a 15 de Julho de 2008.

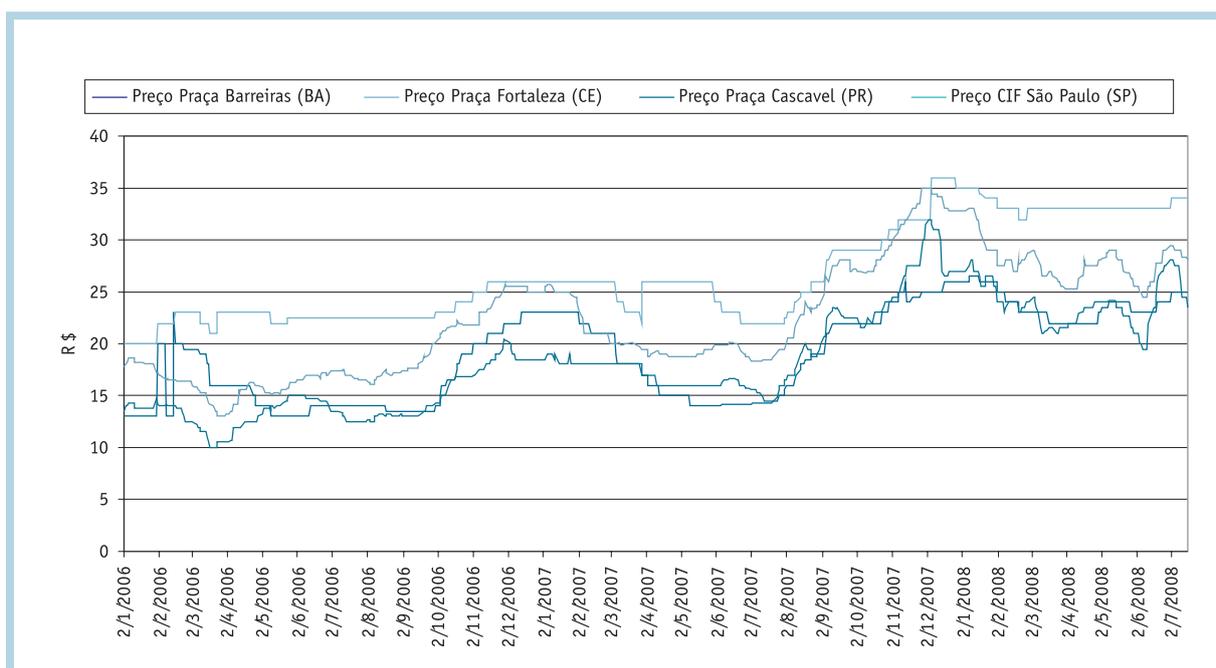


Gráfico 20 - Evolução dos Preços da Saca de 60kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de janeiro/2006 a julho/2008.

Fonte: (CMA, 2008).

favoráveis ao aumento dos preços. Inclusive, o relatório do USDA aponta para menor percentual de geminação das lavouras do milho em 2008 nos Estados Unidos, comparativamente a anos anteriores, o que tende a elevar os preços dos contratos nas principais bolsas de mercadorias do mundo. Na Bolsa de Chicago (CBOT), os contratos com vencimento em julho de 2009 estão com valores 74,1% superiores aos do mesmo período de 2007 (posição de 15 de julho de 2008). Desde seu lançamento, em abril de 2008, os contratos com vencimento para setembro de 2009 valorizaram-se 21,1%.

Soja

Os bons preços da soja e a expectativa de aumento da demanda no mercado externo incentivaram os produtores a aumentar a área plantada na safra 2007/08. A área total plantada com soja no Brasil alcançou 21,2 milhões de hectares, com aumento de 2,6% em relação ao ciclo passado. Já a produção deverá ficar um pouco abaixo da estimada no levantamento anterior da Conab, devido

à redução de produtividade, principalmente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Mato Grosso do Sul, afetados pelo efeito La Niña. A produção foi estimada em 59,8 milhões de toneladas, 2,5% superior à safra 2006/07 (Tabela 31).

A área destinada ao cultivo da soja no Nordeste deverá crescer 8,6%, superior à média brasileira, passando a 1,6 milhão de hectares. A produção deverá aumentar 25%, de 3,9 milhões para 4,8 milhões de toneladas, em virtude das boas condições climáticas durante todo o ciclo produtivo e incremento de 15,1% na produtividade. Destaque para o Piauí, que terá sua área acrescida em 15,4% e sua produção em 70,4%.

No final do primeiro semestre de 2008, os preços da soja começaram uma trajetória mais contínua de ascensão. No mercado interno, os preços tendem ao mesmo comportamento observado na Bolsa de Chicago (CBOT), a qual se encontra em alta. Esse comportamento é explicado pelos prognósticos relativos ao clima nos Estados Unidos, com muita umidade e tempestades nas suas prin-

Tabela 31 - Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORTE	410,6	495,1	20,6	2.630,0	2.861,0	8,8	1.079,9	1.416,6	31,2
NORDESTE	1.454,9	1.579,8	8,6	2.658,1	3.060,0	15,1	3.867,2	4.834,3	25,0
MA	384,4	421,2	9,6	2.820,0	2.988,0	6,0	1.084,0	1.258,5	16,1
PI	219,7	253,6	15,4	2.212,1	3.266,0	47,6	486,0	828,1	70,4
BA	850,8	905,0	6,4	2.700,0	3.036,0	12,4	2.297,2	2.747,6	19,6
CENTRO-OESTE	9.105,1	9.613,4	5,6	2.909,9	3.015,0	3,6	26.494,8	28.984,9	9,4
SUDESTE	1.468,8	1.396,4	-4,9	2.727,0	2.865,0	5,1	4.005,4	4.001,3	-0,1
SUL	8247,4	8.138,1	-1,3	2.782,0	2.532,0	-9,0	22.943,9	20.606,0	-10,2
NORTE/NORDESTE	1.865,50	2.074,80	11,2	2.651,9	3.013,0	13,6	4.947,10	6.250,90	26,4
CENTRO-SUL	18.821,30	19.147,80	1,7	2.839,6	2.799,0	(1,4)	53.444,10	53.592,20	0,3
BRASIL	20.686,80	21.222,70	2,6	2.822,6	2.820,0	(0,1)	58.391,20	59.843,00	2,5

Fonte: (CONAB, 2008f).

cipais regiões produtoras. Isso ocasionará atraso do plantio no período correto e redução da produtividade. Os analistas esperam uma safra menor, e, por conta disso, os preços tendem a se elevar.

Da primeira quinzena de junho de 2008 à primeira de julho, o Índice CEPEA/ESALQ avançou 1,6%, enquanto nas praças de Barreiras (BA) e

Sorriso (MT), os preços cresceram 5,7% e 6,9%, respectivamente. Somente em Balsas (MA) não se observou alteração. Comparados ao mesmo período de 2007, os preços da saca de 60 kg da soja tiveram forte alta, de 58,6% em Barreiras (R\$ 46,00), 45,2% em Sorriso (R\$ 45,20), 58,5% em Balsas (R\$ 45,00) e 62% no Índice CEPEA/ESALQ (R\$ 52,00)²⁶ (Gráfico 21).

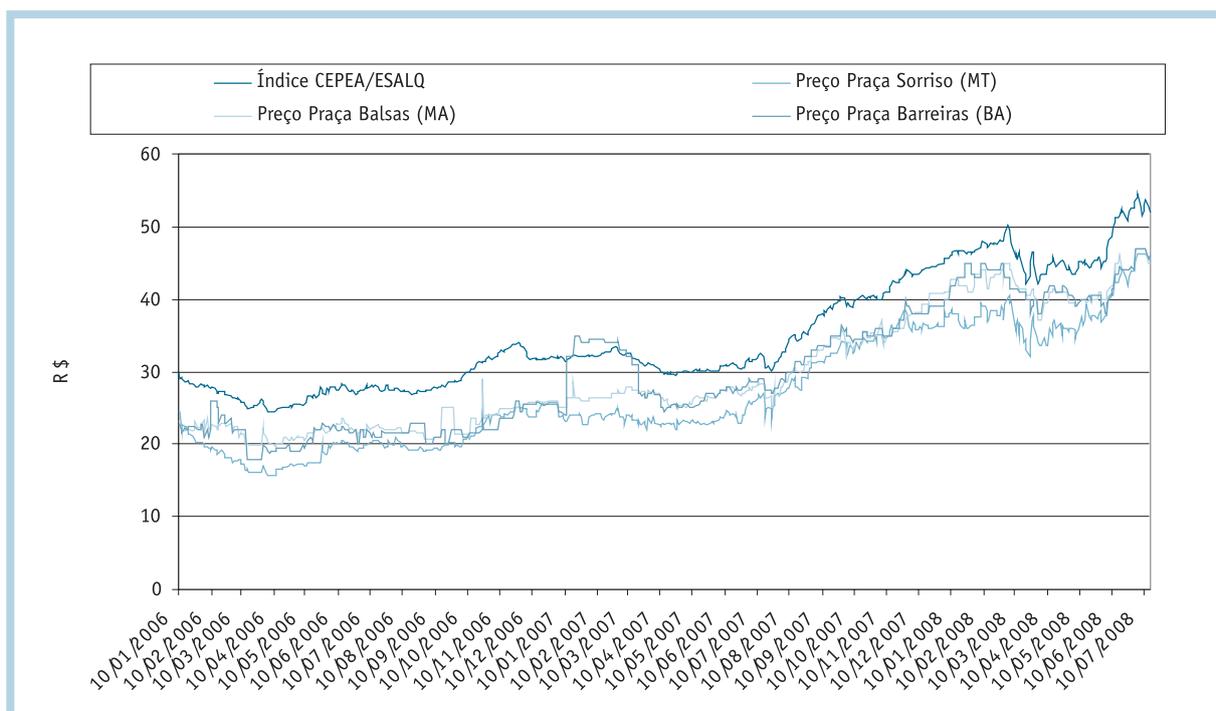


Gráfico 21 - Evolução dos Preços da Saca de 60 kg da Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2006 a julho/2008.

Fonte: (CMA, 2008).

²⁶ Valores referentes a 15 de Julho de 2008.

Os preços internacionais da soja continuam em patamares elevados, devido às más condições climáticas nos Estados Unidos, à desvalorização do dólar e às altas no preço do petróleo. No entanto, o fim da paralisação dos produtores da Argentina, grade *player* internacional da soja, tem limitado essa elevação.

Café

De acordo com a Segunda Estimativa da Conab para a Safra 2008 de Café (CONAB, 2008d), divulgada em maio de 2008, está prevista a destinação de 2,1 milhões de hectares ao plantio, área 1,6% superior à da safra 2007. Devido à bianualidade positiva e da recuperação parcial das lavouras com a regularização das chuvas, estima-se a produção nacional de café em 45,5 milhões de sacas

de 60 kg, 35% superior à da safra anterior, sendo 34,7 milhões de sacas de café arábica e 10,8 milhões de sacas de café robusta.

A estimativa de produção para a Bahia é de 2,3 milhões de sacas, em 124,2 mil hectares, com incrementos de 23,8% e 30,7%, respectivamente (Tabela 32).

Os preços do café têm apresentado uma tendência de estabilidade desde abril de 2008. As colheitas do café arábica que estavam previstas para maio/08 atrasaram para junho/08 por conta da prolongada estiagem no segundo semestre de 2007. Isso fez o mercado acomodar-se, na expectativa dos resultados das colheitas. Os contratos futuros na Bolsa de Nova Iorque (NYBOT) com vencimento em setembro/08 fecharam a primeira

Tabela 32 - Café Beneficiado Comparativo de Área e Produção. Safras 2007 e 2008(*)

UF/Região	Área (em mil ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)						
	Safra 2007	Safra 2008	Var. %	Safra 2007			Safra 2008			Var. %
				Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	1.016,4	1.021,9	0,5	15.450,0	36,0	15.486,0	22.865,0	35,0	22.900,0	47,9
Sul e Centro-Oeste	506,6	517,4	2,1	6.825,0	-	6.825,0	12.054,0	-	12.054,0	76,6
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	155,3	158,8	2,3	3.061,0	-	3.061,0	4.474,0	-	4.474,0	46,2
Zona da mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce Central e Norte	354,5	345,6	(2,5)	5.564,0	36,0	5.600,0	6.337,0	35,0	6.372,0	13,8
Espírito Santo	471,4	488,3	3,6	2.016,0	7.567,0	9.583,0	2.672,0	7.850,0	10.522,0	9,8
São Paulo	168,7	154,7	(8,3)	2.632,0	-	2.632,0	4.720,0	-	4.720,0	79,3
Paraná	97,4	97,5	0,1	1.622,0	-	1.622,0	2.360,0	-	2.360,0	45,5
Bahia	95,0	124,2	30,7	1.315,0	517,0	1.832,0	1.656,0	612,0	2.268,0	23,8
Oeste	10,5	29,2	178,1	385,0	-	385,0	484,8	-	484,8	25,9
Planalto	70,2	61,0	(13,1)	930,0	-	930,0	1.171,2	-	1.171,2	25,9
Atlântico	14,3	34,0	137,8	-	517,0	517,0	-	612,0	612,0	18,4
Rondônia	153,3	151,7	(1,0)	-	1.482,0	1.482,0	-	1.694,0	1.694,0	14,3
Mato Grosso	16,2	16,2	0,2	11,0	141,0	152,0	13,0	163,0	176,0	15,8
Pará	15,1	12,9	(14,6)	-	266,0	266,0	-	233,0	233,0	(-12,4)
Rio de Janeiro	14,0	13,8	(1,4)	269,0	12,0	281,0	251,0	13,0	264,0	(-6,0)
Outros	25,5	24,4	(4,3)	162,0	242,0	404,0	163,0	244,0	407,0	0,7
BRASIL	2.073,0	2.105,6	1,6	23.477,0	10.263,0	33.740,0	34.700,0	10.844,0	45.544,0	35,0

Fonte: (CONAB, 2008i).

Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Os dados para a safra 2008 são previsões.

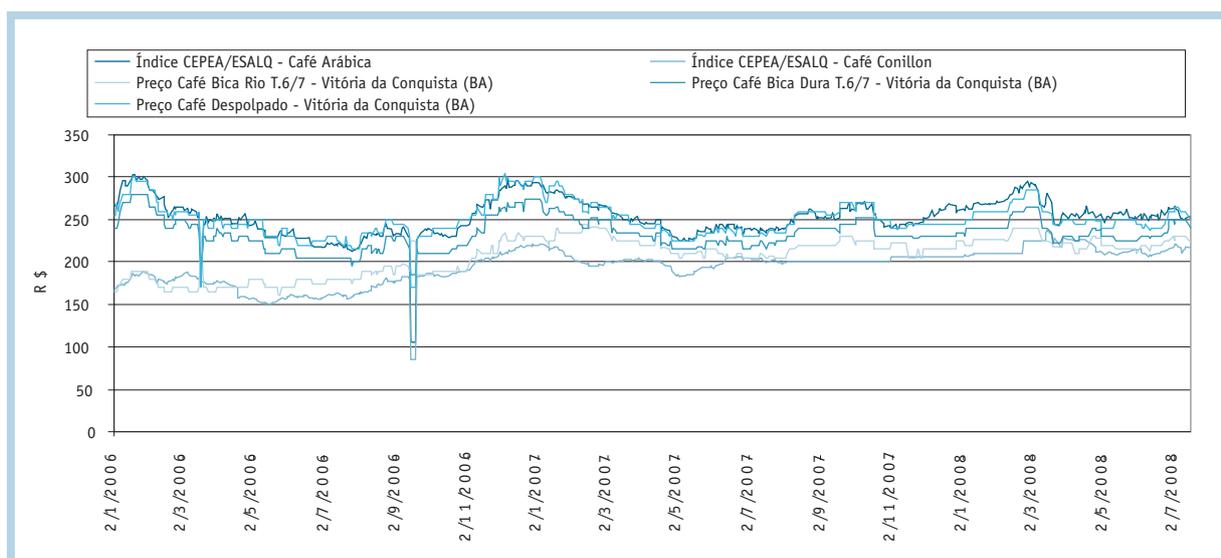


Gráfico 22 - Evolução dos Preços da Saca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T. 6/7 e Despolpado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Conillon, de janeiro/2006 a julho/2008.

Fonte: (CMA, 2008; CEPEA; ESALQ, 2008b). Fonte: (CMA, 2008; CEPEA/ESALQ, 2008). Elaboração: BNB-ETENE - Conjuntura Econômica.

quinzena de julho/08 com cotação 1,4% superior à da primeira quinzena de junho/08. Apesar dessa acomodação no final do primeiro semestre de 2008, esses contratos ainda acumulam bons ganhos em um ano, com acréscimo de 11,5%. Com a entrada da safra 2008/09, a expectativa pelo lado dos compradores é de queda de preços, enquanto os produtores acreditam que os preços tendem a se elevar com a intensificação do frio e a possibilidade de geadas.

No mercado interno, o Índice CEPEA/ESALQ acumulou queda de 1,3% em um mês, sendo cotado a R\$ 250,92 a saca de 60 kg do café arábica, enquanto o café conillon apresentou alta de 3,4% no mesmo período, sendo cotado a R\$ 217,32. Em Vitória da Conquista (BA), os preços chegaram a R\$ 225,00 para o café Bica Rio T.6/7, com alta de 9,8% em relação ao mesmo período de 2007; R\$ 240,00 para o café Bica Dura T.6/7, alta de 11,6% e R\$ 252,00 para o café despolpado, alta de 9,6%²⁶ (Gráfico 22).

Mamona

Impulsionada pelo Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e pela melhoria no preço pago pela indústria química²⁷, a área de cultivo no país deverá elevar-se em 7,3% na safra 2007/08. Passará de 155,6 mil para 167 mil hectares, com destaque para o Ceará e Minas Gerais, com incrementos de 185,4% e 133,3%, respectivamente. A produção deverá atingir 146 mil toneladas, 55,8% superior à da safra anterior.

A produção nacional de mamona está concentrada na Bahia, com 77,6% da safra 2006/07. No entanto, com a implantação do PNPB, outros estados ampliam a produção e sua representatividade em âmbito nacional. É o caso, por exemplo, do Ceará e Minas Gerais, que passaram de 6,3% e 3,8% da produção nacional na safra 2006/07 para 15,6% e 5,4% na safra 2007/08, respectivamente. Espera-se uma produção nesta safra de 22,8 mil toneladas no Ceará (286,4%) e de 7,9 mil toneladas em Minas Gerais (119,4%). A produtividade tem sido um destaque

²⁶ Valores referentes a 15 de Julho de 2008.

²⁷ A mamona é matéria-prima para a produção de lentes de contato, batom, espuma para colchões, tintas e adubos e na aviação (também para a produção de um fluido que impede o congelamento do combustível nos tanques dos aviões e foguetes).

Tabela 33 - Mamona. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORDESTE	151,2	160,2	6,0	575	854	48,6	86,9	136,7	57,3
PI	13,4	2,6	(80,6)	338	239	(29,3)	4,5	0,6	(86,7)
CE	9,6	27,4	185,4	614	831	35,3	5,9	22,8	286,4
RN	0,7	0,1	(85,7)	630	847	34,4	0,4	0,1	(75,0)
PE	6,4	3,9	(39,1)	530	466	(12,1)	3,4	1,8	(47,1)
BA	121,1	126,2	4,2	600	883	47,1	72,7	111,4	53,2
SUDESTE	4,3	6,8	58,1	1.535	1.379	(10,2)	6,6	9,3	40,9
SUL	0,1	-	(100,0)	1.670	-	(100,0)	0,2	-	(100,0)
CENTRO-SUL	4,4	6,8	54,5	1.537	1.379	(10,3)	6,8	9,3	36,8
BRASIL	155,6	167	7,3	602	875	45,3	93,7	146	55,8

Fonte: (CONAB, 2008b).

nesta safra nos dois principais estados produtores (Bahia e Ceará), devido às melhores condições climáticas, aos tratos culturais e à utilização de sementes selecionadas (Tabela 33).

O preço da mamona pago ao produtor em Irecê (BA) estava cotado a R\$ 75,00 a saca de 60 kg de bagas na última semana de junho/08, inferior em 4% à cotação de maio, porém, ainda 56,4% superior à do mesmo período de 2007. No atacado, os preços fecharam a R\$ 78,00 a saca de 60 kg de bagas, inferior em 2,6% aos de maio e superior em 56% aos do mesmo período de 2007. No mercado internacional, o óleo de mamona estava cotado a US\$ 1.660,00/t, em Roterdã (Holanda), 27,7% superior em relação a 2007, e US\$ 1.450,00/t, em Gujarat (Índia).

Cana-de-açúcar

De acordo com a Conab, a produção é estimada em 619,7 milhões de toneladas, volume 35,5% superior ao da safra 2006/07. A produção foi fa-

vorecida pelas condições climáticas, a melhoria dos tratos culturais da irrigação e a introdução de melhores variedades. Desse volume produzido, 569 milhões de toneladas (91,8%) vão para a indústria sucroalcooleira e o restante (8,2%, cerca de 51 milhões de toneladas) para a fabricação de aguardente, alimentação animal, sementes e outros fins (CONAB, 2008a).

A região Nordeste aparece como a segunda maior região produtora, destacando-se Alagoas e Pernambuco. A produção nordestina é estimada em 80,1 milhões de toneladas, volume 26,7% superior ao da safra 2006/07, tendo sido impulsionada pela expectativa de expansão da demanda por veículos movidos a biocombustível.

Quanto aos preços, o mercado continua aquecido. O álcool hidratado acumula alta de 22,2% entre julho/07 e junho/08, enquanto o do álcool anidro cresceu 33%. O preço pago pela saca de 50 kg de açúcar cristal também subiu no período (+11,7%).

3.5.3 - Pecuária

De acordo com dados divulgados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), o custo de produção da pecuária de corte

atingiu, em 2008, o seu maior patamar desde março de 2003: acréscimo de 10,6% para o acumulado no ano (CEPEA, 2008). Os preços da arro-

ba do boi gordo, entretanto, não acompanharam a disparada dos custos. Entre março de 2003 e março de 2008, os insumos subiram 63,2% e os preços apenas 27,2%, achatando significativamente a margem de lucro dos produtores.

Nos últimos cinco anos, as maiores variações entre os insumos foram: adubos e corretivos para pastagem, suplementação mineral e mão-de-obra.

REFERÊNCIAS

ABECIP. **Maio foi o melhor mês em unidades financiadas.** Disponível em: <<http://www.abecip.org.br>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

ABICALÇADOS. **Estatísticas.** Disponível em: <<http://www.abicalçados.com.br>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

ANEF. **Saldo das operações de financiamento e leasing soma 123 bilhões no primeiro trimestre.** Disponível em: <<http://www.anef.com.br>>. Acesso em: 21 jul. 2008.

ANFAVEA. **Carta da Anfavea,** jul. 2006. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: 18 jul. 2008a.

_____. **Carta da Anfavea,** n. 266. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: 24 jul. 2008b.

_____. **Carta da Anfavea,** n. 266, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: [jul. 2008]c.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas do SPB,** jul. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pom/spb/Estatistica/Port/nordeste.ASP?id=SPBEST>>. Acesso em: 26 jul. 2008a.

_____. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/indeco/Port/ie-20080827.zip>>

Somente em março último, esses insumos avançaram 18,4%, 7,6% e 21,9%, respectivamente. Digno de nota é o aumento acumulado da suplementação mineral: 48,3% no quinquênio. Só no primeiro trimestre de 2008, o custo operacional efetivo da pecuária brasileira subiu 13,1%, ultrapassando, assim, a alta verificada durante todo o ano anterior (11%).

>. Acesso em: 27 ago. 2008b.

_____. **Indicadores econômicos consolidados.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 24 jul. 2008c.

_____. **Indicadores econômicos consolidados,** jul. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/depec/NITJ200807.xls>>. Acesso em: 26 jul. 2008d.

_____. Política monetária e operações de crédito do SFN. **Nota para a imprensa,** 24 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2008e.

_____. **Relatório de inflação,** jun. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: [2008]f.

BNB. **BNB Conjuntura Econômica.** Fortaleza, n. 16, jan./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 11 jul. 2008a.

_____. **BNB Conjuntura Econômica,** Fortaleza, n. 16, jan./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/rce.aspx>>. Acesso em: 28 jul. 2008b.

_____. **BNB Nordeste Conjuntura Mensal:** boletim eletrônico, Fortaleza, n. 6, jun. 2008c.

BNB; **ETENE. Sistema de gerenciamento de mercados agropecuários** – SIGMAN. Fortaleza: BNB, 2008. Acesso em: 21 jul. 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrosta>>. Acesso em: 14 abr. 2008a.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 24 jul. 2008b.

CEPEA; ESALQ. **Indicador de algodão**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/05_maio/Algodao.htm>. Acesso em: 16 jul. 2008a.

_____. **Indicador de café**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/05_maio/Cafe.htm>. Acesso em: 16 jul. 2008b.

_____. **Indicador de milho**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/05_maio/Milho.htm>. Acesso em: 16 jul. 2008c.

_____. **Indicador de soja**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/05_maio/Soja.htm>. Acesso em: 16 jul. 2008d.

CEPEA. **Indicadores pecuários regionais**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br>>. Acesso em: 01 jul. 2008.

CMA – Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S/A. **Trading Analysis Information**. São Paulo: CMA, 2008.

CNA. **Indicadores rurais**, Brasília: CNA, n.87, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 08 jul. 2008.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira: cana-de-açúcar safra 2008/ primeiro levantamento**: abril,,/2008: Brasília: CONAB, 2008a.

_____. **Acompanhamento da safra brasileira: grãos – décimo levantamento**: julho, 2008. Brasília: CONAB, 2008b.

_____. **Conjuntura semanal: algodão**, 30 jun-04 jul. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 08 jul. 2008c.

_____. **Conjuntura semanal: café**, 14-18 jul. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2008d.

_____. **Conjuntura semanal: feijão**, 30 jun-04 jul. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 08 jul. 2008e.

_____. **Conjuntura semanal: milho**, 30 jun-04 jul. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 08 jul. 2008f.

_____. **Conjuntura semanal: soja**, 30 jun-04 jul. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 08 jul. 2008g.

_____. **Segunda estimativa da safra brasileira de café 2008**: maio 2008. Brasília: CONAB, 2008h.

CONSUMO atraindo indústrias para o Nordeste. **Valor Econômico**, 16 jun. 2008.

DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego da região metropolitana de Recife**, maio 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/pedrecife/pedrmr0508.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2008a.

_____. **Pesquisa de emprego e desemprego da região metropolitana de Salvador**, maio 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/pedssa/pedssa0508.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2008b.

EPE. **Consumo residencial de energia elétrica na região nordeste**, jul. 2008. Disponível em :

<<http://www.epe.gov.br/Lists/Estudos/Attachments/25/Apresentação%20-%20Consumo%20residencial%20de%20energia%20elétrica%20no%20ONE.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2008.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA. **Taxas de endividamento do consumidor de Salvador**, jul. 2008.

FGV. **Sondagem da indústria de transformação: índice de confiança da indústria**, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.fgv.br>>. Acesso em: 26 jul. 2008a.

_____. **Sondagem da indústria de transformação: quesitos especiais - investimentos**, abr./maio 2008. Disponível em: <<http://www.fgv.br>>. Acesso em: 26 jul. 2008b.

FIEC; INDI. Nordeste: indicadores industriais, maio 2008. **Sumário Executivo**, Fortaleza, jul. 2008.

FUNCEX. Associação prevê déficit em bens de capital. **Sistema de Informações IEA/Funcex**. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 02 jul. 2008a.

_____. **Boletim de Comércio Exterior**, ano 12, n 2, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: [jul. 2008]b.

FUNCEX; IEA. **Importação de roupas já vai além da China**. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 07 jul. 2008a.

_____. **Sistema de informações**. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 07 jul. 2008b.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais**, jan./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 jul. 2008a.

_____. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 21 jul. 2008b.

_____. **Pesquisa anual do comércio**. [Rio de Janeiro], 2004.

_____. **Pesquisa anual do comércio**. [Rio de Janeiro], 2005.

_____. **Pesquisa anual do comércio**. [Rio de Janeiro], 2006.

_____. **Pesquisa anual do comércio**, maio 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jul 2008c.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física Brasil**, maio 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 jul. 2008d.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física Brasil**, maio 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2008e.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física**, maio 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2008f.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física regional**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2008g.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física regional**, maio 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2008h.

_____. **Pesquisa mensal de comércio**, maio 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 ago. 2008i.

_____. **Pesquisa mensal de comércio**, maio 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 jul. 2008j.

_____. **Pesquisa mensal de comércio**, maio 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2008k.

_____. **Pesquisa mensal de comércio.** [Rio de Janeiro], 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jul 2008l.

_____. **Pesquisa mensal de emprego,** maio 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 jul. 2008m.

_____. **Produção agrícola municipal.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 21 jul. 2008n.

_____. **Produção industrial mensal:** Brasil e regional, maio 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2008o.

_____. **SIDRA:** comércio. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2008p.

_____. **SIDRA:** índice de preços. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2007.

IEA; FUNCEX. **Fornecedor segue passos do setor calçadista na região.** Disponível em: <<http://www.funcef.com.br>>. Acesso em: 16 jun. 2008a.

_____. **Montadoras aceleram encomendas e forçam importação de aço galvanizado.** Disponível em: <<http://www.funcef.com.br>>. Acesso em: 09 jul. 2008b.

IEDI. A evolução do crédito e o investimento. **Análise IEDI,** 24 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 08 jul. 2008a.

_____. Créditos e juros: a evolução do crédito e o investimento. **Análise IEDI,** 24 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 08 jul. 2008b.

_____. **Empresas mantêm investimentos em alta.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 24 jul. 2008a.

_____. Investimento o crescimento das empresas e o BNDES. **Análise IEDI,** 20 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 29 jul. 2008b.

_____. **O crescimento das empresas e o BNDES.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 27 jul. 2007.

IPDC. **Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza,** jun. 2008.

IPEA. Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano. **Comunicado da Presidência,** n. 7, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: [ago. 2008]a.

_____. Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano. **Comunicado da Presidência,** n. 7. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 08 set. 2008b.

SERASA. **Estudos de inadimplência.** Disponível em: <<http://www.serasa.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2008.

SINDIPEÇAS. **Informativo do Sindipeças.** Disponível em: <<http://www.sindipeças.org.br>>. Acesso em: 24 jul. 2008.

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

4.1 - Brasil

O primeiro sintoma de crise econômica de um país é a elevação do nível de desemprego, em especial a queda do nível de emprego formal. Quando o consumo cai, obriga as empresas a reduzirem seus investimentos e a produzirem menos, tornando a mão-de-obra ociosa. Nos últimos anos, esse fato tem gerado reflexões importantes sobre o novo cenário mundial. As mudanças são sentidas em todas as partes, principalmente após a crise imobiliária dos Estados Unidos, com a desaceleração do crescimento das economias industrializadas e o aumento do índice de inflação no setor de alimentos.

No relatório *Tendências do Emprego para 2008*, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que a crise do crédito americano e o aumento do preço do petróleo têm provocado uma redução do nível de emprego formal, principalmente nos países industrializados, mas que essa redução tem sido compensada, no mundo, pelo crescimento acelerado em outras partes, a exemplo da Ásia.

Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), os quatro maiores países emergentes do globo, Brasil, Rússia, Índia e China, os chamados BRIC, geraram mais de 22 milhões de novos empregos por ano, em média, entre 2000 e 2005, número cinco vezes maior que a geração de empregos de todos os

países da OCDE, as 30 economias mais industrializadas do mundo. A previsão da entidade é que, entre 2008 e 2009, o bloco europeu aumente em três milhões o contingente de desempregados.

As últimas estimativas da OCDE mostram otimismo em relação ao Brasil, com uma revisão que projeta, para 2008, um crescimento de 4,8% no Produto Interno Bruto (PIB). É a mesma previsão feita pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em seus dois últimos relatórios de inflação, diante do aquecimento da economia. Esse percentual aponta uma pequena desaceleração no seu ritmo de crescimento, mas mantém desempenho favorável e otimista, sobretudo se comparado às estimativas realizadas no início do ano e ao que vem ocorrendo nos países ricos. Na avaliação da OCDE, a demanda doméstica e a valorização do real continuarão sendo fatores de estímulo, sustentados pelo dinamismo nos investimentos.

Embora a inflação gerada pelos preços dos alimentos e a desaceleração econômica que afetam o mundo, também, possam prejudicar o crescimento da economia brasileira, o país atravessa um momento de relativa estabilidade. Exemplos disso são os recordes das exportações e das importações, bem como da geração de emprego formal em diversos setores da economia e do nível de ocupação, atingidos em junho (BRASIL, 2008a, 2008b; IBGE, 2008a).

De fato, o mercado de trabalho brasileiro está na contramão relativamente aos resultados divulgados pela OCDE. Enquanto o Brasil apresenta redução do nível de desemprego, as 30 economias mais ricas do mundo sofrem aumento desse indicador. É verdade que o número de empregos qualificados ainda é baixo no Brasil, se comparado aos países ricos, mas é importante considerar que o emprego formal cresce, sinalizando estabilidade do mercado de trabalho, influenciada pelo bom desempenho da economia.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008b), o crescimento da oferta de trabalho vem sendo suficiente para abarcar não só a parcela da PEA oriunda dos entrantes na força de trabalho por conta da maioria, como também uma parcela do contingente de desocupados. Em recente estudo, compreendendo o período entre 2003 e 2008, o IPEA afirma que o favorável crescimento econômico do país possibilitou a redução da taxa de pobreza, de 35% para 24,1%, e a elevação da

renda dos brasileiros, nas seis regiões pesquisadas, resultados decorrentes do dinamismo do mercado de trabalho.

Dados do Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2008b) mostram que em junho foram gerados 309.442 novos postos de trabalho, com um crescimento de 1% em relação a maio, resultado inédito para o citado mês, em que, geralmente, ocorre uma desaceleração. O crescimento anual do saldo do emprego (48,8%) representou um recorde histórico para a série do Caged e elevou a projeção da criação de empregos formais para 2008. No acumulado dos últimos 12 meses, foram criados 1.883.227 novos postos de trabalho.

Ainda segundo o Caged, o crescimento do emprego formal foi observado em diversos setores, com recorde na agropecuária, na extrativa mineral, nos serviços, na indústria de transformação, no comércio e na construção civil durante o mês de junho, o melhor comportamento desde o iní-

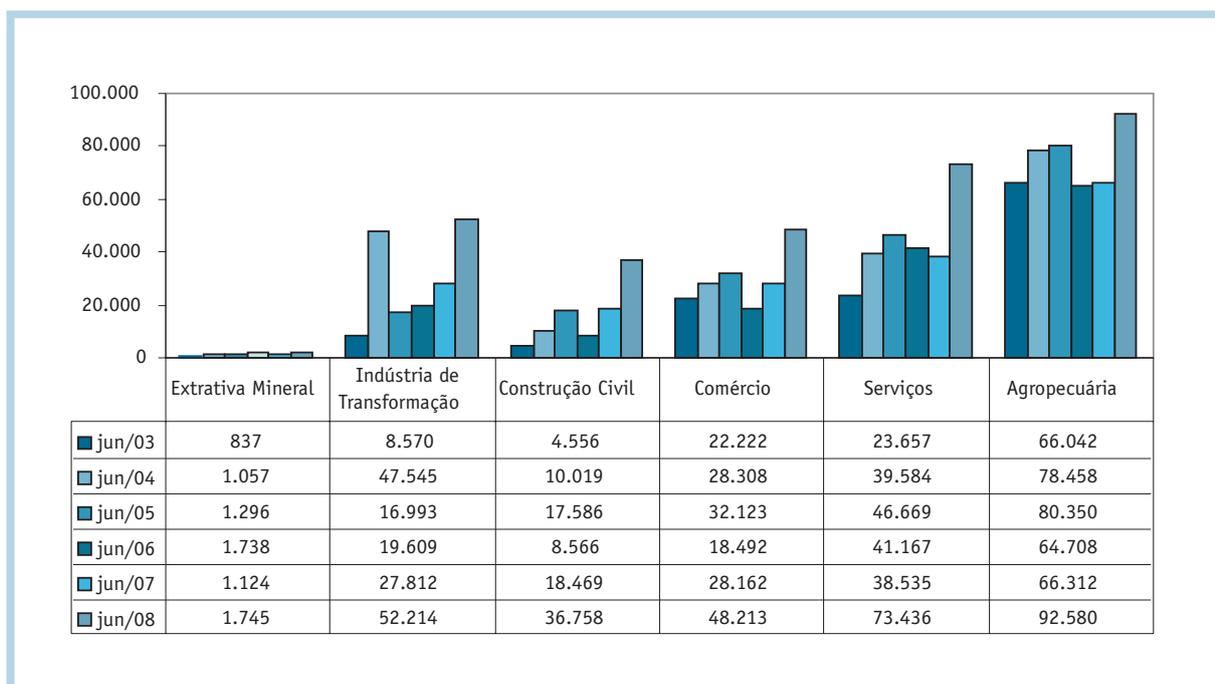


Gráfico 1 - Brasil: Setores com Crescimento Recorde na Criação de Empregos no mês de Junho

Fonte: (BRASIL, 2008b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

cio da série histórica, que começou em 2003. Os setores indicados foram responsáveis, no mês de referência, por 304.946 do total dos empregos gerados com carteira assinada, como mostra o Gráfico 1.

A agropecuária foi o setor que mais cresceu em junho, aproximadamente 5,6%, em relação ao mês anterior, e 15,2% superior ao recorde histórico registrado para o mês de junho, em 2005. Do total dos empregos formais gerados no país em junho de 2008, a agropecuária respondeu por 92.580 postos de trabalho, o que pode ser explicado por fatores sazonais, pois nesse período começam as colheitas das safras. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os cultivos de café em Minas Gerais e da uva em Pernambuco e na Bahia foram os maiores responsáveis pelos resultados obtidos no setor.

Outro setor que merece destaque, segundo o Caged, é o de serviços, com a criação de 73.436 postos de trabalho, proporcionando uma variação positiva de 0,6%. Os segmentos de comércio e administração de imóveis, serviços de alojamento e alimentação e serviços de transporte e comunicação, juntos, geraram 62.349 novos empregos formais, aproximadamente 85% do total do setor. Já o crescimento do emprego na indústria de transformação, que obteve seu melhor resultado para o período, com a geração de 52.214 postos, pode ser atribuído ao bom desempenho dos seus diversos ramos de atividades, com recorde em oito deles.

Em termos absolutos, no acumulado de 12 meses, o setor de serviços foi o que mais cresceu, considerando-se o conjunto das atividades, atingindo um saldo de 698.353 novos empregos formais, com uma variação de 6,1%. Os setores de comércio, indústria de transformação e cons-

trução civil também apresentaram resultados positivos ao longo dos últimos 12 meses, mediante geração de 440.163, 412.978 e 276.337 empregos, respectivamente. A construção civil apresentou a maior variação para o acumulado do ano (18,9%) e a segunda maior nos primeiros meses do ano (12,9%) e continua sendo um dos setores de maior dinamismo, provavelmente, ainda, devido à expansão dos financiamentos e à execução de obras de infra-estrutura, mantendo projeção positiva de crescimento da sua participação no PIB do país.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) (IBGE, 2008c) estimou para junho um nível de ocupação de 52,6% nas principais regiões metropolitanas do Brasil, o maior desde o início da série, em 2002. A taxa de desocupação (7,8%) no mês manteve-se estável em relação a maio (7,9%) e abaixo da taxa obtida em junho do ano anterior (9,7%), fato que decorre, principalmente, da evolução do emprego formal. Para o mês de junho esse resultado é considerado bastante positivo.

Ainda de acordo com a PME, o rendimento real médio da população ocupada, em junho de 2008, foi de R\$ 1.216,50, com recuo de 0,3% em relação a maio, podendo ser considerado estável. Todavia, houve incremento de 1,7% sobre a posição de junho de 2007. No primeiro semestre de 2008 o rendimento médio ficou em R\$ 1.220,04, superior ao obtido no primeiro semestre do ano anterior (R\$ 1.193,57). É possível observar que o rendimento dos brasileiros continua crescendo, embora em ritmo menor do que o esperado, principalmente devido ao aumento da inflação e às mudanças na estrutura de mercado, porquanto não tem conseguido acompanhar a evolução do nível de ocupação observada no país, nem, tampouco, o crescimento do emprego formal, que continua batendo recordes históricos.

4.2 - Nordeste

A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), indica que o Nordeste contabilizou aproximadamente 6,2 milhões de empregos formais em 2006, correspondendo a 17,6% dos empregos formais do país.²⁸ Destes, pouco mais de um terço vinculava-se à administração pública (34,5%), variando de 31,1%, no Ceará, a 46,7%, na Paraíba. Entre os setores de atividades, destacaram-se: comércio varejista (13,4%); serviços relacionados ao turismo – alojamento e alimentação (7,4%); indústria de alimentos e bebidas (5,1%); e construção civil (5,1%). O setor agrícola respondeu por apenas 3,8% dos empregos formais. O setor de transformação, que envolve atividades que agregam maior valor aos produtos, detinha 13,6% dos empregos formais do Nordeste, índice equivalente ao da região Norte. No âmbito nacional, o setor de transformação respondia, em 2006, por 18,8% dos empregos formais, chegando a alcançar 27,3% na região Sul.

Bahia, Pernambuco e Ceará respondem por 62% dos empregos formais do Nordeste, com 27,2%, 18,8% e 16%, respectivamente. É possível identificar ainda especificidades nos estados, na medida em que se verificam concentrações do emprego em determinadas atividades, em relação às características setoriais médias de emprego da Região. Nesse sentido, destacam-se, no Maranhão, a indústria metalúrgica e a de madeira e mobiliário; no Piauí, os serviços médicos e de ensino; no Ceará, a indústria têxtil e a de calçados; no Rio Grande do Norte, a indústria extrativa mineral e a

têxtil; na Paraíba, a indústria de papel e gráfica e a de calçados; em Pernambuco, a indústria de equipamentos elétricos e de comunicações e a de alimentos e bebidas; em Alagoas, a indústria química e a de alimentos e bebidas; em Sergipe, a indústria extrativa mineral e a química; e na Bahia, a indústria mecânica e a de material de transportes.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estimou em 23,4 milhões o total de ocupações formais e informais na região Nordeste em 2006, o que corresponde a 26,2% das ocupações do Brasil²⁹. No tocante à divisão setorial das ocupações, a PNAD indica padrão semelhante ao apresentado pela RAIS, com exceção para o setor agrícola e para a administração pública. Na PNAD, que considera os empregos formais e informais, o setor agrícola é o principal empregador do Nordeste, respondendo por 33,8% das ocupações. A administração pública, por sua vez, responde por apenas 4,8% das ocupações, quando se consideram todos os vínculos de trabalho.

Após essa breve apresentação de algumas características estruturais do mercado de trabalho no Nordeste, vejamos os aspectos conjunturais mais recentes do emprego na região, considerando as principais fontes de pesquisa de emprego, destacando-se que as informações conjunturais devem ser analisadas pela ótica da estrutura do mercado de trabalho já comentada.

28 A RAIS é um registro administrativo do MTE, de periodicidade anual, com cobertura de 97% dos estabelecimentos formais do país. Suas características possibilitam o conhecimento da estrutura do mercado formal de trabalho no país. A última versão da RAIS refere-se a 2006.
29 A PNAD é uma pesquisa que coleta amostra representativa da população que possibilita inferências acerca de diversas características socioeconômicas, como migração, educação, trabalho, famílias, domicílios e rendimento.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, estimou em 8,5% a taxa de desocupação³⁰ referente a junho de 2008, para a Região Metropolitana (RM) de Recife, a menor desde 2002, tendo chegado a 12,6% em junho de 2007. Para a RM de Salvador, a taxa de desocupação foi estimada em 12,2%, inferior aos 14,6% registrados em junho de 2007. Houve redução da taxa de desocupação nas seis regiões metropolitanas pesquisadas. Para o Brasil, a taxa ficou em 7,8%, a menor da série histórica (ver Gráfico 2). Houve aumento nos contingentes de trabalhadores com carteira assinada no setor privado na RM de Recife (8,1%) e na RM de Salvador (6,6%), e elevação do número de trabalhadores por conta própria na RM de Recife (15,7%).

A Pesquisa Ocupação e Desemprego (POD), do Instituto para o Desenvolvimento do Trabalho (IDT), realizada na RM de Fortaleza, indica que o desemprego³¹ atingiu 11,5% da população econo-

micamente ativa (PEA) em maio de 2008, inferior aos 14,3% registrados no mesmo mês de 2007.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostrou que a taxa de desemprego³² de maio manteve-se estável na RM de Recife (20,4%) e reduziu-se de 22% para 20,6% na RM de Salvador. No conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas, a taxa de desemprego reduziu-se de 15,9% para 14,6%.

O Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), do MTE, registrou alta de 5,1% no estoque de empregos formais³³ entre junho de 2007 e junho de 2008 no Nordeste e de 6,5% para o Brasil. Entre os estados nordestinos, o destaque positivo ficou com o Ceará (6,6%), enquanto Sergipe (-2,37%) foi o único estado com variação negativa. A construção civil foi o destaque setorial positivo em Pernambuco (19,5%), Ceará

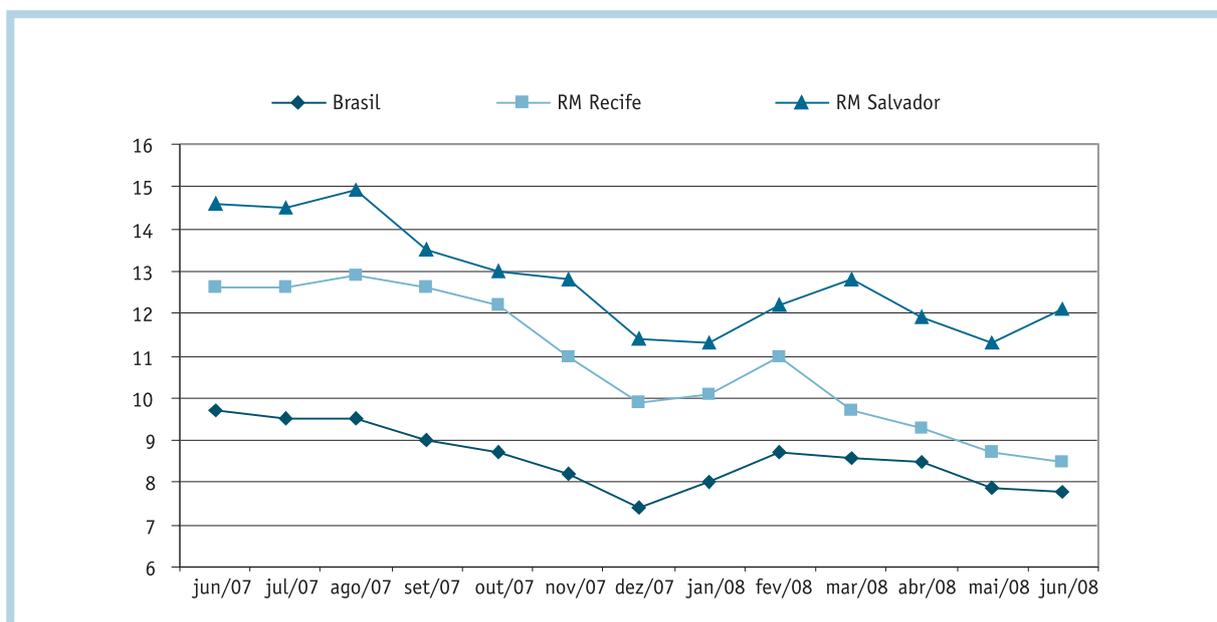


Gráfico 2- Taxa de Desocupação (%)

Fonte: (IBGE, 2008d).

30 Desocupação, na metodologia da PME, diz respeito a pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos trinta dias anteriores ao da entrevista e que não exerceram atividade remunerada nos últimos sete dias. Esse é o conceito de desemprego aberto.

31 Desemprego, na metodologia da POD, assim, como na da PME, diz respeito ao desemprego aberto.

32 Desemprego, na metodologia da PED, é mais amplo do que na da PME, incluindo o desemprego aberto e o desemprego oculto (por trabalho precário ou por desalento).

33 Empregos com carteira assinada.

(17,4%) e Maranhão (24,5%). Merecem destaque ainda o setor têxtil e de vestuário no Rio Grande do Norte (20,1%) e o setor alimentos e bebidas no Maranhão (26,5%). Os destaques negativos ficaram com o setor agrícola do Rio Grande do Norte (-20,7%) e o de alimentos e bebidas de Alagoas (-14,4%).

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), do IBGE, indicou que o emprego formal na indústria³⁴ em Pernambuco e no Ceará, entre junho de 2007 e junho de 2008, manteve-se praticamente estável, havendo pequena elevação na Bahia (1,1%). Para o Brasil, foi estimada alta de 2,8%.

Por fim, vale observar a comportamento do rendimento no Nordeste, segundo a PME e a PIMES, com referência a junho de 2008. De acordo com a PME, o rendimento médio real estimado, de R\$ 1.216,50, apresentou alta de 1,7%, em 12 meses, no conjunto das seis regiões metropolitanas pesquisadas. Na RM de Recife, R\$ 811,30, com queda de 4,9%. Na RM de Salvador, R\$ 997,50, com alta de 6,9% (ver Gráfico 3). Segundo a PIMES, que considera os salários pagos na indús-

tria, os valores reais médios cresceram no Ceará (4,4%), em Pernambuco (7,1%) e na Bahia (7%). O crescimento nacional foi de 6,1%.

Os dados apresentados indicam que o emprego formal no Nordeste cresceu; um pouco abaixo, porém, do ritmo médio nacional, segundo o Caged (5,1% *versus* 6,5%). No caso dos empregos na indústria, o Brasil (+2,8%) também cresceu mais do que o Nordeste (+1,3%), segundo a PIMES. Os números do desemprego mostram redução nas taxas de desemprego nas RMs de Recife e Salvador, mas que permanecem em patamares maiores do que a média nacional, segundo a PME e a PED. Quanto ao crescimento do rendimento do trabalho, a PME e a PIMES trazem números mais favoráveis, no Nordeste, especialmente para a Bahia.

A situação do emprego no Nordeste reflete o desempenho da produção e comércio na região. A produção industrial cresceu 4,7% no Nordeste e 6,7% no país, entre maio de 2007 e maio de 2008. No mesmo período, as vendas do comércio atacadista cresceram 14,1% no país, *performance* não alcançada por nenhuma das maiores econo-

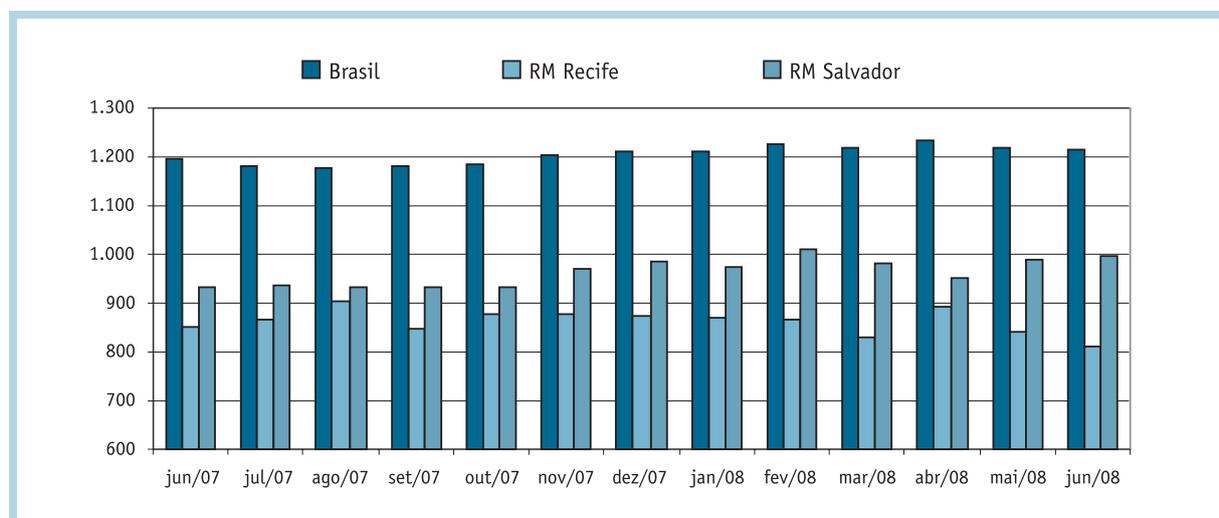


Gráfico 3 - Rendimento Real Habitual Médio (em R\$)

Fonte: (IBGE, 2008d).

³⁴ Empregos com carteira assinada na indústria.

mias do Nordeste, quais sejam, Bahia (12,3%), Pernambuco (13,6%) e Ceará (12,4%). Produção, comércio e empregos vêm, nos últimos 12 meses, contribuindo para sustentar o crescimento

econômico na região Nordeste, acompanhando o país, porém sem conseguir minimizar as suas desigualdades regionais.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inflação.**

Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/reinf/port/2008/03/ri200803b3p.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial semanal.** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/portalmDIC/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=567>>. Acesso em: 24 jul. 2008a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro geral de empregados e desempregados.** Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/caged/estatistica/Textos/2008/Junho/Sumario.asp>>. Acesso em: 30 jul. 2008b.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de informações sociais.** 2006. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>>. Acesso em: 30 jul. 2008c.

IBGE. **Pesquisa industrial mensal de emprego e salário,** fev. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/default.shtm>>. Acesso em: 30 jul. 2008a.

_____. **Pesquisa industrial mensal de produção física,** jun. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/default.shtm>>. Acesso em: 01 abr. 2008b.

_____. **Pesquisa mensal de emprego.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm>. Acesso em: 04 ago. 2008c.

_____. **Pesquisa mensal de emprego,** jun. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2008d.

_____. **Pesquisa mensal do comércio,** fev. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/default.shtm>>. Acesso em: 30 jul. 2008e.

_____. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílio.** 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>>. Acesso em: 30 jul. 2008f.

IDT - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO. **Ocupação e desemprego em Fortaleza,** maio 2008. Disponível em: <<http://www.idt.org.br/institucional.asp#>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

IPEA. **Carta de Conjuntura,** jun. 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 01 ago. 2008a.

_____. **Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 05 ago. 2008b.

OCDE. **Perspectivas de emprego da OCDE.** 2008. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/8/36/40938024.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

OIT. **Tendências mundiais de emprego 2008.** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/global_trends.php>. Acesso em: 04 ago. 2008.

5 - SETOR EXTERNO

5.1 - Balança Comercial Brasileira

As exportações brasileiras totalizaram US\$ 18,6 bilhões em junho deste ano, o que representou um incremento de 41,7% em comparação com junho de 2007 e decréscimo de 3,7% sobre maio último. Já as importações de junho somaram US\$ 15,9 bilhões, com crescimento de 70,7% frente a junho de 2007 e de 4,2% com relação a maio do corrente ano.

Assim, a corrente de comércio (exportações mais importações) alcançou US\$ 34,5 bilhões, aumento de 53,8% sobre junho de 2007. Entretanto, na comparação com maio de 2008, registrou-se queda de 0,2%. No acumulado do primeiro semestre deste ano, a corrente de comércio somou US\$ 169,9 bilhões, valor 35% maior que o verificado no primeiro semestre de 2007 (Gráfico 1).

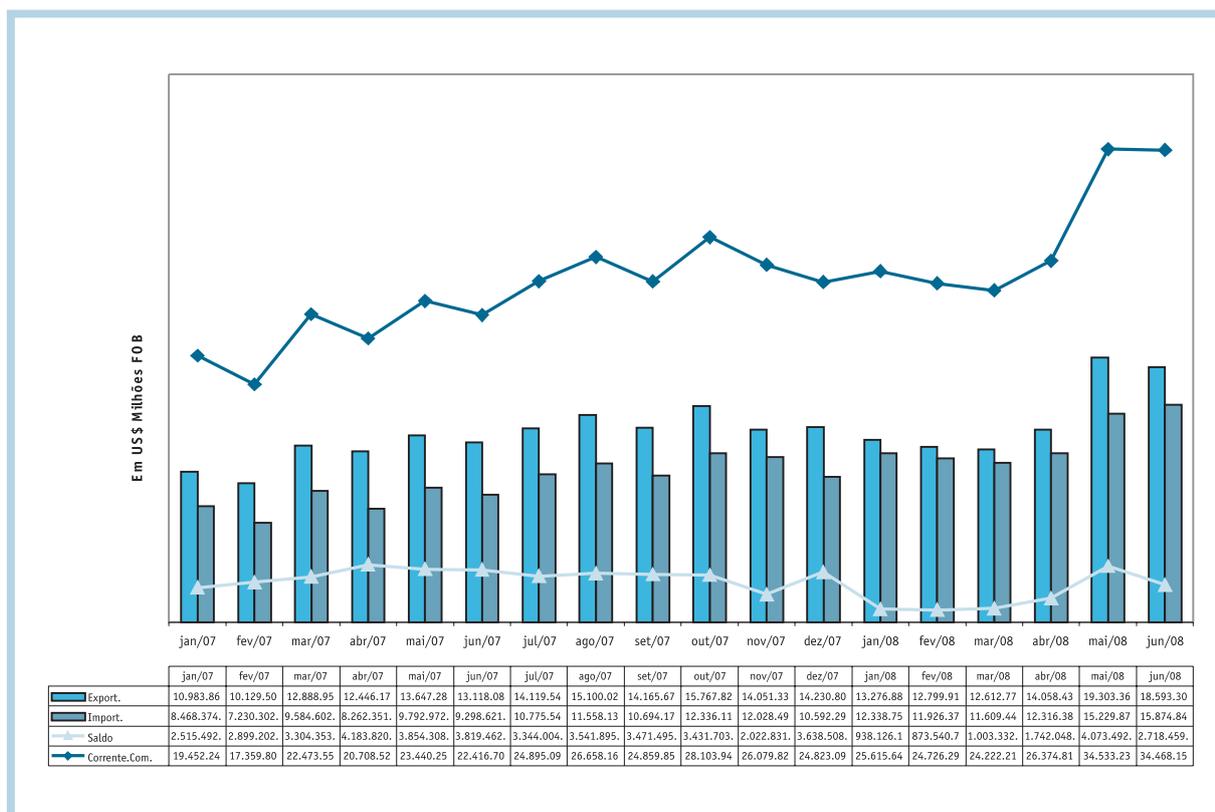


Gráfico 1 - Brasil. Balança Comercial Mensal (Jan./07 a Jun./08)

Fonte: (BRASIL, 2008c).

O saldo da balança comercial foi de US\$ 2,7 bilhões, em junho de 2008, quase um terço abaixo dos US\$ 3,8 bilhões observados em junho de 2007 — queda de 28,8%. Houve redução de 33,3% com relação a maio de 2008. No acumu-

lado dos seis primeiros meses de 2008, o saldo comercial soma US\$ 11,3 bilhões, quando, em igual período do ano anterior, totalizou US\$ 20,6 bilhões, evidenciando queda de 44,8%.

5.1.1 - Exportações

No período de janeiro a junho deste ano, as exportações brasileiras somaram US\$ 90,6 bilhões, crescimento de 23,8% sobre igual período de 2007. Esse desempenho deveu-se, fundamentalmente, à alta de 25,3% nos preços, já que se verificou uma redução de 1,6% no *quantum* exportado. Há, nestas circunstâncias, clara relação com a recente e significativa alta internacional de preços de *commodities* e seus efeitos nas específicas cadeias produtivas com efeitos inflacionários globalizados, além da desvalorização generalizada do dólar americano (Tabela 1).

Com base nos índices de preços, os produtos básicos foram os que apresentaram o melhor desempenho: um significativo aumento de 39,9%. As outras categorias também tiveram elevação de preços, 21% para os semimanufaturados e 16,6% para os manufaturados. No que respeita ao *quantum* exportado, apenas os produtos básicos apresentaram uma pequena variação (0,9%). Os produtos semimanufaturados e manufaturados caíram de 0,9% e 3,9%, respectivamente (Tabela 1).

No acumulado de janeiro-junho deste ano, as três categorias de produtos registraram incremento nas exportações: básicos, 44,2%; semimanufaturados, 20,7%; e manufaturados, 13,2%. Entretanto, somente os produtos básicos aumentaram sua participação relativa nas exportações totais nacionais, passando de 30,6% no primeiro semestre de 2007, para 35,3% em igual período de 2008 (Tabela 2).

As exportações brasileiras para todos os principais blocos econômicos ampliaram-se na comparação do acumulado do primeiro semestre de 2008 com o do mesmo período de 2007. O maior crescimento ocorreu nas vendas para a Ásia (43,4%). Com esse resultado, a participação daquele bloco na pauta de exportações do Brasil passou de 15,7% para 18%. Nesse bloco, destaca-se a China – principal parceiro comercial do Brasil na Ásia e terceiro maior comprador de produtos brasileiros no mundo. Suas compras de produtos brasileiros aumentaram em 51,9% no

Tabela 1 - Brasil. Variação dos Índices de Preço e *Quantum* das Exportações (%) (Janeiro/Junho - 2008/2007)

	Preço	Quantum
Exportação Total	25,3	-1,6
Básicos	39,9	0,9
Semimanufaturados	21,0	-0,9
Manufaturados	16,6	-3,9

Fonte: (FUNCEX, 2008d).

Tabela 2 - Brasil. Exportação por Fator Agregado, em US\$ Milhões FOB (Janeiro/Junho - 2008/2007)

Exportações	Jan. - Jun./08	Jan. - Jun./07	Var. (%) 2008/2007 p/ Média Diária	Part.%	
				2008	2007
Básicos	32.004	22.379	44,2	35,3	30,6
Industrializados	56.203	49.359	14,8	62,0	67,4
Semimanufaturados	12.198	10.186	20,7	13,5	13,9
Manufaturados	44.005	39.173	13,2	48,5	53,5
Operações Especiais	2.438	1.476	66,5	2,7	2,0
Total	90.645	73.214	24,8	100,0	100,0

Fonte: (SECEX; MDIC, 2008d). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

período, elevando de 6,7% para 8,2% sua participação relativa na pauta de exportações.

O segundo maior crescimento dentre os compradores foi registrado pela Europa Oriental: 42,1%. Sua participação nas vendas externas do Brasil subiu de 2,6% para 3% (Tabela 3).

O Mercosul, por sua vez, apresentou o terceiro maior crescimento (38,8%), mas sua participação subiu de 10,4% para 11,5%. A Argentina ainda se mantém como o principal comprador dos produtos brasileiros nesse bloco (37,2%), resultado que a confirma como o segundo maior comprador dos produtos brasileiros no mundo.

As vendas do Brasil para a União Européia, o Oriente Médio, os países da Aladi (exceto Mercosul) e a África elevaram-se 22,8%, 14,6%, 11,1% e 7,9%, respectivamente. Entretanto, todos esses blocos econômicos apresentaram queda de participação relativa (Tabela 3).

Por fim, as compras de produtos brasileiros pelos Estados Unidos no período de janeiro a junho de 2008 apresentaram expansão de 8,1% na comparação com igual período de 2007. Esse resultado, no entanto, levou a uma redução da participação daquele país nas exportações do Brasil, de 16,5% para 14,3%.

Tabela 3 - Brasil. Exportação – Principais Blocos Econômicos. Janeiro/Junho - 2008/2007 (US\$ Milhões FOB)

	Janeiro/Junho		Var.% 2008/07 p/ Média Diária	Part.%	
	2008	2007		2008	2007
União Européia	22.146	18.178	22,8	24,4	24,8
Aladi	20.058	16.303	24,0	22,1	22,3
- Mercosul	10.459	7.596	38,8	11,5	10,4
- Argentina	8.589	6.311	37,2	9,5	8,6
- Demais da Aladi	9.599	8.707	11,1	10,6	11,9
Ásia	16.306	11.460	43,4	18,0	15,7
- China	7.407	4.915	51,9	8,2	6,7
EUA*	12.987	12.116	8,1	14,3	16,5
África	4.357	4.071	7,9	4,8	5,6
Oriente Médio	3.398	2.990	14,6	3,7	4,1
Europa Oriental	2.728	1.935	42,1	3,0	2,6
Demais	8.665	6.161	41,8	9,6	8,4
Total	90.645	73.214	24,8	100,0	100,0

Fonte: (SECEX; MDIC, 2008d). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (*) Inclui Porto Rico

5.1.2 - Importações

No primeiro semestre deste ano, as importações brasileiras somaram US\$ 79,3 bilhões, montante 50,6% maior que o verificado em igual período de 2007.

As importações do país, nesse período, tiveram seu desempenho influenciado tanto pela elevação do *quantum* (22,9%) como pelo crescimento de 22,3% dos preços dos produtos importados, como mostra a Tabela 4 (FUNCEX, 2008c).

Entre as categorias de uso, e no que tange às quantidades importadas, o maior crescimento foi dos bens de consumo duráveis, com expansão de 63%, seguidos pelos bens de capital, com incremento de 36,5%. As menores variações nas quantidades, na comparação dos primeiros semestres 2008/07, foram dos bens de consumo não-duráveis (11,8%) e dos combustíveis (11,6%).

Com relação aos preços de importação, combustíveis e lubrificantes foi a categoria que apresentou o maior incremento, de 57,4% (cabe lembrar que o preço do barril de petróleo bruto Brent (FOB) passou de US\$ 53,22, em janeiro de 2007 para US\$ 92,18, em janeiro de 2008, com aumento de 73,2% no ano, e para US\$ 127,30, em julho de 2008), seguida pelos bens intermediários, 18,9%. O menor aumento de preços de

importação, no período, foi assinalado pela categoria bens de consumo duráveis, 4,7%.

A análise das importações brasileiras, por categoria de uso, revela avanço em todas as categorias. A média diária das importações cresceu 51,9% do primeiro semestre de 2008 sobre idêntico período em 2007. Duas categorias cresceram proporcionalmente acima do total das importações: bens de consumo duráveis e combustíveis e lubrificantes. Destaca-se a expansão de 82,5% das importações de combustíveis e lubrificantes – influenciada pela expansão do subitem “demais combustíveis e lubrificantes” (104,6%), mas, também, pelo petróleo (67,8%). Neste caso, mais uma vez, a alta internacional de preços do petróleo teve papel crucial na elevação de preços das importações de combustíveis e lubrificantes. Na média do índice de preços de importações desse item, relativa ao primeiro semestre de 2008, comparada a igual período de 2007, houve incremento de 57,4%, enquanto para o índice de *quantum* tal variação foi bem menor, 11,6%, refletindo a dinâmica expansiva da atividade econômica interna.

Os bens de consumo duráveis apresentaram a expressiva expansão de 63,2% no período, com destaque para o subitem automóvel (crescimento

Tabela 4 - Brasil. Variação dos Índices de Preço e *Quantum* das Importações (Janeiro/Junho - 2008/2007) - (%)

	Preço	Quantum
Importação Total	22,3	22,9
Bens de Capital	9,4	36,5
Intermediários	18,9	21,7
Bens de Consumo		
- Duráveis	4,7	63,0
- Não-duráveis	11,8	11,8
Combustíveis e lubrificantes	57,4	11,6

Fonte: (FUNCEX, 2008a).

Tabela 5 - Brasil. Importação por Categoria de Uso. Janeiro/Junho - 2008/2007 (US\$ Milhões FOB)

	Janeiro/Junho		Var.% 2008/07 p/Média Diária	Part. %	
	2008	2007		2008	2007
Bens de Capital	16.261	11.081	47,9	20,5	21,1
Matérias-primas e Intermediários	38.470	26.511	46,3	48,5	50,4
Bens de Consumo	9.926	6.961	43,8	12,5	13,2
- Não-duráveis	4.433	3.567	25,3	5,6	6,8
- Duráveis	5.493	3.394	63,2	6,9	6,4
. Automóveis	2.249	1.091	107,8	2,8	2,1
Combustíveis e Lubrificantes	14.638	8.084	82,5	18,5	15,4
- Petróleo	8.075	4.850	67,8	10,2	9,2
- Demais	6.563	3.234	104,6	8,3	6,1
Total	79.295	52.637	51,9	100,0	100,0

Fonte: (SECEX; MDIC, 2008d). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

de 107,8% na média diária) Sublinha-se, ainda, o significativo crescimento de 47,9% nas importações de bens de capital – o terceiro melhor desempenho (Tabela 5).

Verifica-se que, apesar de todas as categorias de produtos apresentarem crescimento das importações em termos absolutos, reduziram sua

participação relativa nas importações totais nacionais, com exceção dos combustíveis e lubrificantes, cuja proporção passou de 15,4% para 18,5%, comparando-se o acumulado do primeiro semestre de 2008 com o mesmo período de 2007, refletindo, especialmente, o efeito preço do petróleo, como já comentado.

5.2 - Balança Comercial Nordestina

5.2.1 - Exportações

As exportações nordestinas totalizaram US\$ 7,2 bilhões, no primeiro semestre de 2008. Conquanto esse montante represente evolução de 17,3% sobre o do primeiro semestre de 2007, essa expansão é inferior ao desempenho nacional.

Por outro lado, as importações regionais de jan.-jun./2008 aumentaram 56,7% em relação ao mesmo período de 2007, alcançando US\$ 7,8 bilhões. Nesse caso, as compras regionais no exterior cresceram a uma taxa superior às do país.

Em conseqüência, o saldo da balança comercial nordestina ficou negativo em US\$ 0,6 bilhão.

Esse resultado configurou uma total reversão do panorama que se apresentava no primeiro semestre de 2007, quando a região obteve um saldo positivo de US\$ 1,2 bilhão (Tabela 6).

No tocante à participação dos capítulos da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) na pauta de exportações nordestinas, cinco grupos foram responsáveis por 42,7% do total das exportações nordestinas entre janeiro e junho de 2008: combustíveis, óleos e ceras minerais (12,5%); açúcares e produtos de confeitaria (8%); pastas de madeira ou outras matérias fibrosas (7,7%);

Tabela 6 - Exportações, Importações e Saldo da Balança Comercial do Nordeste em Janeiro - Junho 2008/2007 - Em US\$ 1,00

Estados/Região	Exportações			Importações			Saldo da Balança Comercial		
	Janeiro/Junho		Variação (%)	Janeiro/Junho		Variação (%)	Janeiro/Junho		Variação (%)
	2008 (A)	2007 (B)	A/B	2008 (C)	2007 (D)	C/D	2008 (E)	2007 (F)	E/F
Bahia	4.297.256.296	3.379.354.048	27,16	3.293.949.793	2.489.025.728	32,34	1.003.306.503	74.866.654	1.240,12
Maranhão	987.536.077	1.036.392.352	-4,61	2.134.294.088	961.525.698	121,97	-1.146.758.011	10.499.004	-11.022,54
Ceará	601.467.493	521.614.372	15,31	767.025.509	415.277.963	84,70	-165.558.016	106.336.409	-255,69
Pernambuco	418.193.596	374.001.938	11,82	1.101.186.055	727.185.301	51,43	-682.992.459	96.400.641	-808,49
Alagoas	555.896.746	480.636.556	15,66	116.388.146	91.558.733	27,12	439.508.600	-353.183.363	-224,44
Rio Grande do Norte	164.944.594	167.092.390	-1,29	108.154.164	70.691.749	52,99	56.790.430	389.077.823	-85,40
Paraíba	107.434.584	110.224.926	--2,53	177.628.488	146.292.511	21,42	-70.193.904	-36.067.585	94,62
Sergipe	65.331.252	78.988.163	-17,29	102.488.793	75.852.293	35,12	-37.157.541	36.327.721	-202,28
Piauí	45.726.799	27.859.064	64,14	27.097.334	17.360.060	56,09	18.629.465	890.328.320	-97,91
Região Nordeste	7.243.787.437	6.176.163.809	17,29	7.828.212.370	4.994.770.036	56,73	-584.424.933	1.214.585.624	-148,12

Fonte: (BRASIL, 2008d).

produtos químicos orgânicos (7,4%); e cobre e suas obras (7,1%) (Gráfico 2).

Os principais produtos exportados no período foram: óleo combustível (US\$ 468,4 milhões), pasta química de madeira (US\$ 360,3 milhões), catodos de cobre refinado (US\$ 330,8 milhões),

ferro fundido bruto não-ligado (US\$ 259,1 milhões) e automóveis (US\$ 249,3 milhões). Conjuntamente, esses cinco produtos representaram 23% das exportações regionais.

Merecem destaque, ainda, outros produtos cujas exportações superaram os US\$ 100 milhões,

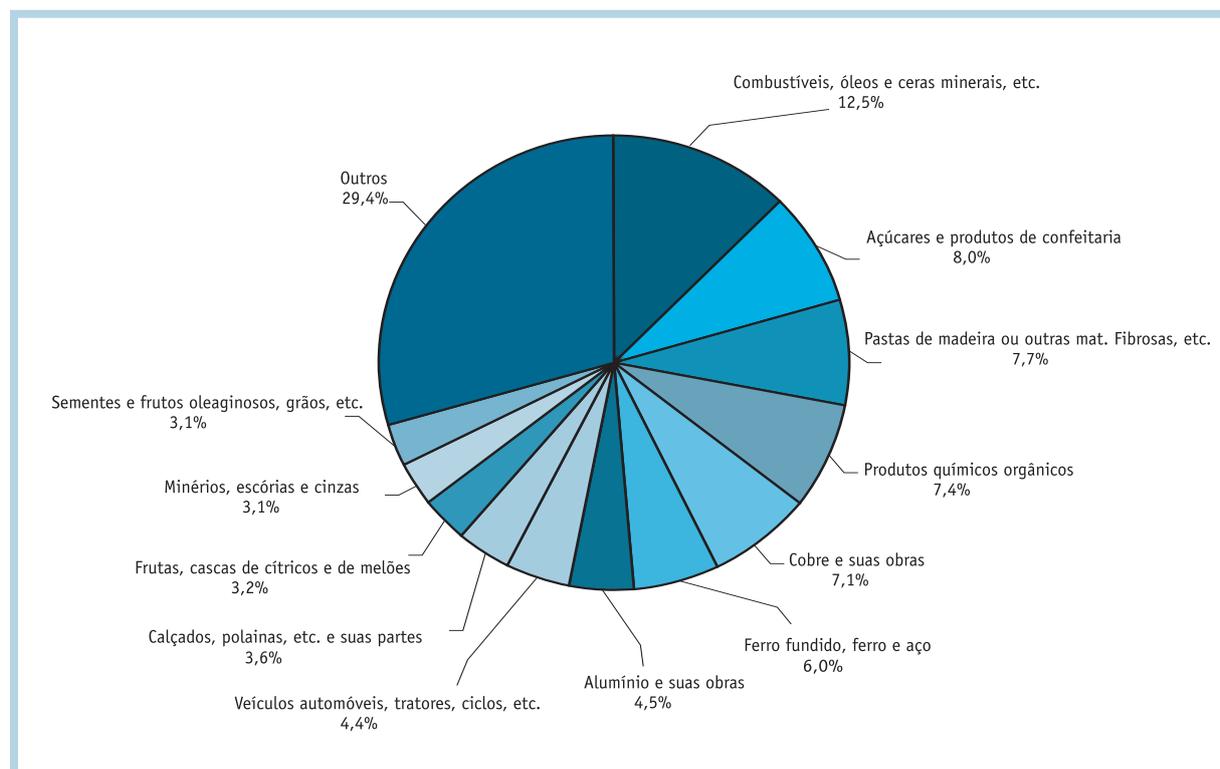


Gráfico 2 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste

Fonte: (BRASIL, 2008c).

a saber: açúcar de cana, em bruto (US\$ 222,9 milhões), minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (US\$ 168,8 milhões), ligas de alumínio em forma bruta (US\$ 162 milhões), outros grãos de soja, mesmo triturados (US\$ 120,5 milhões), óleos brutos de petróleo (US\$ 109,3 milhões) e benzeno (US\$ 104,5 milhões), totalizando US\$ 888 milhões (12,3% da pauta de exportações).

No que concerne ao destino, as exportações nordestinas no primeiro semestre de 2008 foram direcionadas preponderantemente para a União Européia (33,5%), Estados Unidos³⁵ (21,4%) e Ásia³⁶ (11,3%). Dentre os blocos econômicos, o Mercosul recebeu apenas 9,8% dos produtos nordestinos.

Como países isolados, destacaram-se na condição de compradores de produtos nordestinos: os Estados Unidos (21,4%), a Holanda (13%), a Argentina (9,1%) e a China (6%).

Cinco estados ampliaram suas exportações de jan.-jun./08 em relação a jan.-jun./2007: Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí. Apesar do grande crescimento proporcional do Piauí (64%), é mais significativo o desempenho baiano (27%), haja vista ser a Bahia o estado nordestino que mais exporta (US\$ 4,3 bilhões em 2008 e US\$ 3,4 bilhões em 2007, valores referentes ao primeiro semestre). De igual modo, Sergipe registrou a maior queda das exportações no período (17%), mas o recuo registrado pelo Maranhão (4,7%) foi mais significativo, mercê do volume de suas exportações (US\$ 1,04 bilhão em jan.-jun./2007 e US\$ 0,99 bilhão no mesmo período de 2008 (Tabela 6).

Com relação à participação dos estados no total exportado pelo Nordeste, constata-se que apenas a Bahia elevou mais sua participação. Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe perderam posições relativas. Os

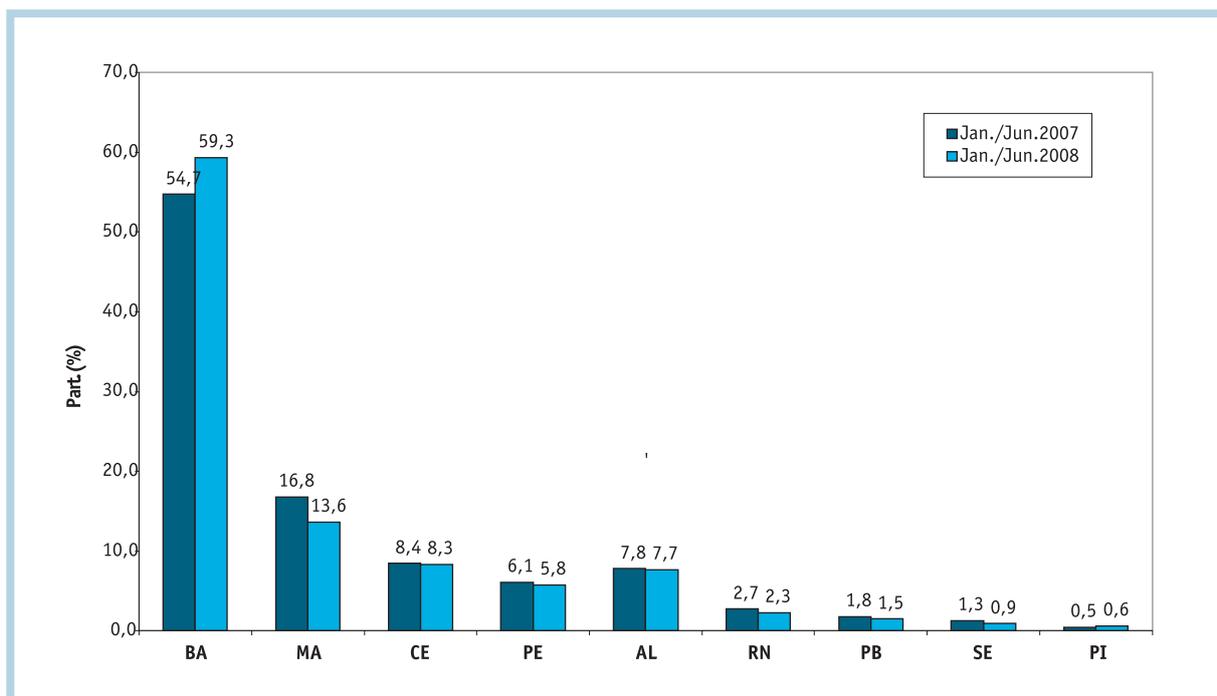


Gráfico 3 - Participação dos Estados na Pauta de Exportação da Região Nordeste (Jan./Jun. 2007 e 2008)

Fonte: (BRASIL, 2008c).

35 Inclusive Porto Rico.

36 Exclusive Oriente Médio.

demais estados praticamente mantiveram suas participações (Gráfico 3).

A Bahia respondeu, no primeiro semestre de 2008, por 59,3% (US\$ 4.297 milhões) do valor exportado pelo Nordeste, 27,2% a mais em relação ao mesmo período do ano anterior. A Bahia é também, dentre os estados nordestinos, aquele que apresenta a pauta de exportações mais diversificada.

Dentre os principais capítulos exportados pela economia baiana no período, merecem destaque os de combustíveis, óleos e ceras minerais (US\$ 901,6 milhões), pastas de madeira ou outras matérias fibrosas (US\$ 555,9 milhões); produtos químicos orgânicos (US\$ 526,7 milhões) e cobre e suas obras (US\$ 512,8 milhões), que conjuntamente representaram 58,1% da pauta estadual no primeiro semestre/08 (Gráfico 4).

O Maranhão foi o segundo maior exportador do Nordeste (US\$ 987,5 milhões) no período de janeiro a junho de 2008. Apesar disso, suas vendas caíram 4,7% em comparação com o mesmo

período de 2007. A pauta estadual é extremamente concentrada e dominada por produtos minerais; os três principais capítulos – alumínio e suas obras (US\$ 313,7 milhões), ferro fundido, ferro e aço (US\$ 280,4 milhões) e minérios, escórias e cinzas (US\$ 211 milhões) responderam por 81,6% das vendas (Gráfico 5).

Nos seis primeiros meses de 2008, o Ceará exportou US\$ 601,5 milhões, expansão de 15,3% relativamente ao mesmo período de 2007.

Os três principais capítulos nas exportações cearenses representaram 65,5% do total exportado e foram: calçados (US\$ 163,1 milhões), frutas, cascas de cítricos e melões (US\$ 126,6 milhões) e peles, exceto peleteria e couros (US\$ 104,1 milhões) (Gráfico 6).

Em Pernambuco, os açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 154,2 milhões), os plásticos e suas obras (US\$ 38,8 milhões) e as máquinas, aparelhos e materiais elétricos (US\$ 34 milhões) foram os principais capítulos exportados no primeiro semestre de 2008. Esses três capítulos re-

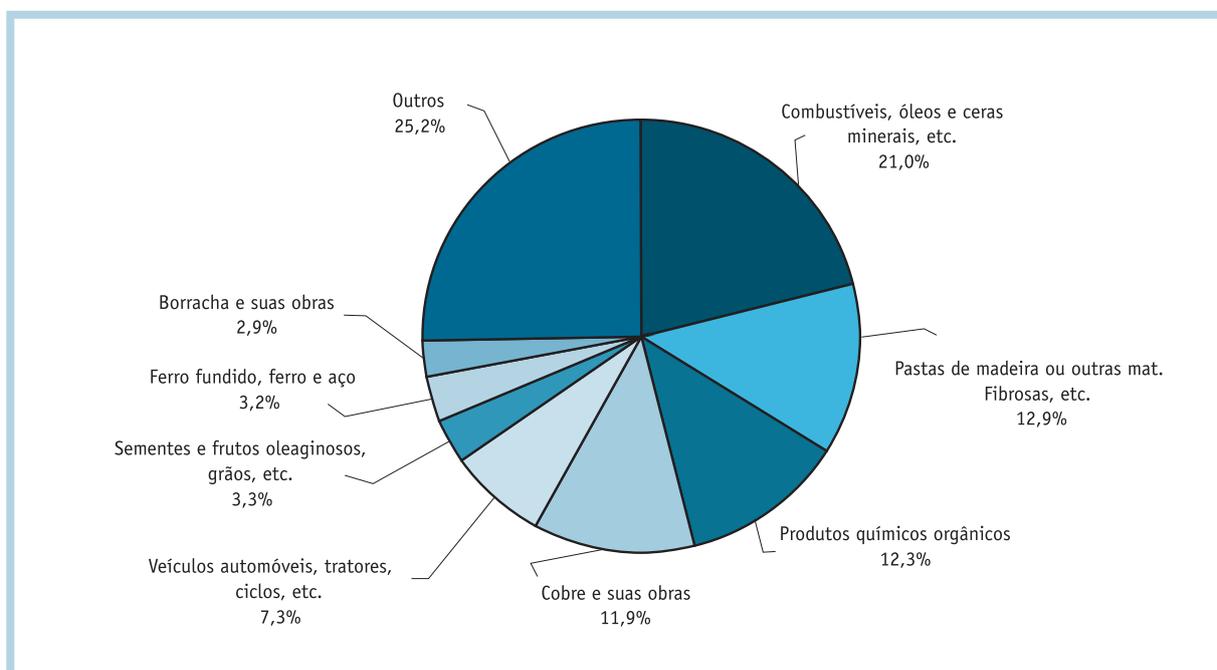


Gráfico 4 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia
Fonte: (BRASIL, 2008c).

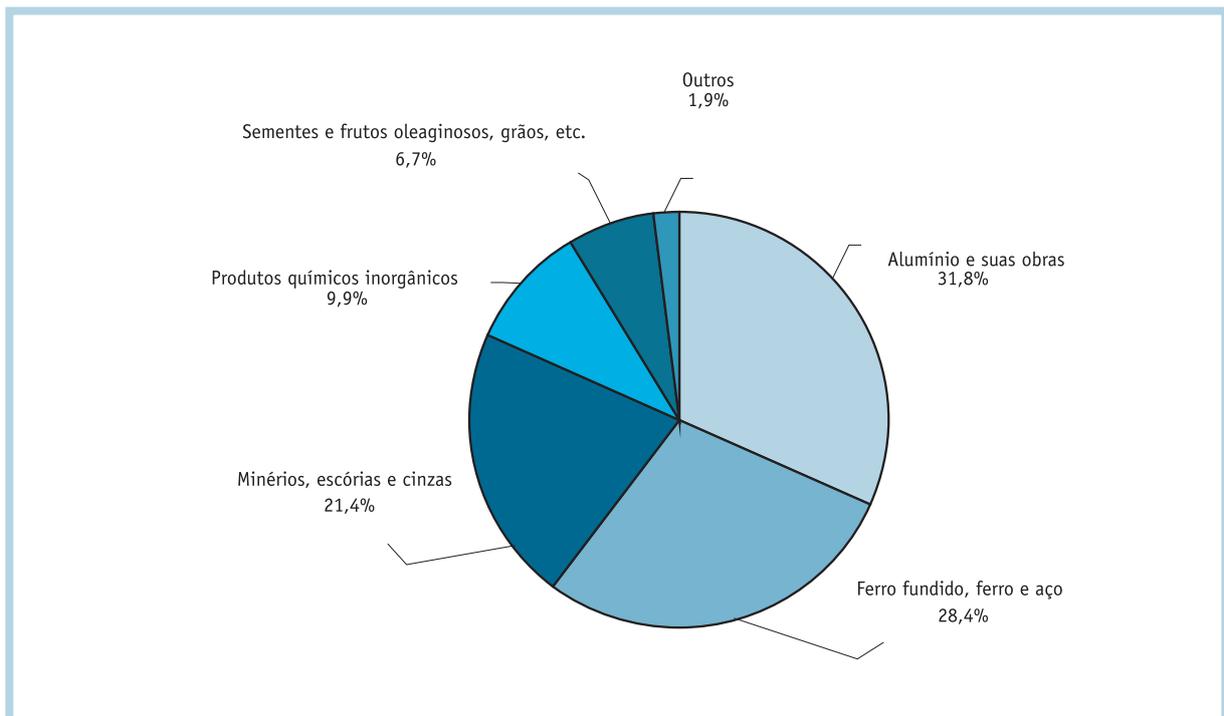


Gráfico 5 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão
 Fonte: (BRASIL, 2008c).

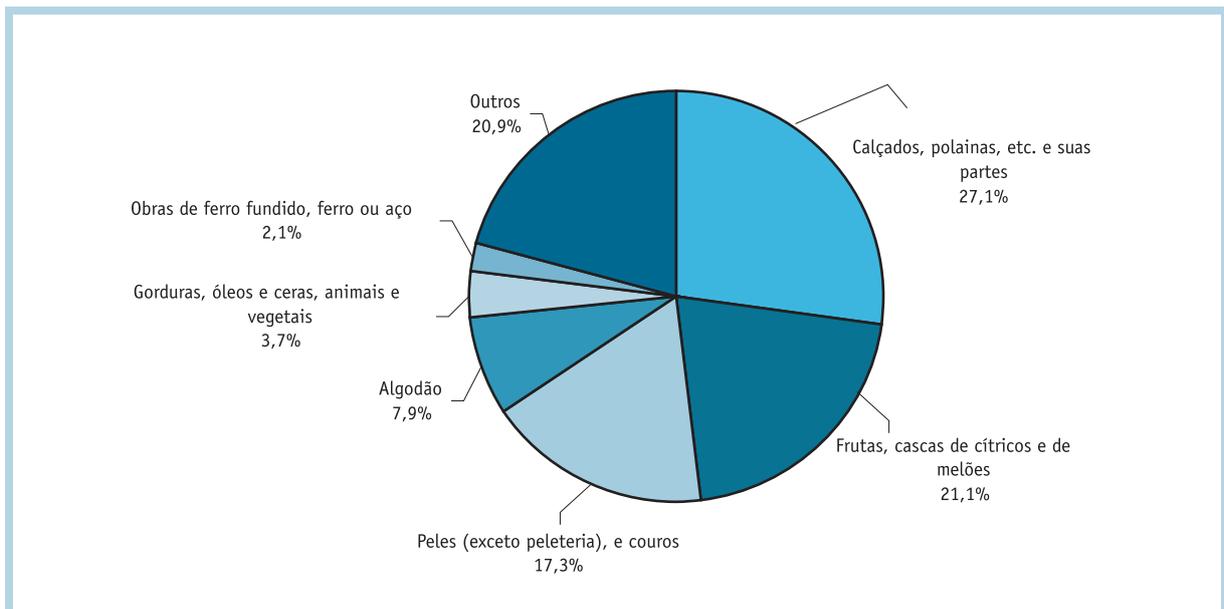


Gráfico 6 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará
 Fonte: (BRASIL, 2008c).

presentaram 54,3% do total, cerca de US\$ 701 milhões, com crescimento de 11,8% em relação ao primeiro semestre passado (Gráfico 7).

Alagoas é o estado nordestino que tradicionalmente apresenta a pauta de exportações mais

concentrada, e essa característica permaneceu no primeiro semestre de 2008. As exportações de açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 392,6 milhões), sozinhas, representaram 70,6% da pauta estadual. Nesse capítulo destaca-se o açúcar de cana em estado bruto: suas vendas alcançaram

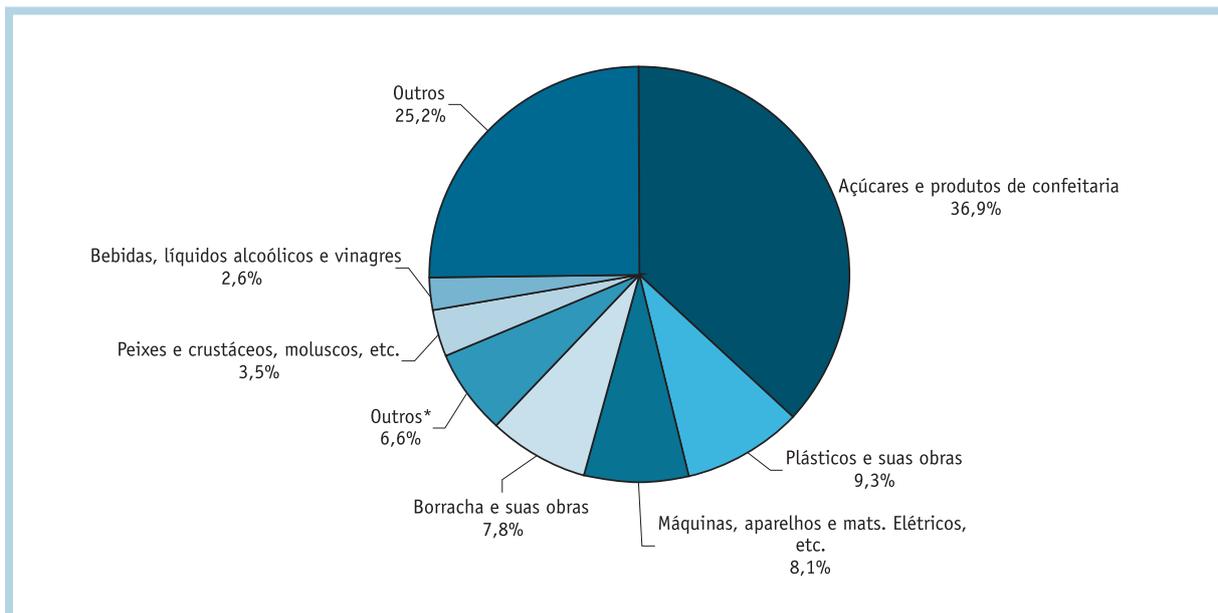


Gráfico 7 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Pernambuco

Fonte: (BRASIL, 2008c).

US\$ 292,7 milhões. Isso representa mais da metade do total exportado por Alagoas no período: US\$ 555,9 milhões, avanço de 15,7% sobre o valor de igual período de 2007. Os três principais capítulos das exportações estaduais (açúcares e produtos de confeitaria, bebidas, líquidos alcoó-

licos e vinagres e plásticos e suas obras) responderam por 96,9% do total exportado (Gráfico 8).

As exportações do Rio Grande do Norte, no período de janeiro a junho de 2008, totalizaram US\$ 164,9 milhões, com redução de 1,3% em re-

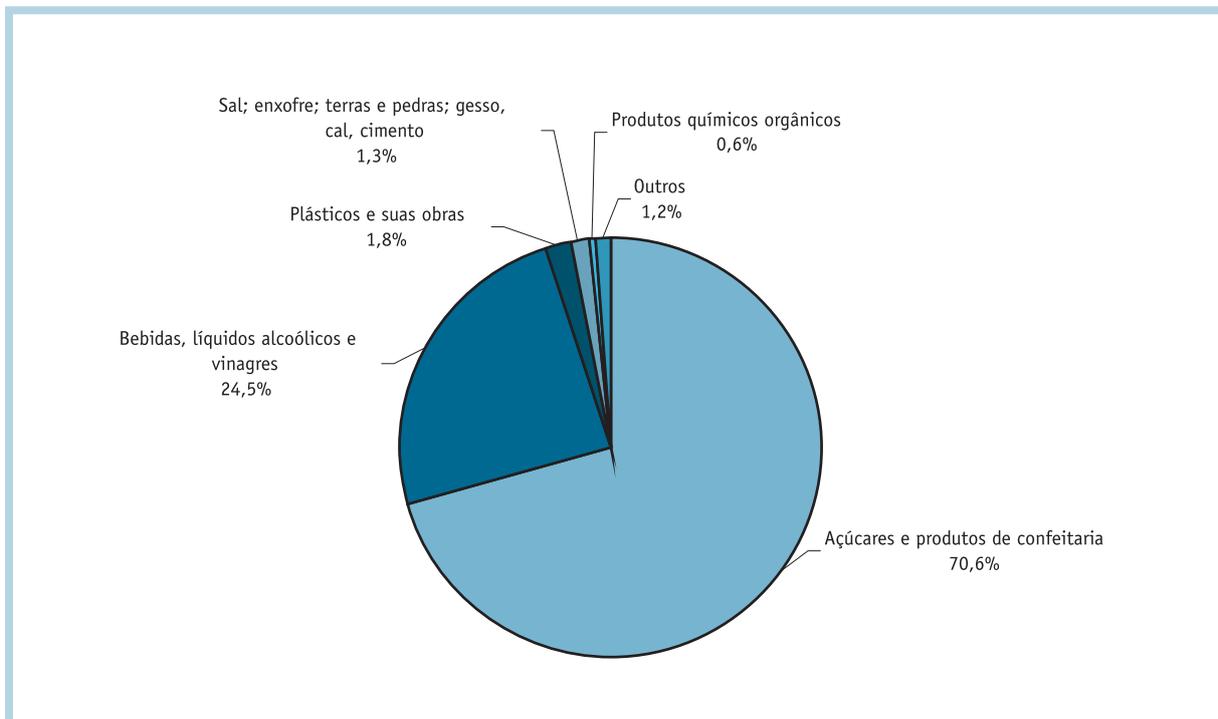


Gráfico 8 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas

Fonte: (BRASIL, 2008c).

lação a idêntico período de 2007. Foram monopolizadas pelo capítulo frutas, cascas de cítricos e de melões, com uma participação de 38,2% (US\$ 63 milhões) no total exportado. Os produtos de maior destaque nesse capítulo foram castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (US\$ 24,6 mi-

lhões) e melões frescos (US\$ 20,9 milhões). Além do capítulo já citado, destacaram-se açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 25,6 milhões) e peixes, crustáceos e moluscos (US\$ 23,2 milhões). Esses três capítulos juntos representaram 67,8% da pauta de exportações potiguaras (Gráfico 9).

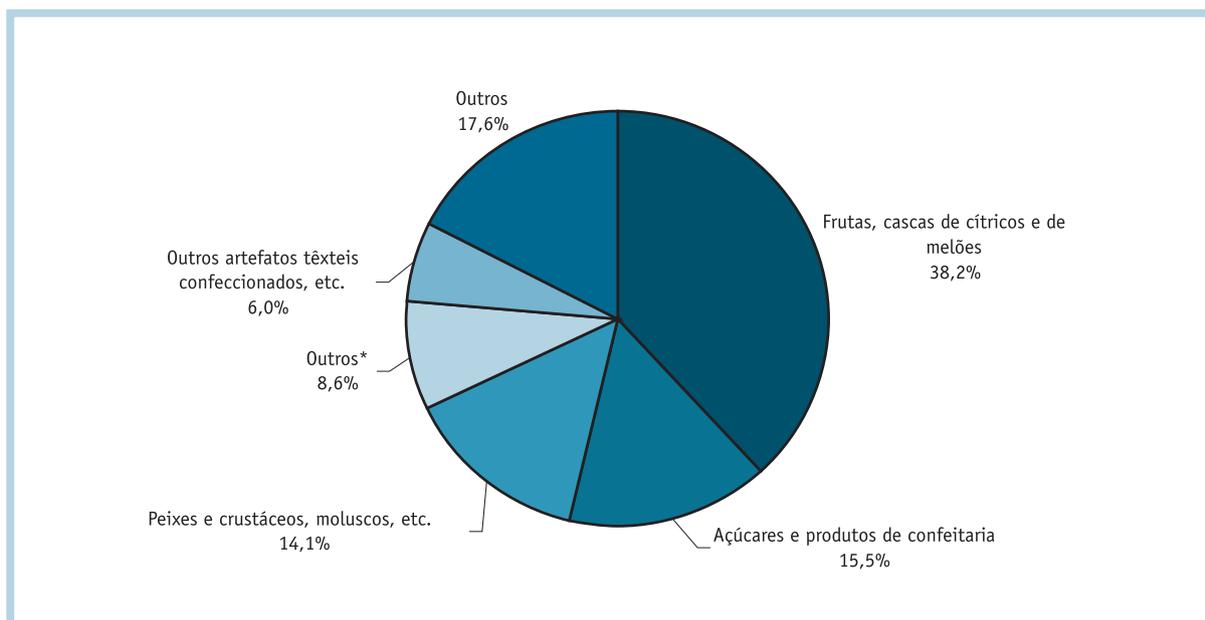


Gráfico 9 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande
 Fonte: (BRASIL, 2008c).

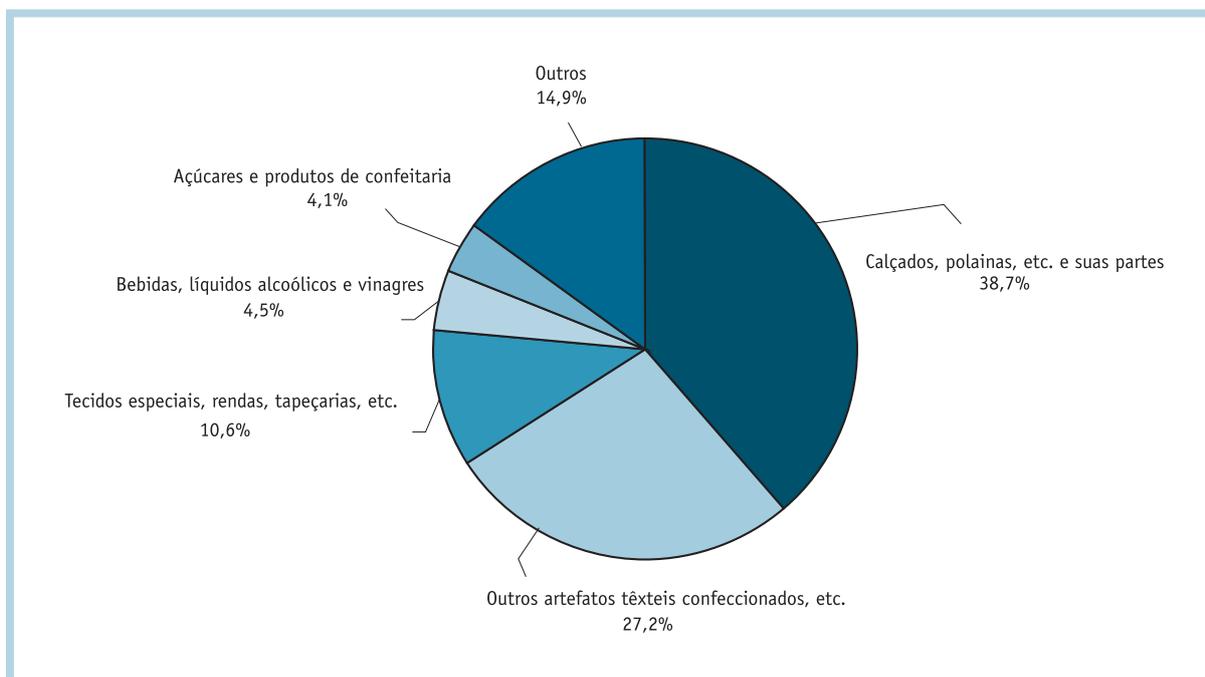


Gráfico 10 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Paraíba
 Fonte: (BRASIL, 2008c).

A Paraíba exportou US\$ 107,4 milhões no período de janeiro a junho de 2008, cifra 2,5% inferior à registrada no primeiro semestre de 2007. Teve sua pauta de exportações alicerçada nas indústrias de calçados, de confecções e têxtil, uma vez que o capítulo calçados, polainas, etc. e suas partes exportou US\$ 41,6 milhões no

período (38,7% das exportações estaduais); o capítulo outros artefatos têxteis confeccionados, etc. exportou US\$ 29,2 milhões (27,2%) e tecidos especiais, rendas, tapeçarias, etc. exportou US\$ 11,4 milhões (10,6%). Esses três capítulos responderam por 76,5% do total exportado pela Paraíba (Gráfico 10).

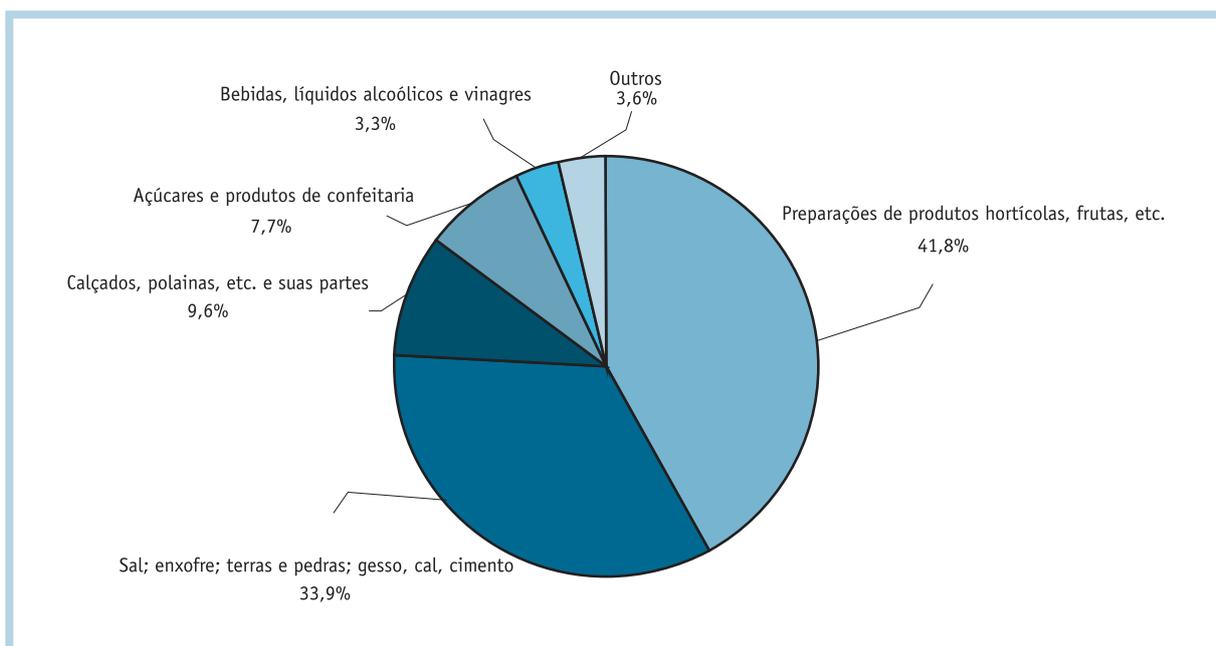


Gráfico 11 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Sergipe
 Fonte: (BRASIL, 2008c).

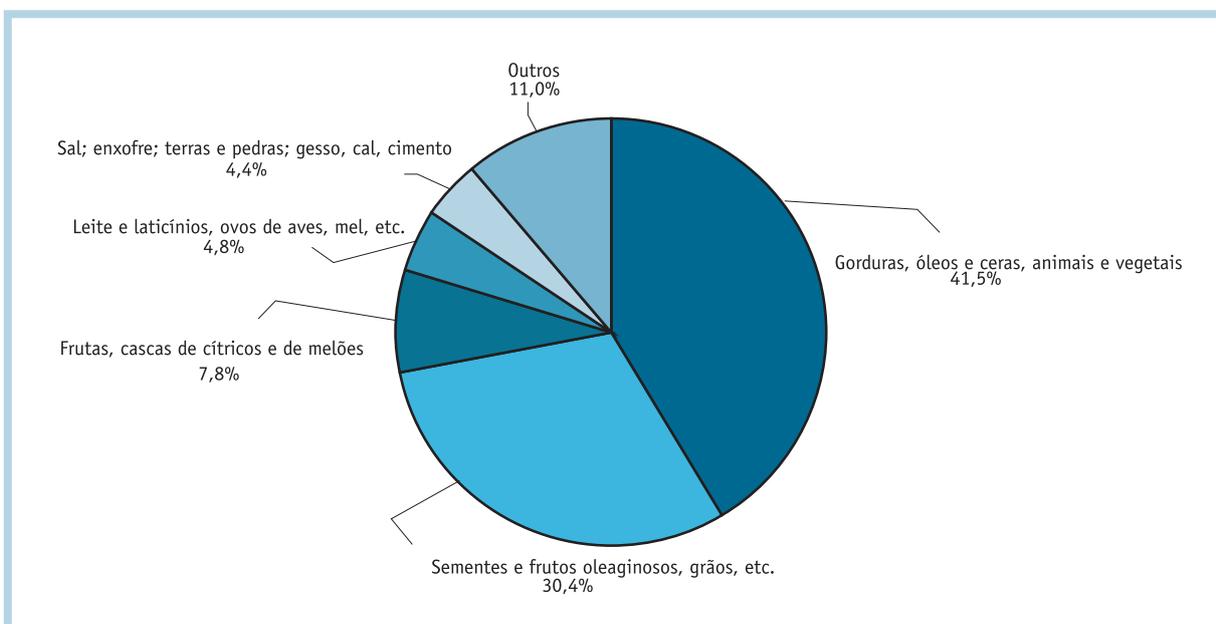


Gráfico 12 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí Jun. 2008)
 Fonte: (BRASIL, 2008c).

Sergipe exportou US\$ 65,3 milhões no primeiro semestre, registrando queda de 17,3% em relação ao mesmo período de 2007. As exportações ficaram concentradas em três produtos: sucos de laranja (US\$ 25,9 milhões), cimento portland comum (US\$ 12 milhões) e cimentos não pulverizados “clinkers” (US\$ 10,1 milhões). Os três principais capítulos da pauta de exportações de Sergipe – preparações de produtos hortícolas, frutas etc.; sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal, cimento; e calçados, polainas, etc. e suas partes – foram responsáveis por 85,3% do total exportado (Gráfico 11).

No Piauí, as exportações somaram US\$ 45,7 milhões no final do primeiro semestre de 2008. Basicamente, concentraram-se nos capítulos gorduras, óleos e ceras animais e vegetais (US\$ 18,9 milhões); sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. (US\$ 13,9 milhões) e frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 3,6 milhões). Em comparação com o mesmo período do ano anterior, as exportações do Piauí evoluíram 64,1%, o melhor desempenho em todo o Nordeste no período. O Piauí, entretanto, foi o estado de menor participação nas exportações regionais (Gráfico 12).

5.2.2 - Importações

Durante os seis primeiros meses de 2008, a região Nordeste importou US\$ 7.828,2 milhões, valor 56,7% superior ao do mesmo período de 2007, o que, sem dúvida, é resultado da apreciação da moeda nacional frente ao dólar americano.

Todos os estados nordestinos apresentaram avanço nas compras externas do primeiro semestre de 2008, com destaque – em termos de taxa de crescimento – para o Maranhão (122%), o Ceará (84,7%) e o Piauí (56,1%). As importações de Bahia, Alagoas e Paraíba foram as que menos cresceram em relação ao primeiro semestre de 2007: 32,3%, 27,1% e 21,4%, respectivamente. Entretanto, dadas as diferentes participações dos estados, cabe destacar o incremento absoluto do valor importado pelo Maranhão, US\$ 1,2 bilhão, e Bahia, US\$ 0,8 bilhão. Os dois estados foram

responsáveis por 70% das importações adicionais do Nordeste no primeiro semestre de 2008 relativamente a igual período de 2007.

A principal origem das importações nordestinas foi a Ásia, que participou com 22,9% do total importado, seguido pelos Estados Unidos com 13,2% e a União Européia, com 12,2%.

Dentre os países fornecedores de produtos para o Nordeste, destacaram-se os Estados Unidos, com 13,2% do total da pauta, seguidos por Argentina (10,7%), Índia (7,9%), Rússia (7,6%) e China (7,5%).

O principal produto importado foi o óleo diesel, que representou 20,7% da pauta. Destacaram-se ainda as naftas para petroquímica (7,9%) e os sulfetos de minérios de cobre (7,2%).

5.3 - Balanço de Pagamentos

No primeiro semestre de 2008, o déficit de transações correntes totalizou US\$ 17,4 bilhões, o que representa 2,5% do Produto Interno Bruto.

Somente em junho, observou-se uma retração de US\$ 2,5 bilhões, ante um superávit de US\$ 2,4 bilhões em junho de 2007 (Gráfico 13).

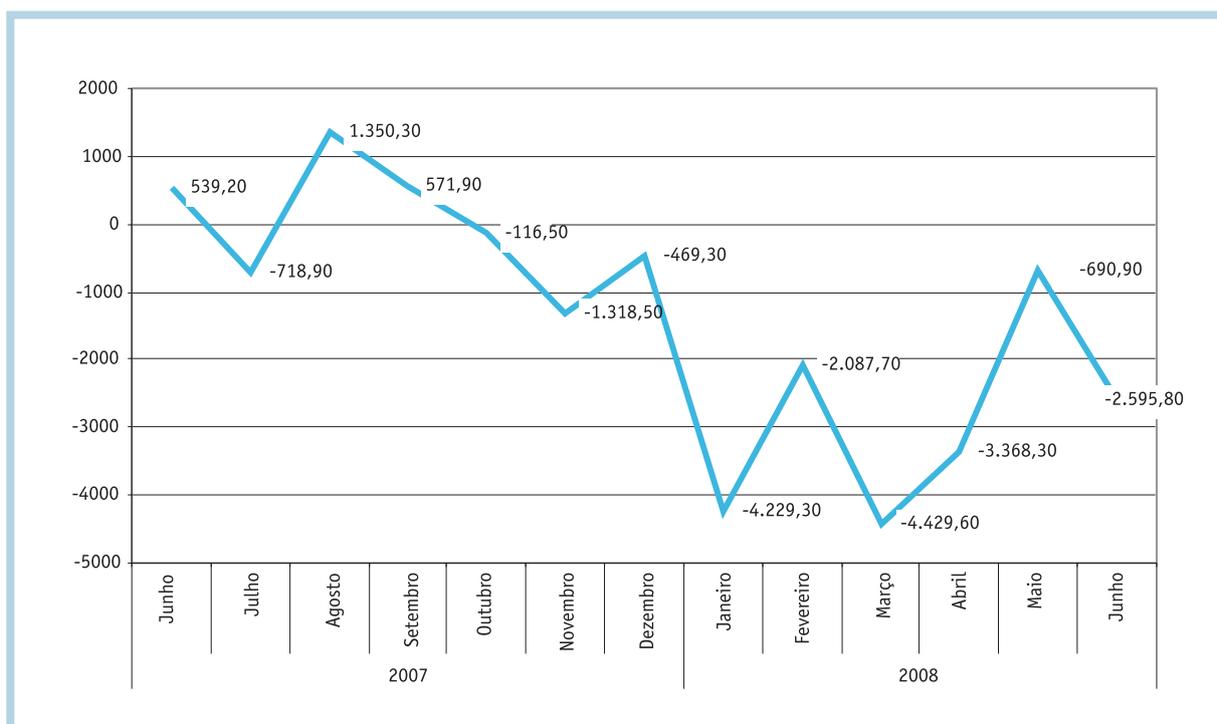


Gráfico 13 – Balanço de Transações Correntes – Jun/2007- Jun/2008

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a).

A relevante diminuição do superávit da balança comercial contribuiu decisivamente para esse resultado negativo. Os dados revelam um crescimento de 50,6% nas importações no período janeiro-junho, impulsionadas pelo câmbio apreciado e o dinamismo da demanda interna. Em contrapartida, as exportações alcançaram US\$ 90,6 bilhões – incremento de 23,8% em relação ao mesmo período de 2007.

De acordo com levantamento realizado pelo IEDI (2008a), a retração do superávit deveu-se, em grande medida, ao desempenho da balança comercial da indústria de transformação, que registrou um déficit de US\$ 1 bilhão, após seis anos consecutivos de superávit no acumulado dos seis primeiros meses dos anos respectivos. Esse resultado provocou uma queda de 44,8% no superávit total da conta comercial, apesar do incremento

Tabela 7 - Brasil – Balanço de Pagamentos – US\$ milhões

Discriminação	2007*			2008*	
	Jun	Jan-Jun	Ano	Jun	Jan-Jun
Balança Comercial (FOB)	3.819	20.577	40.027	2.718	11.349
Serviços e Rendas	-3.573	-20.107	-42.344	-5.635	-30.603
Transações Correntes	539	2.413	1.712	-2.596	-17.402
Conta Capital e Financeira	10.461	60.686	88.924	6.023	40.794
Conta Capital ^{1/}	-55	342	756	105	423
Conta Financeira	10.516	60.345	88.168	5.918	40.371
Erros e Omissões	-255	-1.489	-3.152	-809	-4.154
Variação de Reservas (- = Aumento)	-10.746	-61.610	-87.484	-2.618	-19.238
Resultado Global do Balanço	10.746	61.610	87.484	2.618	19.238
Transações Correntes/PIB (%)	-	0	0	-	-3
IED/PIB (%)	-	3	3	-	2

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b)

1/ Inclui transferências de patrimônio.

* Dados preliminares.

do excedente de outros subitens, como da agropecuária e da extração mineral.

No tocante à intensidade tecnológica, constatou-se uma elevação substancial do déficit dos setores de média-alta³⁷ e alta tecnologia³⁸. Por outro lado, os ramos de média-baixa³⁹ e baixa tecnologia⁴⁰ continuam assinalando superávit na balança comercial (Gráfico 14).

O aumento do déficit na conta serviços e rendas também foi decisivo para o resultado das transações correntes. No primeiro semestre, o déficit nesse subitem atingiu US\$ 30,6 bilhões, 52,2% superior ao de igual período de 2007. Vale destacar o grande incremento das remessas de lucros e dividendos de empresas multinacionais -- US\$ 14 bilhões na primeira metade de 2008, avanço de 76,5% em relação ao período corres-

pondente do ano anterior. Somente em junho, o incremento foi de 91,5%, em relação a junho de 2007 (Gráfico 15).

As expressivas remessas estão relacionadas com o aumento do estoque de capital estrangeiro no país, assim como com o crescimento econômico, que eleva a lucratividade das empresas. Adicionalmente, a valorização do real estimula a remessa de lucros e dividendos das empresas estrangeiras para seus países de origem. A crise internacional também contribui para a elevação das remessas, já que as grandes corporações necessitam cobrir os resultados adversos das operações nos países desenvolvidos.

O déficit em conta-corrente continua sendo amplamente financiado pelos resultados positivos da conta capital e financeiro, apesar do recuo

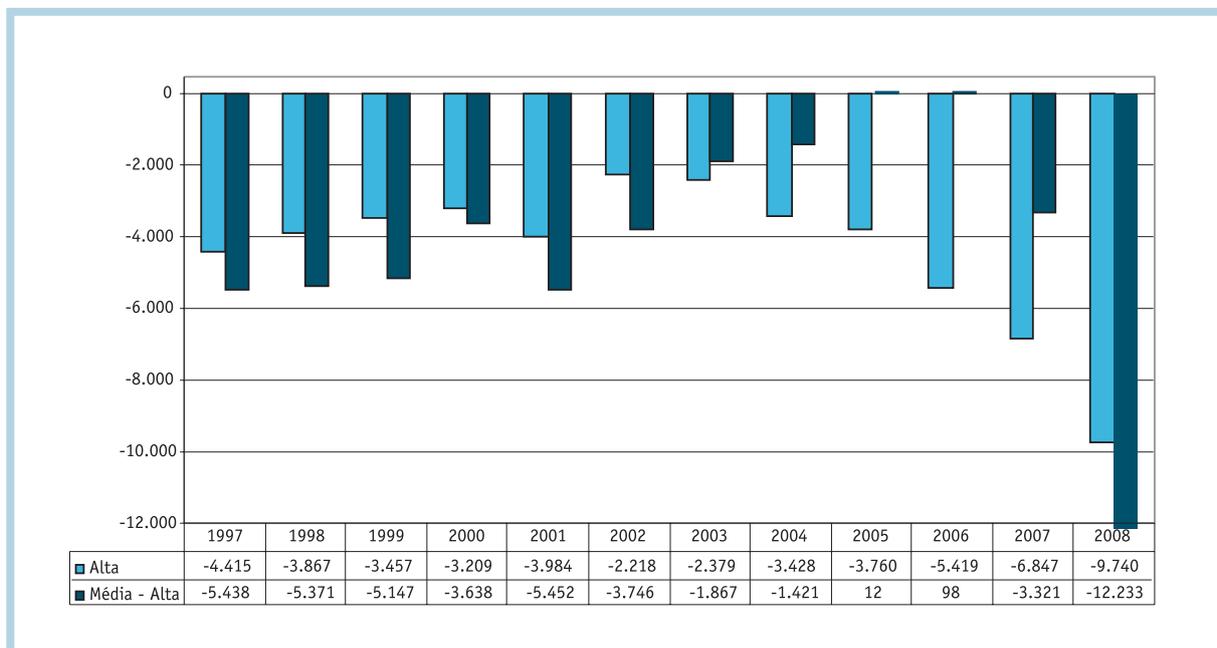


Gráfico 14 - Balança Comercial de Produtos da Indústria de Transformação - Alta e Média-Alta Tecnologia - Primeiro Semestre - US\$ Milhões FOB.

Fonte: (IEDI, 2008b).

37 São exemplos de produtos de alta tecnologia: instrumentos de precisão, áudio, telecomunicações e componentes; informática e escritório; farmacêutica; e aeronáutica.

38 São exemplos de produtos de média-alta tecnologia: automobilística; máquinas e equipamentos mecânicos; máquinas e equipamentos elétricos; e produtos químicos (exceto farmacêuticos).

39 São exemplos de produtos de média-baixa tecnologia: produtos metálicos; carvão, petróleo e refino; borracha e plásticos; outros minerais não- metálicos; e naval.

40 São exemplos de produtos de baixa tecnologia: têxtil, couro e calçados; madeira, papel e celulose; e alimentos, bebidas e tabaco.

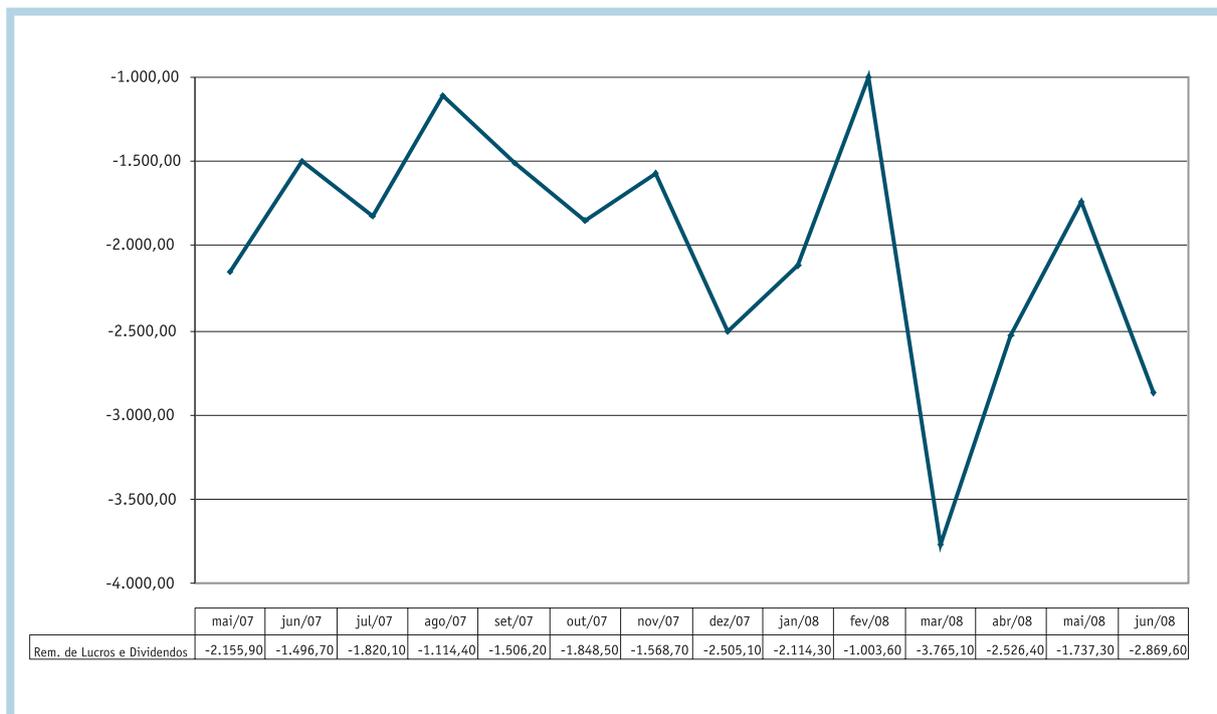


Gráfico 15 - Brasil. Remessa de Lucros e Dividendos - Mai/07 a Jun/08. US\$ Milhões

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a).

de 32,7% no superávit no acumulado dos seis primeiros meses do ano. A maior parte dos ingressos na primeira metade do ano resultou do relevante influxo de investimento direto estrangeiro (IDE), que alcançou US\$ 16,7 bilhões. Desse total, US\$ 10,7 bilhões estão vinculados à participação no capital e o restante refere-se a empréstimos intercompanhias (Gráfico 16).

No recorte setorial, os investimentos continuam sendo destinados principalmente ao setor serviços, que na primeira metade de 2008 recebeu US\$ 8,1 bilhões (48,6% do total). O segmento de serviços financeiros e atividades auxiliares foi o grande destaque desse setor, com aportes de US\$ 2,8 bilhões.

Em seguida aparecem os investimentos direcionados para o setor industrial, com ingressos de US\$ 6,5 bilhões no primeiro semestre de 2008. Esse valor foi 13,1% inferior ao de igual intervalo de 2007. O ramo de metalurgia básica continua sendo o maior receptor de IDE no setor industrial, apesar do recuo de 21,9% constata-

do nessa base de comparação. Já o segmento de papel e celulose apresentou a maior taxa de crescimento das atividades industriais contempladas com IDE. A concentração de investimentos nesses ramos está relacionada à significativa demanda asiática e à conjuntura de alta de preços internacionais. Destacam-se, do mesmo modo, as taxas positivas dos ramos de veículos automotores, reboques e carrocerias (99,3%) e de produtos alimentícios (129,2%) na primeira metade do ano, refletindo o já discutido dinamismo do mercado interno.

O setor que engloba as atividades de agricultura, pecuária e extração mineral foi o único a apresentar incremento no seis primeiros meses do ano comparativamente a correspondente período do ano anterior. Os segmentos de extração de minerais metálicos e extração de petróleo e gás natural absorveram 78,7% dos ingressos totais do setor.

Por outro lado, os investimentos de empresas brasileiras no exterior somaram US\$ 8,6 bilhões

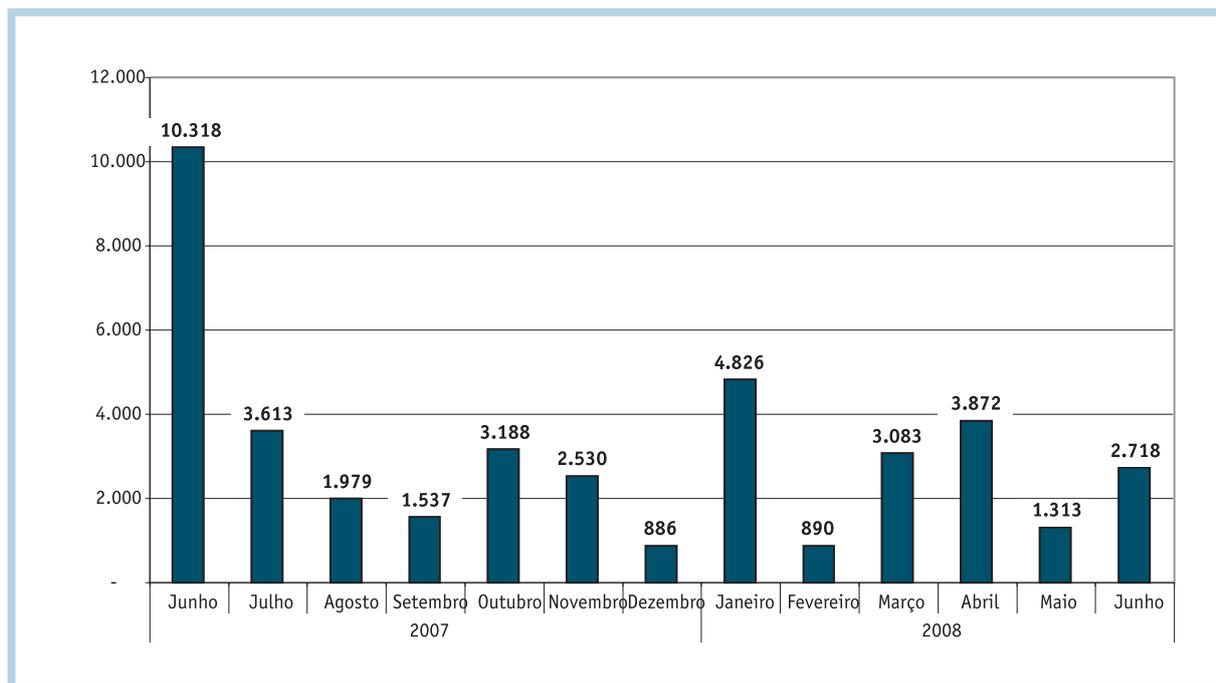


Gráfico 16 - Brasil. Investimento Direto Estrangeiro - Junho 07 a Junho de 2008 - US\$ Milhões
 Fonte: (IEDI, 2008b).

no primeiro semestre – maior valor registrado nesse intervalo pela série histórica iniciada em 1947. Esse movimento de internacionalização reflete o crescimento das vendas internacionais, que estimula as empresas brasileiras a instalar filiais próximas de seus principais mercados consumidores ou com boas perspectivas de expansão, ou mesmo, como base de matérias-primas.

Ademais, o ciclo de alta de preços de algumas *commodities* fortalece grupos exportadores brasileiros produtores desses bens, preparando-os para realizar grandes aquisições no exterior. É o caso da Petrobras, que recentemente comprou da petrolífera americana ExxonMobil a participação na Esso Chile Petrolera e em outras empresas chilenas associadas. Segundo a estatal brasileira, essa aquisição permitirá uma maior presença da companhia no segmento de distribuição de combustíveis na América Latina (GLOBAL 21, 2008). Vale destacar que a Petrobras já atua na Argentina, na Colômbia, no Paraguai e no Uruguai, com uma rede de cerca de mil postos de serviços.

Os investimentos de portfólio assinalaram ingressos de apenas US\$ 13,3 bilhões no primeiro semestre, bem abaixo dos US\$ 24,2 bilhões no mesmo período do ano anterior. A saída de investidores estrangeiros do mercado acionário brasileiro contribuiu sensivelmente para esse resultado. Já os investimentos em ações totalizaram US\$ 4,8 bilhões entre janeiro e junho de 2008, bastante inferior aos US\$ 7,6 bilhões investidos no primeiro semestre do ano anterior – queda de 36,8%. Os recursos para aplicações em títulos de renda fixa assinalaram recuo de 49% nessa mesma base de comparação, apesar das altas recentes da Selic (Tabela 8).

Em síntese, o resultado negativo da conta-corrente ainda está sendo financiado pelo excedente da conta capital e financeira, que decorre, sobretudo, da expressiva entrada de investimento direto estrangeiro. Esse fato possibilitou um resultado global do balanço de pagamentos de US\$ 19,2 bilhões na primeira metade do ano, garantindo a continuidade da elevação das reservas cambiais. Na posição de 30/06/08, elas

atingiram US\$ 200.827 milhões, com aumento proporcional de 10,7% em relação a 2/01/08 quando eram US\$ 181.378 milhões. O elevado nível das reservas cambiais, associado ao cres-

cimento econômico, garantiu a continuidade de elevação da trajetória favorável dos indicadores de endividamento externo, como destaca a Tabela 9.

Tabela 8 – Brasil – Investimentos Estrangeiros em Carteira – US\$ milhões

Discriminação	2007*		2008*	
	Jun	Jan-Jun	Jun	Jan-Jun
Total	4.786	24.179	405	13.283
Investimentos em Ações	486	7.584	-402	4.828
Negociadas no País	455	6.239	-277	5.167
Negociadas no Exterior (Anexo V - ADR)	31	1.345	-125	-339
Títulos de Renda Fixa	4.301	16.595	807	8.455
Negociados no País	2.919	12.512	907	10.171
Negociados no Exterior	1.382	4.083	-101	-1.716

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a).

* Dados preliminares

Tabela 9 – Brasil – Indicadores de Endividamento Externo

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007				2008
					Mar	Jun	Set	Dez	Mar
Serviço da Dívida/Exportações (%)	72,5	53,7	55,8	41,3	41,8	35,7	36,1	32,3	26,5
Serviço da Dívida/PIB (%)	9,6	7,8	7,5	5,3	5,3	4,5	4,4	3,9	3,3
Juros/Exportações (%)	19,4	14,8	12,2	10,8	10,6	9,8	9,7	9,5	9,5
Dívida Total/PIB (%)	38,8	30,3	19,2	16,1	16,2	16,1	15,7	14,7	15,0
Dívida Total do Setor Público/Dívida Total (%)	63,1	65,7	59,2	51,7	48,5	45,7	44,6	44,5	42,6
Dívida Total do Setor Público não Financeiro / Dívida Total (%)	55,7	57,0	51,7	44,2	42,2	38,3	36,7	36,4	34,5
Dívida Total Líquida/PIB (%)	27,3	20,4	11,5	7,0	5,3	2,4	1,4	- 0,9	- 1,2
Reservas (Liquidez)/Dívida Total (%)	22,9	26,3	31,7	49,7	60,2	76,9	83,4	93,3	96,8
Dívida Total/Exportações (%)	2,9	2,1	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2
Dívida Total Líquida/Exportações (%)	2,1	1,4	0,9	0,5	0,4	0,2	0,1	- 0,1	- 0,1
Reservas (Liquidez)/Serviço da Dívida (%)	0,9	1,0	0,8	1,5	1,8	2,7	2,9	3,5	4,4
Reservas (Liquidez)/Juros (%)	3,5	3,7	3,7	5,8	7,3	10,1	11,0	11,8	12,4

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a).

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 07 ago. 2008a.

_____. **Indicadores econômicos**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 26 mar. 2008b.

_____. **Relatório de mercado**, 04 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 abr. 2008c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível

em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 03 abr. 2008a.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 07 abr. 2008b.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2008c.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2008d.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2007.

FUNCEX. **Boletim de Comércio Exterior**, ano XII, n. 06, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso: 29 jul. 2008a.

_____. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 07 abr. 2008b.

_____. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 08 abr. 2008c.

_____. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 29 jul. 2008d.

GLOBAL 21. **Petrobrás fecha compra de fatia da Exxon no Chila**. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 09 ago. 2008.

IBGE. **Pesquisa industrial mensal**: produção física, fev. 2008.

IEDI. Saldo comercial da indústria de transformação volta ao déficit. **Carta IEDI**, n. 323. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 01 ago. 2008a.

_____. Saldo comercial da indústria de transformação volta ao déficit. **Carta IEDI**, n. 323. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 07 ago. 2008b.

SECEX; MDIC. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 01 abr. 2008a.

_____. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2008b.

_____. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 14 abr. 2008c.

_____. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2008d.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2007_e/appendix_e/a01a.xls>. Acesso em: 10 abr. 2008.

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 - Governo Federal

6.1.1 - Resultado Fiscal do Governo Central

O desempenho fiscal do Governo Central – que inclui o Tesouro Nacional, a Previdência Social e o Banco Central – registrou, no período de janeiro a maio de 2008, um superávit de R\$ 53,6 bilhões. Isso equivale a 4,7% do PIB estimado para o exercício, valor superior em 43,3% ao superávit de R\$ 37,4 bilhões observado no mesmo período de 2007. Em maio de 2008, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 5,5 bilhões, superando em 31% os R\$ 4,2 bilhões obtidos em maio de 2007. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 8,3 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 2,8 bilhões e R\$ 19,1 milhões, respectivamente.

As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos estados e municípios, cresceram 2,8% acima do incremento nominal do PIB no período (12,3%), refletindo o bom desempenho da economia, enquanto as despesas apresentaram decréscimo da mesma magnitude. As principais alterações promovidas em 2008 foram a extinção da CPMF e o aumento da alíquota do IOF com efeitos a partir de janeiro. Os maiores acréscimos na receita de impostos e contribuições vieram do Imposto de Importação (32,1%), do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (28,2%) e da Contri-

buição Social sobre o Lucro Líquido (28,1%). As demais receitas evoluíram 19,7%, em grande medida devido aos R\$ 3,2 bilhões a mais nos ingressos de concessões para exploração de petróleo e gás natural e serviços de telefonia móvel e de R\$ 2,6 bilhões em cotas-partes de compensações financeiras, decorrentes de elevações do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

Em comparação com o mês anterior, em maio, as receitas do Tesouro Nacional apresentaram redução, ao passo que houve incremento nas despesas, principalmente nas de capital. Em relação às receitas, constatou-se queda de R\$ 8,7 bilhões, efeito esse localizado na arrecadação do IRPF (R\$ 1,8 bilhão) – devido ao pagamento em abril da primeira cota ou cota única referente à declaração de ajuste de 2008, do IRPJ (R\$ 2,2 bilhões) e da CSLL (R\$ 1,8 bilhão) – decorrente, também em abril, do pagamento da primeira cota ou cota única referente à apuração trimestral, das cotas-partes de compensações financeiras (R\$ 2,5 bilhões), em função do recolhimento, em abril, da parcela trimestral da participação especial na exploração de petróleo e gás natural e da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (R\$ 1,7 bilhão), que integra os recursos para o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). Ainda no

tocante às receitas do Tesouro Nacional, houve pagamento de R\$ 1,5 bilhão por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel para exploração da banda de terceira geração (3G). Em contrapartida, ocorreu uma elevação da ordem de R\$ 1,2 bilhão nas despesas do Tesouro Nacional. Vale ressaltar, porém, que os dispêndios com investimento alcançaram maior dinamismo (R\$ 574,1 milhões, aumento de 38,7%) em relação aos desembolsos com demais despesas de custeio (R\$ 139,7 milhões, apenas 2% a mais).

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 8,9% (R\$ 8,6 bilhões) nos primeiros cinco meses de 2008 em comparação com o mesmo período de 2007. No entanto, em relação ao PIB, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram decréscimo de

0,3 ponto percentual no mesmo período, passando de 9,4% para 9,1% do PIB. Até maio de 2008, enquanto os gastos de custeio cresceram 6,7% em relação ao mesmo período de 2007, as despesas de capital expandiram-se 23,9%. O déficit do RGPS, no mesmo período, caiu de 1,7% para 1,3% do PIB.

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 15,3 bilhões, apresentando redução de 12,1% em relação aos R\$ 17,4 bilhões observados no mesmo período de 2007. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 8,7 bilhões (16,7%).

No acumulado do ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 20% do PIB, dos quais 9,5% correspondem à arrecadação de impostos,

Tabela 1 – Resultado Primário do Governo Central (*). Brasil, 2007-2008 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Janeiro-Maio		Variação (%) 2008/2007
	2007	2008	
I. RECEITA TOTAL	246.231,2	288.738,0	17,3
I.1. Receitas do Tesouro Nacional	193.806,8	227.504,8	17,4
I.2. Receitas da Previdência Social	51.907,5	60.560,0	16,7
I.3. Receitas do Banco Central	516,9	673,2	30,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	42.669,2	53.796,0	26,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	203.562,0	234.942,0	15,4
IV. DESPESA TOTAL	166.129,7	181.313,2	9,1
IV.1. Despesas do Tesouro	96.074,6	104.639,9	8,9
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	46.312,0	49.571,7	7,0
IV.1.2. Custeio e Capital	49.547,4	54.757,3	10,5
IV.1.3. Transferências do Tesouro Nacional ao Banco Central	215,2	310,9	44,5
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	69.304,9	75.852,8	9,4
IV.3. Despesas do Banco Central	750,2	820,5	9,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (III-IV)	37.432,4	53.628,7	43,3
V.1. Tesouro Nacional	55.063,1	69.068,8	25,4
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-17.397,4	-15.292,9	-12,1
V.3. Banco Central (3)	-233,3	-147,3	-36,9
VI. RESULTADO PRIMÁRIO / PIB	3,7%	4,7%	27,4

Fonte: (TESOURO NACIONAL, 2008d).

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

7,6% referem-se às contribuições e 2,9% são relativos às demais receitas. Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou

crescimento de 17,4% quando comparada com a do mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 193,8 bilhões para R\$ 227,5 bilhões.

6.1.2 - Dívida Pública Federal

A Dívida Pública Federal (DPF) aumentou 0,5% de maio para junho, passando de R\$ 1.337,2 bilhões para R\$ 1.343,4 bilhões, o que corresponde a um aumento nominal da ordem de R\$ 6,2 bilhões. Essa variação deveu-se à apropriação positiva de juros no valor de R\$ 12,9 bilhões, em parte compensada pelo resgate líquido de R\$ 6,7 bilhões. Com relação à participação da DPF no PIB, as estimativas do mercado são de manutenção de uma trajetória descendente. Nos últimos 12 meses essa relação teve uma redução de 3,5 pontos percentuais, passando de 43,9% em junho de 2007, para 40,4% em junho de 2008 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, [2008]b).

Em relação à composição da DPF, houve uma elevação de 0,1 ponto percentual na participação da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna

(DPMFi) de maio para junho, passando de 92,7% para 92,8%, o que em termos nominais corresponde a um aumento de R\$ 7,7 bilhões, passando de R\$ 1.239,6 bilhões para R\$ 1.247,3 bilhões. Em contrapartida, a Dívida Pública Federal Externa (DPFe) teve a sua participação reduzida no mesmo montante, passando de 7,3% em maio para 7,1% em junho. Com relação ao estoque da DPFe, houve um recuo de 1,5% em relação ao mês de maio, encerrando o mês de junho em R\$ 96,1 bilhões, sendo R\$ 74,1 bilhões referentes à dívida mobiliária e R\$ 22 bilhões alusivos à dívida contratual.

A parcela dos títulos com remuneração prefixada na DPMFi apresentou uma elevação de 0,5 ponto percentual, passando de 34,3% em maio para 34,8% em junho, sendo grande parte des-

Tabela 2 – Composição da Dívida Pública Federal em Poder do Público - R\$ Bilhões .

	dez/07	(%)	jun/08	(%)
DPF	1.333,76	100,00	1.343,41	100,00
DPMFi	1.224,89	91,84	1.247,29	92,85
Prefixados	456,97	34,26	433,65	32,28
Índice de Preços	321,65	24,12	347,97	25,90
Selic	409,02	30,67	429,76	31,99
Câmbio	11,61	0,87	10,39	0,77
TR	25,62	1,92	25,52	1,90
DPFe	108,88	8,16	96,12	7,15
Dólar	83,25	6,24	72,26	5,38
Euro	13,68	1,02	12,06	0,90
Real	10,88	0,82	10,86	0,81
Outros	1,08	0,08	0,94	0,07

Fonte: (TESOURO NACIONAL, 2008b).

Nota: DPF = Dívida Pública Federal; DPMFi = Dívida Pública Mobiliária Federal Interna; DPFe = Dívida Pública Federal Externa.

sa elevação explicada pela emissão líquida de R\$ 4,4 bilhões desses papéis. A participação dos indexados à taxa Selic caiu 0,9 ponto percentual, passando de 35,4% em maio para 34,5% em junho, devido, principalmente, ao resgate líquido de R\$ 13,5 bilhões desses papéis. A participação dos títulos remunerados pelos índices de preços passou de 27,4% em maio para 27,9% em junho, o que corresponde a uma elevação de 0,5 ponto percentual.

O custo médio mensal da DPF avançou de 12% a.a., em maio, para 13% a.a., em junho, resultado, sobretudo, do aumento do custo dos títulos indexados à taxa Selic. O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou de 14,2% a.a., em

maio, para 14,4% a.a., em junho, devido à maior variação dos seguintes indexadores: taxa Selic (0,96% ao mês, em junho, e 0,88% ao mês, em maio) e IGP-M (1,98%, em junho, contra 1,61%, em maio). No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi aumentou de 12,7% a.a., em maio, para 12,9% a.a., em junho, devido à maior variação dos índices de preços, em junho de 2008, comparados aos do mesmo mês do ano anterior. Vale ressaltar que o custo médio acumulado em 12 meses reflete melhor o financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo dos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.

6.1.3 - Necessidades de Financiamento do Setor Público

No período de janeiro a maio de 2008, o setor público, que inclui os governos central, estaduais e municipais, apresentou superávit nominal de R\$ 3,9 bilhões, significando que o superávit primário de R\$ 74,9 bilhões (6,5% do PIB) foi suficiente para cobrir as obrigações relativas ao pagamento

dos juros, que alcançaram o montante de R\$ 71 bilhões, ou 6,2% do PIB. A maior contribuição para o superávit primário veio do Governo Central, cujo montante alcançou R\$ 53,6 bilhões, correspondendo a 4,7% do PIB no período de janeiro a maio de 2008.

Tabela 3 – Necessidades de Financiamento do Setor Público. Fluxo Acumulado em 5 Meses (Jan./Maio)

Discriminação	Valor (Em R\$Milhões)			Variação (% do PIB)		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Nominal	17.495	7.857	(3.919)	1,9	0,8	(0,3)
Juros Nominais	64.206	67.884	71.031	7,0	6,7	6,2
Primário	(46.710)	(60.027)	(74.950)	(5,1)	(5,9)	(6,5)
Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social)	(31.654)	(38.642)	(53.610)	(3,4)	(3,8)	(4,7)
Empresas Estatais	(4.971)	(5.143)	(5.220)	(0,5)	(0,5)	(0,5)
Governos Estaduais e Municipais	(10.085)	(16.242)	(16.120)	(1,1)	(1,6)	(1,4)

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a).

As demais esferas de governo (estados, municípios e empresas estatais) geraram um superávit de R\$ 21,3 bilhões no período de janeiro a maio

de 2008, mantendo-o praticamente estável em relação ao mesmo período de 2007.

6.2 - Estados e Municípios do Nordeste

6.2.1 - Transferências Constitucionais

As transferências constitucionais são parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal destinadas aos estados, Distrito Federal e municípios, a exemplo dos fundos de participação dos estados (FPE) e dos municípios (FPM)⁴¹. O Nordeste recebe 52,4% do FPE e 35,2% do FPM.

Em 1989, os secretários estaduais de Fazenda e Finanças definiram um coeficiente para os estados, dentro dos parâmetros constantes do anexo da Lei Complementar n. 62, de 28/12/1989. A distribuição dos recursos do FPM com os municípios é feita de acordo com os respectivos números de habitantes estimados pelo IBGE, seguindo

o coeficiente municipal específico definido pelo Tribunal de Contas da União.

Três estados da região – Bahia, Pernambuco e Ceará – detêm as maiores participações do FPM (Tabela 5), proporcionalmente às respectivas populações. No caso do FPE, a esses três estados junta-se o Maranhão, que detém participação um pouco superior à de Pernambuco, conforme a Tabela 4.

O crescimento do FPE, comparando-se o primeiro semestre de 2008 com igual período de 2007, foi muito parecido com o do FPM: 21,4% e 22%, respectivamente.

Tabela 4 - Fundo de Participação dos Estados - FPE (R\$ mil)

UF	jan-jun/07	jan-jun/08	% Nordeste
Alagoas	666.941	809.691	7,9
Bahia	1.506.385	1.828.807	17,9
Ceará	1.176.241	1.428.000	14,0
Maranhão	1.157.211	1.404.897	13,8
Paraíba	767.749	932.076	9,1
Pernambuco	1.106.230	1.343.004	13,2
Piauí	692.800	841.085	8,2
Rio Grande do Norte	669.795	813.156	8,0
Sergipe	666.172	808.757	7,9
Nordeste	8.409.524	10.209.473	100,0

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008b).

⁴¹ Atualmente, as transferências via FPE e FPM correspondem, respectivamente, a 21,5% e 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A Emenda n. 55, de 22/09/2007, alterou o art. 159 da Constituição, determinando que anualmente deve ser repassado ao FPM mais 1% da arrecadação do IR e do IPI, a ser entregue no primeiro decêndio de dezembro. Desde março de 2007, 16,7% desses recursos são destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Tabela 5 - Fundo de Participação dos Municípios Nordeste - FPM (R\$ mil)

UF	jan-jun/07	%Nordeste 2007	jan-jun/08	% Nordeste 2008	var.%
Alagoas	399.948	6,7	484.070	6,7	21,0
Bahia	1.511.376	25,4	1.848.775	25,5	22,3
Ceará	878.072	14,8	1.063.240	14,6	21,1
Maranhão	699.580	11,8	849.956	11,7	21,5
Paraíba	542.688	9,1	657.676	9,1	21,2
Pernambuco	811.482	13,7	1.024.561	14,1	26,3
Piauí	445.349	7,5	506.683	7,0	13,8
Rio Grande do Norte	416.711	7,0	513.695	7,1	23,3
Sergipe	238.014	4,0	303.592	4,2	27,6
Nordeste	5.943.220	100,0	7.252.248	100,0	22,0

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008b).

As transferências de recursos são cruciais para os estados mais pobres. A relevância desses recursos pode ser vista ao se comparar os volumes de recursos oriundos do FPE e do FPM com os

recursos arrecadados via ICMS. Em 2007, os dois fundos juntos representavam 103,8% do ICMS arrecadado no Nordeste. No primeiro semestre de 2008, passaram a representar 137,4%.

6.2.2 - Transferências Voluntárias

No período de janeiro a junho de 2008, o Nordeste recebeu 33,2% das transferências voluntárias da União⁴² enquanto o Sudeste ficou com 37,6%, de acordo com a Tabela 6. Em 2007, essa situação era invertida, já que o Nordeste detinha 36,5% desse tipo de transferências e o Sudeste 30,6%.

Analisando-se as transferências voluntárias por estado do Nordeste (Tabela 7), comparan-

do janeiro-junho de 2008 com janeiro-junho de 2007, observa-se que, exceto Pernambuco e Sergipe, todos eles sofreram queda nas transferências. É interessante ver que, na mesma base de comparação, as transferências da União para os municípios também só decresceram em Pernambuco e Sergipe, com 7,5% e 0,6%, respectivamente.

Tabela 6 - Distribuição Regional das Transferências Voluntárias da União - Junho/08 (Valores em R\$ mil)

Região	Estados e Distrito Federal	% do Total	Municípios	% do Total	Total das Transferências	% do Total
Centro-Oeste	59.309	10,1	99.849	7,1	159.158	8,0
Nordeste	112.136	19,1	552.307	39,1	664.443	33,2
Norte	44.379	7,6	141.478	10,0	185.857	9,3
Sudeste	309.359	52,9	442.866	31,3	752.225	37,6
Sul	60.388	10,3	177.474	12,5	237.862	11,9
Total	585.571	100,0	1.413.974	100,0	1.999.545	100,0

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008a).

42 19,1% das Transferências Voluntárias da União para os estados e 39,1% das transferências da União para os municípios.

Tabela 7 - Distribuição das Transferências Voluntárias (TV) da União para o Nordeste (Valores em R\$ mil)

Discriminação	TV da União aos Estados			TV da União aos Municípios		
	jan-jun de 2007	jan-jun de 2008	var.%	jan-jun de 2007	jan-jun de 2008	var.%
Alagoas	10.242	7.656	-25,2	26.594	29.427	10,7
Bahia	18.110	17.085	-5,7	122.057	139.258	14,1
Ceará	15.817	9.923	-37,3	78.912	98.515	24,8
Maranhão	10.553	6.523	-38,2	69.750	70.444	1,0
Paraíba	37.957	19.047	-49,8	37.594	40.757	8,4
Pernambuco	26.505	34.587	30,5	84.100	77.788	-7,5
Piauí	41.321	6.760	-83,6	33.402	36.677	9,8
Rio Grande do Norte	7.652	6.794	-11,2	32.853	38.835	18,2
Sergipe	3.196	3.762	17,7	20.735	20.606	-0,6

Fonte: (SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL, 2008a).

No cômputo geral das transferências voluntárias da União (estados mais municípios), comparando-se ainda o período janeiro-junho de 2008 com janeiro-junho de 2007, os estados que sofreram perdas de recursos foram o Maranhão, com queda de 4,2%, Paraíba, com 20,8%, e Piauí, com 41,9%. No caso do Piauí, as transferências voluntárias para o estado caíram 83,6%, enquanto as transferências para os seus municípios cresceram apenas 9,8%.

As transferências voluntárias para os municípios no período janeiro-junho de 2008 concen-

tram-se em dois ministérios. Os ministérios da Educação (MEC) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome repassaram 93,6% do total das transferências aos municípios. Desse total, 55,2% vêm do MEC, que é quem mais fez transferências voluntárias para os estados: 46,9%. Analisando-se as transferências da União para os estados, observa-se que 89,6% delas estão concentradas nos ministérios da Educação, dos Transportes, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

6.2.3 - Arrecadação de ICMS

Quando a arrecadação de ICMS em 2007 é comparada com a de 2006, o Nordeste (6,7%) fica abaixo, em termos de variação, da média nacional (9%). Dois dos maiores estados nordestinos tiveram uma arrecadação bem abaixo da média da região: Ceará, 4,3%, e Bahia, 3,9%. As razões foram comentadas na Conjuntura Econômica n. 16.⁴³

Os dados de janeiro a maio de 2008, comparados com o mesmo período de 2007, apresentam

uma inversão de resultados entre a região Nordeste e a média nacional. Comparando-se referidos períodos, a arrecadação do Nordeste cresceu 17,3% e o total do Brasil, 16,4%.

A arrecadação em 2008 deverá ser maior que a de 2007, e se não houver mudanças estruturais nas arrecadações das regiões, o Nordeste deverá ter um crescimento maior que o da média nacional.

A arrecadação até maio de 2007, quando comparada com a arrecadação de 2007, foi perfei-

⁴³ Queda na arrecadação do ICMS, nos itens petróleo, combustíveis e lubrificantes, energia elétrica e outras arrecadações.

tamente bem distribuída, ou seja, cinco meses no ano representam 42% da arrecadação total. A arrecadação até maio de 2007, com relação ao total de 2007, representou 40% no Nordeste e 39% no Brasil.

Quando a arrecadação janeiro-maio de 2008 é comparada com o total arrecadado de 2007, nota-se que ela representa 47% para o Nordeste e 46% para o total do Brasil, confirmando a tendência de aumento de arrecadação em 2008, com relação a 2007.

Quando os dados da arrecadação de ICMS, em 2008, até maio, são comparados com o mesmo período de 2007, a situação do Ceará e da Bahia, que tiveram fraco desempenho em 2007, ficou acima da média regional. A arrecadação nos dois estados cresceu 21,1% e 19,5%, respectivamente, enquanto a arrecadação total do Nordeste foi de 17,3%, conforme pode ser visualizado na Tabela 8.

Outro estado que registrou bom desempenho foi Alagoas, com uma variação positiva de 20,6% na arrecadação.⁴⁴ Ficaram abaixo da média o Ma-

ranhão, com 13,1%, o Rio Grande do Norte, com 13,8%, Pernambuco, com 14,7% e Sergipe, com 7,9%. A queda proporcional da arrecadação de Sergipe foi a mais acentuada, já que sua variação representa apenas 46% da variação da média regional.

O crescimento da arrecadação no Ceará acima da média regional, comparando-se o período janeiro-maio de 2008 com janeiro-maio de 2007, deve-se à expressiva arrecadação no setor secundário (24,3%) e no subsetor petróleo, combustíveis e lubrificantes (45,7%)⁴⁵.

A Bahia, cuja arrecadação experimentou incremento acima da média regional, na comparação janeiro-maio de 2008 com janeiro-maio de 2007, registrou crescimento de 22,6% no setor terciário e de 21,8% no subsetor petróleo, combustíveis e lubrificantes.

O crescimento da arrecadação de Alagoas, que também ficou acima da média, no mesmo período, pode ser explicado pelo auspicioso desempenho dos seguintes segmentos: setor terciário, 21,8%; setor

Tabela 8 - Arrecadação de ICMS (Valores em R\$ mil)

Discriminação	Janeiro - Maio		Variação %	Participação em 2007	Participação em 2008 (%)
	2007	2008			
Maranhão	802.897	907.835	13,1	1,1	1,1
Piauí	457.980	543.790	18,7	0,6	0,6
Ceará	1.495.761	1.811.007	21,1	2,0	2,1
Rio Grande do Norte	783.229	891.237	13,8	1,1	1,0
Paraíba	661.938	776.351	17,3	0,9	0,9
Pernambuco	2.125.625	2.437.687	14,7	2,9	2,8
Alagoas	532.607	642.182	20,6	0,7	0,7
Sergipe	481.257	519.340	7,9	0,7	0,6
Bahia	3.497.347	4.180.190	19,5	4,7	4,9
Nordeste	10.838.641	12.709.619	17,3	14,7	14,8
Brasil	73.720.595	85.817.859	16,4	100,0	100,0

Fonte: (BRASIL, 2008).

⁴⁴ Cabe ressaltar que alguns dados ainda são provisórios. Em 2007, os dados são provisórios para Acre – janeiro e Ceará – fevereiro. Com relação ao período janeiro-maio de 2008, os dados são provisórios para a Paraíba – janeiro, o Distrito Federal – março e Amazonas e Piauí – maio.

⁴⁵ Em 2007, na comparação com 2006, houve uma queda de 13,9% na arrecadação desse subsetor, conforme comentado na Conjuntura Econômica n. 16, devido à redução das atividades da Lubnor, subsidiária da Petrobras, especializada na produção de lubrificantes.

secundário, 37,9%; petróleo, combustíveis e lubrificantes, 176,6%⁴⁶; e energia elétrica, 50,3%⁴⁷.

O comportamento da arrecadação de Sergipe, no período de comparação já referido, deu-se em decorrência de variações desfavoráveis no setor terciário que representa 48% do total do ICMS arrecadado e cresceu apenas 10,3%, no setor secundário (-2,2%) e no de energia elétrica, que responde por 11% da arrecadação do ICMS estadual e cresceu somente 7,7%.

Cabe ainda observar que o crescimento abaixo da média regional registrado em alguns estados, comparando-se janeiro-maio de 2008 com janeiro-maio de 2007, deve-se, em vários casos, à perda de arrecadação em pelo menos um de seus quatro maiores componentes: setor terciário, setor secundário e subsectores petróleo, combustíveis e lubrificantes e energia elétrica.

Na comparação da arrecadação do período janeiro-maio de 2008 com o período janeiro-maio de 2007, registraram-se reduções no setor terciário (1,9% no Piauí), no setor secundário (9,2% no Maranhão, 2,2% em Sergipe e 4,2% em Per-

nambuco) e no subsetor energia elétrica (0,5% em Pernambuco).

Os quatro grandes componentes do ICMS – setores terciário e secundário e subsectores petróleo, combustíveis e lubrificantes e energia elétrica – representam 93% do total arrecadado em 2007 e 95% do total arrecadado no período janeiro-maio de 2008, conforme explicitado na Tabela 9.

Analisando-se as três maiores economias da região, sobressai um dado interessante sobre a arrecadação no setor terciário. Em Pernambuco, por exemplo, o setor representa 55,4% da arrecadação total do ICMS em 2007 e 54,9% no período janeiro-maio de 2008. Na Bahia, o setor representa 39,2% e 38,8%, enquanto no Ceará corresponde a 39,7% e 44,5%, respectivamente. Se a arrecadação do setor terciário é uma boa *proxy* do comércio no âmbito estadual, isso quer dizer que Pernambuco tem uma dependência maior que Bahia e Ceará, para a arrecadação do seu principal tributo.

Analisando o setor secundário, ainda pela ótica da arrecadação do ICMS, a situação nos três

Tabela 9 - Participação dos Principais Itens na Arrecadação do ICMS

Discriminação	Setor Terciário		Setor Secundário		Petróleo, Comb. e Lubrificantes		Energia Elétrica	
	Total de 2007	Até maio de 2008	Total de 2007	Até maio de 2008	Total de 2007	Até maio de 2008	Total de 2007	Até maio de 2008
Maranhão	40,6	42,1	19,6	17,7	27,8	28,5	9,5	8,8
Piauí	45,2	40,0	13,5	13,6	26,0	28,4	12,1	11,3
Ceará	39,7	44,5	18,2	18,4	15,5	21,2	12,2	12,1
Rio Grande do Norte	48,1	52,6	24,4	20,5	1,8	4,0	8,6	9,0
Paraíba	48,8	48,7	16,4	18,4	22,5	21,3	10,8	11,1
Pernambuco	55,4	54,9	8,8	7,6	16,6	16,4	12,5	12,1
Alagoas	52,2	53,6	20,8	21,0	11,2	13,2	9,0	10,4
Sergipe	49,2	48,4	19,9	19,0	15,2	17,3	10,0	10,7
Bahia	39,2	38,8	21,6	22,1	25,1	26,3	11,0	10,5
Nordeste	45,1	45,7	17,9	17,6	19,3	21,0	11,1	10,9

Fonte: (BRASIL, 2008).

46 Em razão de valores atípicos nos meses janeiro a abril de 2007.

47 Em razão de valores atípicos nos meses janeiro, abril e maio de 2007.

já citados estados é inversa à do setor terciário. Enquanto no setor secundário a arrecadação de ICMS em 2007 no Ceará, em Pernambuco e na Bahia corresponde a 18,2%, 8,8% e 21,6% do total estadual, respectivamente, no período janeiro-maio de 2008 a arrecadação do tributo representou 18,4%, 7,6% e 22,1%, respectivamente. Isso mostra uma menor dependência do Ceará e da Bahia a apenas um setor produtivo. O interessante, também, é que Pernambuco é o

estado do Nordeste com a menor participação do setor secundário na arrecadação do ICMS.

A participação relativa do Nordeste no total de ICMS recolhido no país flutua entre 14% e 16%, conforme representado no Gráfico 1. Por outro lado, a população nordestina corresponde a 27,1% da população do Brasil. Esse é mais um dado que retrata a desigualdade espacial da riqueza em âmbito nacional.

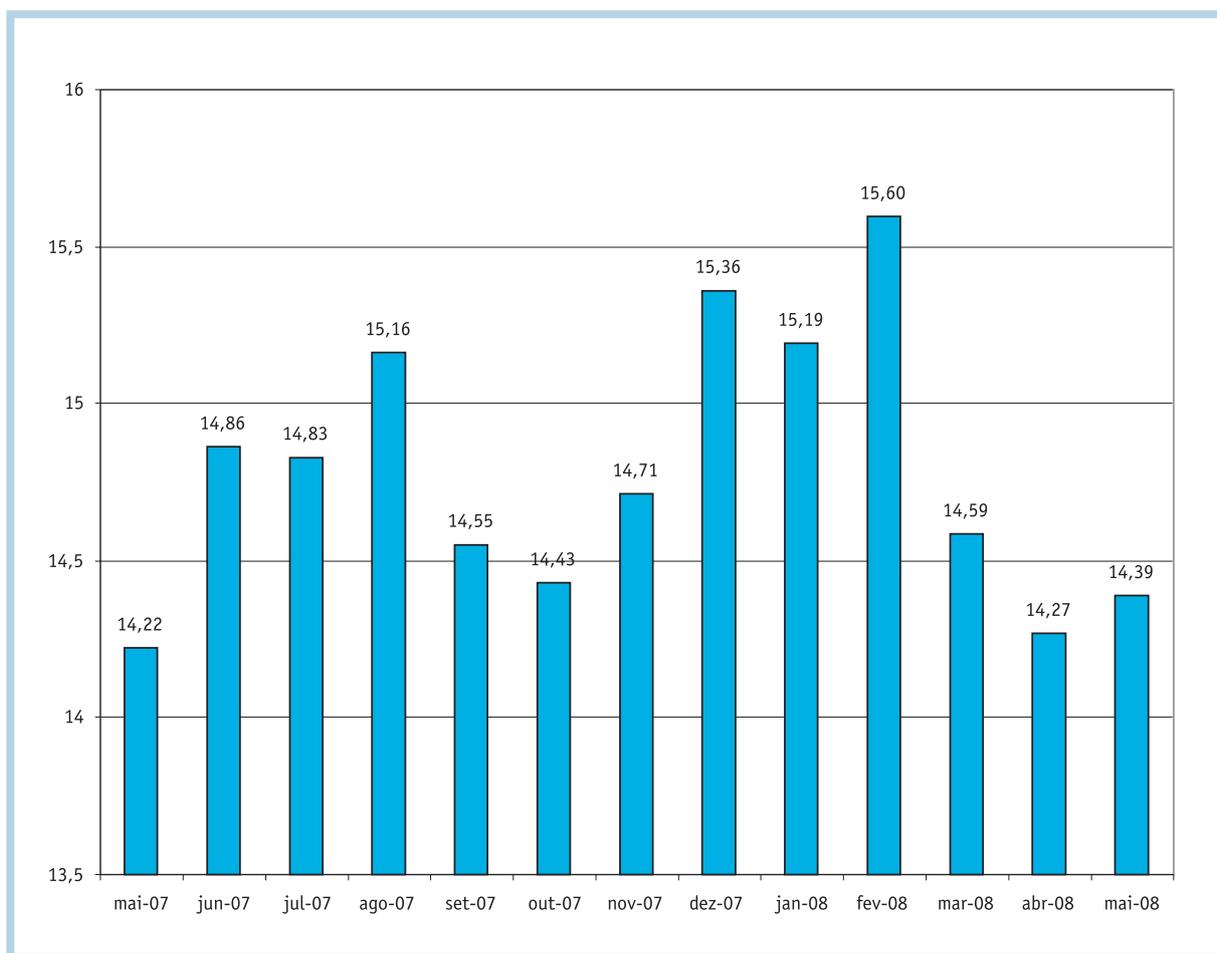


Gráfico 1 - Participação do Nordeste na Arrecadação de ICMS no Brasil - Maio/07 a Maio/08 - (%)
 Fonte: (BRASIL, 2008). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central**, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2008a.

_____. **Dívida líquida e bruta do governo: metodologia vigente a partir de 2008**. Disponível

em: <<http://www.bacen.gov.br/?DIVIDADLSP08>>. Acesso em: [2008]b.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/boletim/valores.asp>>. Acesso em: 21 jul. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (Confaz). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.asp>>. Acesso em: 21 jul. 2008.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 21 jul. 2008a.

_____. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 24 jul. 2008b.

TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 21 a 24 jul. 2008.

_____. **Relatório mensal da dívida pública federal**, jan. 2008a.

_____. **Relatório mensal da dívida pública federal**, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2008b.

_____. **Resultado do Tesouro Nacional**, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2008c.

7 - INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A intermediação financeira desempenha importante papel no funcionamento do sistema econômico, ao transferir recursos financeiros de agentes econômicos superavitários para agentes econômicos deficitários, sendo os primeiros remunerados por esse serviço.

Em períodos recentes, a intermediação financeira foi uma das atividades que mais cresceram na economia brasileira. Em âmbito nacional, o serviço é dominado, de forma preponderante, pe-

los bancos privados. Diferentemente, no Nordeste, o predomínio é dos bancos públicos.

No primeiro quadrimestre de 2008, o índice de crescimento real da intermediação financeira no Brasil foi mais de duas vezes superior à média do Nordeste. Como termômetro da atividade econômica, esse resultado sugere que a expansão da economia brasileira, no período considerado, deve estar acima do crescimento da economia nordestina.

7.1 - A Intermediação Financeira nas Contas Nacionais

No primeiro trimestre de 2008, a economia brasileira cresceu 5,8%, comparativamente ao mesmo período do ano passado, de acordo com informações divulgadas pelo IBGE. No conjunto das atividades objeto de levantamento, o segmento com maior índice de aumento foi a intermediação financeira e seguros (15,2%), vindo em seguida os serviços de informação (9,5%), construção civil (8,8%) e comércio (7,7%).

Por outro lado, uma análise pela ótica da demanda revela que o consumo das famílias (responsável por 62% do PIB) apresentou um incremento de 6,6%, no período considerado, o décimo oitavo crescimento consecutivo nessa base de comparação, resultado que foi influenciado, preponderantemente, pela elevação de 6,9% da massa salarial real e pela expansão, em termos nominais, de 33,7% no saldo das operações de

crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas.

Vale destacar, também, que a forte expansão registrada pelo segmento da construção civil no período analisado, a maior desde o segundo trimestre de 2004, foi bastante influenciada pelo aumento de 24,6%, em termos nominais, do crédito direcionado para o setor de habitação. Ademais, o próprio crescimento da intermediação financeira e seguros reflete, diretamente, a expansão de 29,2%, em termos nominais, do volume de recursos financeiros das operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres e direcionados.

A contribuição da intermediação financeira e seguros para os resultados da economia brasileira tem sido crescente, nos últimos anos. Esse aumento de sua representatividade deveu-se, den-

Tabela 1 - Brasil - Taxas de Crescimento Trimestrais de Atividades Seleccionadas com Maiores Resultados 2007 e 2008

Setor/Atividade Seleccionada	Variação em volume em relação ao mesmo período do ano anterior, em %				
	2007.I	2007.II	2007.III	2007.IV	2008.I
Intermediação financeira e seguro	9,3	9,4	13,3	20,0	15,2
Serviços de informação	7,3	7,0	8,6	8,9	9,5
Comércio	6,1	8,1	7,4	8,4	7,7
Construção civil	2,3	6,3	5,0	6,2	8,8
Indústria de transformação	3,1	7,4	5,7	4,0	7,3
PIB a preços de mercado	4,4	5,4	5,6	6,2	5,8

Fonte: (IBGE, 2008).

Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

tre outros motivos, à consolidação da estabilidade macroeconômica, à ampliação permanente e sustentada da demanda interna, ao aumento

dos investimentos e ao aperfeiçoamento dos mecanismos operacionais praticados pelo sistema financeiro nacional.

7.2 - Brasil - Depósitos e Operações de Crédito

No final de abril, o saldo dos depósitos totais do sistema financeiro nacional havia alcançado R\$ 1.693,6 bilhões, com expansão real de 18,8%, comparativamente à mesma posição no ano passado. Em decorrência do elevado incremento dos depósitos, o seu peso em relação ao PIB cresceu em períodos recentes. Em abril de 2007, por exemplo, essa participação era de 52,7%, passando para 60,1%, em abril último, ou seja, em

apenas 12 meses, houve avanço de 7,4 pontos percentuais.

Vale lembrar que os bancos privados continuam a registrar o maior incremento no saldo de depósitos. Entre abril de 2007 e de 2008, o aumento real foi de 22,9%, vindo em seguida os bancos federais, exceto o Banco do Brasil (16,8%), os bancos estaduais (15%) e o Banco

Tabela 2 - Brasil - Saldo Total de Depósitos, por Instituição Financeira-Abril de 2007 e 2008. Em R\$ Milhões Correntes

Instituição Financeira	Abril 2007	Abril 2008	Variação Real % ⁽¹⁾	Participação Abr/08, em %	Depó/PIB ⁽²⁾ Abr/07, em %	Depó/PIB ⁽²⁾ Abr/08, em %
Banco do Brasil	214.737	271.823	14,7	16,0	8,8	9,6
Caixa Econômica Federal	165.298	190.846	4,6	11,3	6,7	6,8
Bcos. Federais, exceto BB	6.869	8.856	16,8	0,5	0,3	0,3
Bancos Privados	846.972	1.148.927	22,9	67,8	34,5	40,8
Bancos Estaduais	57.611	73.164	15,0	4,3	2,3	2,6
Total	1.291.487	1.693.616	18,8	100,0	52,7	60,1

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b, 2008a). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

⁽¹⁾ Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

⁽²⁾ Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses, a preços do mês referido, a partir de dados anuais do IBGE, com base no IGP-DI centrado.

do Brasil (14,7%). Além de apresentarem o maior crescimento, os bancos privados também detêm a maior participação, sendo responsáveis, em abril, por 67,8% do saldo dos depósitos totais.

No final de abril, o saldo das operações de crédito alcançou R\$ 1.017,6 bilhões, expansão real de 18,6% comparativamente aos números registrados em abril do ano passado. Devido ao elevado incremento do saldo das operações de crédito, sua participação em relação ao PIB tem sido crescente, nos últimos períodos. Em dezembro de 2005, essa fração correspondia a 28,1%, evoluindo para 31,7% em abril de 2007, até atingir 36,1% em abril último, o que significa um aumento de 4,4 pontos percentuais em 12 meses.

A quase totalidade dos créditos concedidos pelo sistema bancário nacional é direcionada para o setor privado, que em abril absorveu 98,1% do total dos empréstimos, cabendo ao setor público uma parcela muito reduzida (1,9%), que, adicionalmente, apresentou uma taxa real de crescimento negativa de 6,9% no período sob análise.

A exemplo do que vem ocorrendo nos últimos dois anos, os empréstimos concedidos às pessoas físicas representam a principal fonte de crescimento das operações de crédito no país, por duas razões: detêm a maior parcela do total e apresentam a maior taxa de crescimento. Esse desempenho tem sido justificado pelas condições favoráveis de financiamento e da expansão da massa salarial, que estimulou uma demanda maior por empréstimos bancários das famílias, notadamente para aquisição de bens de consumo durável. A decomposição da taxa de crescimento real das operações de crédito (18,6%) mostra que os empréstimos concedidos às pessoas físicas responderam pela maior parcela da expansão (38,7%), vindo em seguida os empréstimos à indústria (28,6%), outros serviços (18,2%) e comércio (10,3%).

Por outro lado, o saldo das operações de crédito realizadas com recursos livres atingiu R\$ 725,5 bilhões, em abril último, representando um crescimento real de 22,2%, em relação ao mesmo mês do ano passado. As operações com recursos direcionados, efetuadas com recursos compulsórios

Tabela 3 - Brasil - Operações de Crédito do Sistema Financeiro Saldo para os Setores Público e Privado Abril de 2007 e 2008 - R\$ Milhões Correntes

Discriminação	Abril 2007	Abril 2008	Varição Real % (1)	Participação Abr/08, %	Ope/PIB (2) Abr/07, %	Ope/PIB (2) Abr/08, %
Setor Público (a)	18.991	19.510	-6,9	1,9	0,8	0,7
Gov. Federal	4.025	3.947	-11,2	0,4	0,2	0,1
Gov. Estad. e Municipais	14.966	15.563	-5,8	1,5	0,6	0,6
Setor Privado (b)	758.322	998.073	19,2	98,1	30,9	35,4
Indústria	175.151	237.369	22,8	23,3	7,1	8,4
Habitação	38.775	49.441	15,5	4,9	1,6	1,8
Rural	80.634	94.021	5,6	9,2	3,3	3,3
Comércio	79.877	104.541	18,5	10,3	3,3	3,7
Pessoas Físicas	256.251	343.165	21,3	33,7	10,5	12,2
Outros Serviços	127.635	169.536	20,3	16,7	5,2	6,0
Total Geral (a + b)	777.313	1.017.583	18,6	100,0	31,7	36,1

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(1) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(2) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses, a preços do mês referido, a partir de dados anuais do IBGE, com base no IGP-DI centrado.

Tabela 4 - Brasil - Saldo das Operações de Crédito, por Fonte de Recursos - Abril de 2007 e 2008
Em R\$ Milhões

Fonte de Recursos	Abril 2007	Abril 2008	Varição Real, % ⁽¹⁾	Participação Abr/08, %
Livres	537.593	725.485	22,2	71,3
Direcionados ⁽²⁾	239.720	292.098	10,4	28,7
Total	777.313	1.017.583	18,6	100,0

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

⁽¹⁾ Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

⁽²⁾ Refere-se a operações de crédito com recursos compulsórios ou governamentais.

ou governamentais, alcançaram R\$ 292,1 bilhões, com uma expansão real de 10,4%, no período considerado. Nesse último grupo, destacaram-se as operações financiadas pelo BNDES, que responderam por 58,2% das operações com recursos governamentais.

De outra parte, o aumento das operações de crédito em um ambiente de redução do custo médio tem proporcionado uma melhora na qualidade do crédito concedido. Assim, a inadimplência, definida pelas operações vencidas há mais de 90 dias, que em abril do ano passado representava 3,6% do saldo das operações de crédito, passou para 3,2%, em abril último. As operações de risco 1, assim classificadas aquelas com atraso de pagamento de 61 a 180 dias, também apresentaram uma leve redução na sua participação no saldo dos créditos concedidos, caindo de 5,8% para 5,1%, entre as duas posições consideradas. O mesmo ocorreu com as operações de risco 2, assim definidas aquelas com atraso superior a 180 dias, que caíram de 3,4% para 2,9%, e com o nível de provisões, que também apresentou um leve declínio, passando de 6,1% para 5,4%.

Cabe informar, ainda, que a qualidade do crédito concedido apresenta uma pequena diferenciação por instituição financeira, quando a análise é feita segundo a origem do capital. Dessa forma, o sistema financeiro público tem apresentado um nível de risco e de provisões ligeiramente acima dos níveis observados pelo sistema financeiro

privado nacional e pelo sistema financeiro estrangeiro, conforme pode ser visto na Tabela 5. Entretanto, esse resultado era de se esperar, considerando-se a ação diferenciada exercida pelos bancos públicos, que, além de operar nas regiões mais desenvolvidas e financiar as atividades mais rentáveis, também atuam junto a áreas e atividades econômicas mais carentes, de menor rentabilidade e maior risco, que muitas vezes não interessam aos bancos privados.

Convém informar, ainda, que o custo médio das operações de crédito (pessoa física e jurídica), que no final do ano passado havia atingido o nível mais baixo (33,8% a.a.) desde junho de 2000, voltou a subir em 2008, atingindo 37,4% a.a. em abril, refletindo a elevação da taxa básica de juros, por parte do Banco Central, como um dos instrumentos de política monetária para conter o recente aumento da inflação, que começou a se manifestar. Esse aumento no custo médio das operações de crédito foi maior para as pessoas físicas do que para as empresas.

Nada obstante, o prazo médio dos financiamentos concedidos praticamente não foi alterado no corrente ano. A última informação disponível, divulgada pelo Banco Central, mostra que, em abril, o prazo médio das operações de crédito referenciais para taxa de juros era de 370 dias, sendo de 298 dias para as pessoas jurídicas e de 457 dias para as pessoas físicas. A título de comparação, é oportuno registrar que em abril do ano

Tabela 5 - Brasil - Operações de Crédito do Sistema Financeiro Total: Público, Privado Nacional e Estrangeiro Qualidade do Crédito e Provisões, como % das Operações de Crédito

Meses/Discriminação	Risco Normal (a)	Risco 1 (b)	Risco 2º	Inadimplência (d)	Provisões (e)
1) Sistema Financeiro Total:					
2007 Jan	90,8	5,7	3,5	3,8	6,3
Mar	90,9	5,7	3,4	3,6	6,2
Abr	90,9	5,8	3,4	3,6	6,1
Jun	91,3	5,5	3,2	3,5	6,0
Set	91,5	5,4	3,1	3,4	5,7
Dez	91,9	5,1	2,9	3,2	5,5
2008 Jan	91,8	5,2	3,0	3,2	5,6
Mar	92,0	5,1	2,9	3,1	5,4
Abr	92,0	5,1	2,9	3,2	5,4
2008 Abr:					
2) Sist. Fin. Público	90,5	6,2	3,3	2,2	5,6
3) Sist. Fin. Privado Nacional	93,1	4,4	2,5	3,8	5,4
4) Sist. Fin. Estrangeiro	92,1	4,8	3,1	3,4	5,0

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Segundo o BACEN, a qualidade do crédito obedece à seguinte classificação:

(a) Operações classificadas nos níveis de risco AA a C (operações em dia e com atraso de pagamento até 60 dias);

(b) Operações classificadas nos níveis de risco D a G (atraso de pagamento de 61 a 180 dias); c) Operações classificadas no nível de risco H (atraso de pagamento superior a 180 dias); (d) Total de crédito vencido há mais de 90 dias; (e) Provisões são exigidas a partir do nível de risco A.

passado, o prazo médio das operações de crédito era de 311 dias (241 dias para pessoas jurídicas e 389 dias para pessoas físicas).

Ainda de acordo com o Banco Central, as operações de crédito referenciais para taxa de juros, concedidas para as pessoas físicas, continuam concentradas, basicamente, em apenas duas modalidades. No final de abril último, o crédito pessoal (inclui operações consignadas em folha de pagamento e exclui cooperativas) respondia por 43,4% do total, vindo em seguida a aquisição de bens (notadamente veículos e outros bens), com

37,2%. Essas duas modalidades concentraram 80,6% do total dos empréstimos concedidos às pessoas físicas. As demais categorias, como cheque especial, financiamento imobiliário e cartão de crédito, tiveram participações modestas.

Para as pessoas jurídicas, a maior parcela do saldo das operações de crédito referenciais para taxa de juros, no final de abril, estava direcionada para o financiamento de capital de giro, com 37,6% do total, vindo em seguida a conta garantida (13,8%), os adiantamentos sobre contrato de câmbio (10,3%) e os repasses externos (9,2%).

7.3 - Nordeste - Depósitos e Operações de Crédito

No final de abril, o saldo dos depósitos mantidos pela rede bancária do Nordeste alcançou o montante de R\$ 78 bilhões, registrando um aumento real de 8,5% em relação à mesma posição, no ano passado. Como essa variável vem

crescendo acima do ritmo de expansão da economia nordestina, sua participação no PIB tem se elevado nos últimos períodos. Assim, segundo estimativas, a relação saldo dos depósitos bancários/PIB, que em dezembro de 2006 havia

atingido a marca de 21,3%, evoluiu para 23,3%, em abril último.

Embora positivos, os resultados regionais dessa variável ficaram um pouco abaixo do seu desempenho em âmbito nacional. Conforme mencionado no início deste capítulo, no período sob análise, o saldo dos depósitos do sistema bancário nacional apresentou um incremento real de 18,8% (mais de duas vezes o crescimento regional), enquanto sua participação no PIB do país foi de 60,1% (quase três vezes a média regional).

Além dessas diferenças de desempenho e de participação, há uma outra, que diz respeito à estrutura da origem do capital. Assim, enquanto para o Brasil os bancos privados respondiam, no final de abril, por 67,8% dos depósitos, no Nordeste essa posição era invertida, sendo os bancos públicos responsáveis pela maior parcela dos depósitos (66%). Se, por um lado, esses resultados revelam, para as regiões mais adiantadas do país, uma maior integração dos agentes econômicos e um maior envolvimento com a intermediação financeira, de outro mostram o quanto essa atividade pode expandir-se no Nordeste, notadamente por parte dos bancos privados.

Em termos de desempenho por tipo de instituição financeira, o maior crescimento real do saldo dos depósitos, no período considerado, foi obtido pelos bancos estaduais (24,7%), vindo em seguida a Caixa Econômica (12,3%), os bancos federais, exceto o Banco do Brasil (10,1%) e o Banco do Brasil (8%). A menor expansão foi registrada pelos bancos privados (5%). A propósito, e de modo contrário, nacionalmente o maior crescimento real dos depósitos bancários foi registrado pelos bancos privados (22,9%).

Por outro lado, o estoque das operações de crédito do Nordeste, no final de abril, atingiu R\$ 52,5 bilhões, acusando um aumento real de 9%, comparativamente ao mesmo mês de 2007. Se-

gundo estimativas, referido valor correspondeu a 15,7% do PIB regional, um pouco acima da participação registrada no final de 2006 (13,5%).

Mais uma vez, a comparação dessa variável, em termos de desempenho e de participação, revela diferenças em âmbitos nacional e regional. Como se recorda, o crescimento real das operações de crédito do país, no período analisado, foi de 18,6% (mais de duas vezes a expansão regional), enquanto a relação operações de crédito/PIB nacional foi de 36,1%, em abril último (quase três vezes a média regional).

No final de abril deste ano, as instituições financeiras públicas respondiam pela maior parcela do saldo das operações de crédito do Nordeste, ficando com 63% do total, cabendo a parcela restante aos bancos privados (37%). No Brasil, essa posição era invertida, ou seja, a maior parcela cabia aos bancos privados (71,3%), ficando a parcela restante com os bancos públicos (28,7%).

No período analisado, o maior crescimento real das operações de crédito ficou por conta dos bancos estaduais (28,2%), vindo em seguida o Banco do Brasil (11,7%), a Caixa Econômica (9,2%) e os bancos privados (7,3%). A menor expansão real das operações de crédito foi observada entre os bancos federais, exceto o Banco do Brasil (4,5%).

Vale informar, ainda, que mais da metade do saldo das operações de crédito no Nordeste, no final de abril, era representada por operações de curto prazo (empréstimos e títulos descontados). As operações de longo prazo (financiamentos industriais, comerciais, rurais e imobiliários) responderam por 36,6% do total, ficando a parcela restante (9,6%) com outros créditos (financiamentos de títulos e valores mobiliários, financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento e provisões para operações de crédito). No Brasil, a participação das operações de crédito de longo prazo era um pouco menor (32,9%), sendo sig-

**Tabela 6 - Nordeste - Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira
Posição em Final de Mês - R\$ Milhões Correntes**

Discriminação/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bcos.Federais, exceto BB	Bancos Privados	Bancos Estaduais	Total
Depósitos						
Abril de 2007	21.610	16.541	2.884	22.869	1.211	65.115
Abril de 2008	25.772	20.508	3.505	26.518	1.666	77.969
Variação real, em % (*)	8,0	12,3	10,1	5,0	24,7	8,5
Participação abr/08, em %	33,1	26,3	4,5	34,0	2,1	100,0
Operações de Crédito						
Abril de 2007	14.284	7.948	4.447	16.404	517	43.600
Abril de 2008	17.617	9.580	5.132	19.429	732	52.490
Variação real*, em %	11,7	9,2	4,5	7,3	28,2	9,0
Participação abr/08, em %	33,6	18,3	9,8	37,0	1,4	100,0

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

nificativamente menor a participação das operações de curto prazo (35,6%), enquanto o peso dos outros créditos (31,4%) correspondia a mais de três vezes a participação regional.

No que respeita às taxas de variação proporcional dos saldos de operações de crédito, o

maior crescimento real, no período sob comentário, ficou por conta dos financiamentos agroindustriais (50,2%), vindo em seguida os aumentos experimentados pelos empréstimos e títulos descontados (17,6%), financiamentos imobiliários (17,1%) e financiamentos rurais (3,3%).

Tabela 7 - Nordeste - Discriminação das Principais Operações de Crédito Abril de 2007 e 2008 - Saldos em R\$ Milhões Correntes

Discriminação	abr/07	abr/08	Variação Real, em % (*)	Participação Abr/08, em %
Operações de Crédito	43.600	52.490	9,0	100,0
Empréstimos e Títulos Descontados	21.704	28.181	17,6	53,7
Financiamentos	7.404	7.688	-6,0	14,6
Financiamentos Rurais	4.900	5.588	3,3	10,6
Financiamentos Agroindustriais	155	257	50,2	0,5
Financiamentos Imobiliários	4.441	5.743	17,1	10,9
Outros Créditos	4.996	5.033	-8,8	9,6

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

7.4 - BNB - Depósitos e Operações de Crédito

No final de abril, o saldo dos depósitos do Banco do Nordeste (BNB) havia alcançado o montante de R\$ 3,6 bilhões, representando um aumento real de 17,1% em relação ao mesmo mês de 2007,

resultado mais de duas vezes superior à expansão relativa verificada para o saldo dos depósitos bancários da Região. Em função desse desempenho, a participação dos depósitos do BNB no

total do Nordeste, que em abril de 2007 atingiu 4,2%, passou para 4,6%, em abril último.

De outra parte, o estoque de crédito concedido pelo BNB, em abril, alcançou o valor de R\$ 5,5 bilhões, significando um crescimento real de 15,2%, comparativamente à mesma posição, em 2007. Convém registrar que o aumento do saldo das operações de crédito do BNB, no período considerado, ficou bem acima da média regional (9%), ao tempo em que sua participação, no total das operações de crédito do Nordeste, que era de 9,9%, em abril do ano passado, evoluiu para 10,5%, em abril do corrente ano.

Diferentemente do sistema bancário nordestino, que em abril último havia destinado mais da metade (53,7%) dos seus créditos para operações de curto prazo, o Banco do Nordeste, principal órgão de fomento regional, portanto com uma ação diferenciada, direcionou mais da metade dos seus créditos para operações de longo prazo (53,4%), cabendo às operações de curto prazo uma parcela menor (23,4%).

Essa característica de atuação no longo prazo fica mais nítida quando são acrescentadas às contas do BNB as operações de crédito concedidas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)⁴⁸. Com essa inclusão, as operações de longo prazo, no final de abril, representavam 81,1% do total dos créditos concedidos, que na referida data alcançaram o volume de R\$ 24,8 bilhões, com um crescimento real de 6,7% sobre o mês de abril de 2007. Vale informar que, do referido valor, o FNE participou com mais de três quartos (77,9%), sendo hoje a principal fonte de recursos de longo prazo do BNB.

Ademais, as operações de crédito financiadas com recursos do BNB e do FNE corresponderam a

34,6% de todo o crédito concedido no Nordeste, considerada a posição de abril último. Em termos mais específicos, referido conjunto foi responsável por 73,2% dos financiamentos concedidos à agroindústria e por 79,9% de todos os financiamentos rurais realizados pelo sistema bancário regional.

Nos cinco primeiros meses do corrente ano, o BNB contratou 130 mil operações com recursos do FNE, representando um aporte de novos investimentos para a economia nordestina da ordem de R\$ 1.538,4 milhões (a preços de maio). No mesmo período, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) contratou, através do BNB, 118,8 mil operações, correspondendo a um ingresso líquido de recursos para a Região no montante de R\$ 301,6 milhões (a preços de maio).

A propósito, convém registrar que a Medida Provisória 432, de 27/05/2008, estabeleceu um conjunto de benefícios, especialmente para os tomadores de empréstimos do Pronaf. Entre outros, poderão repactuar as dívidas vencidas em condições mais favorecidas, como prazo adicional para pagamento, desconto para quitação do saldo devedor, repactuação dos encargos por atraso e alteração de encargos prefixados para pós-fixados. Essas medidas também beneficiam os produtores. Essa iniciativa faz parte da estratégia do Governo Federal para aumentar a produção de alimentos, com melhor adequação da capacidade de pagamento dos agricultores.

Uma outra linha de ação em que o BNB tem apresentado bons resultados diz respeito às aplicações do Crediamigo, programa de microcrédito produtivo orientado para pequenos empreendimentos. No primeiro semestre de 2008, foram contratadas 453,5 mil operações de crédito, sig-

48 O BNB é o gestor oficial do FNE. Entretanto, por determinação legal, o sistema contábil do BNB não inclui as operações do FNE, que possui um sistema contábil independente e também não figura no sistema de acompanhamento do Banco Central/SISBACEN.

nificando um aporte adicional de recursos na economia nordestina da ordem de R\$ 462,5 milhões, resultando num valor médio de R\$ 1.019,94 por empréstimo realizado. Ademais, a partir de primeiro de novembro, o programa Crediamigo será expandido para a cidade do Rio de Janeiro, me-

dante celebração de convênios com entidades que já operam microcrédito naquele município. Desde quando foi criado, em 1998, o Crediamigo realizou 4,5 milhões de operações de empréstimo, atingindo 849,2 mil clientes. A meta é alcançar um milhão de clientes, até 2.011.

Tabela 8 - Nordeste - Discriminação das Principais Operações de Crédito - Saldos em Abril de 2007 e 2008 R\$ Milhões Correntes. Em R\$ milhões correntes

Discriminação	BNB (a)	FNE (b)	BNB + FNE (c) = (a) + (b)	SISBACEN (d)	Sistema Financeiro (e) = (b) + (d)	Relações em %	
						a/d	c/e
Abril de 2007							
Total das Operações de Crédito	4.318	16.746	21.064	43.600	60.346	9,9	34,9
Empréstimos e Títulos Descontados	582	340	922	21.704	22.044	2,7	4,2
Financiamentos	969	2.776	3.745	7.404	10.180	13,1	36,8
Financiamentos Rurais	1.664	11.841	13.505	4.900	16.741	34,0	80,7
Financiamentos Agroindustriais	32	408	440	155	563	20,6	78,2
Outros Créditos	1.071	1.381	2.452	9.437	10.818	11,3	22,7
Abril de 2008							
Total das Operações de Crédito	5.494	19.330	24.824	52.490	71.820	10,5	34,6
Empréstimos e Títulos Descontados	1.283	357	1.640	28.181	28.538	4,6	5,7
Financiamentos	1.099	3.357	4.456	7.688	11.045	14,3	40,3
Financiamentos Rurais	1.807	13.240	15.047	5.588	18.828	32,3	79,9
Financiamentos Agroindustriais	26	604	630	257	861	10,1	73,2
Outros Créditos	1.279	1.772	3.051	10.776	12.548	11,9	24,3
Varição Real (*) em %, Abr-08/Abr-07							
Total das Operações de Crédito	15,2	4,6	6,7	9,0	7,8
Empréstimos e Títulos Descontados	99,7	-4,9	61,1	17,6	17,3
Financiamentos	2,7	9,5	7,8	-6,0	-1,7
Financiamentos Rurais	-1,6	1,3	0,9	3,3	1,9
Financiamentos Agroindustriais	-26,4	34,1	29,7	50,2	38,5
Outros Créditos	8,2	16,2	12,7	3,4	5,1

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b; BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2008). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

Nota: O FNE, por possuir um sistema contábil independente do BNB, não figura nos levantamentos do SISBACEN.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central**, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 04 jul. de 2008a.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **SISBACEN**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 07 jul. 2008b.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Nordeste: conjuntura Mensal. **Boletim Eletrônico**, Fortaleza, n. 6, jun. 2008.

CREDIAMIGO expande atuação: BNB quer 1 milhão de clientes. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 jul. 2008. Caderno de Negócios, p. 5.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 jul. 2008.

ISSN 1807883-4



9 771807 883004

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Cliente Consulta / Ouvidoria: 0800 728 3030 • clienteconsulta@bnb.gov.br • www.bnb.gov.br